



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESPG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL – PPGMDR**

**THAYNA RENEE CAVALCANTE DA COSTA**

**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO ESTADO DO AMAPÁ:  
CONTRIBUIÇÕES DO PPGMDR/UNIFAP (2005-2017)**

MACAPÁ  
2019

**THAYNA RENEE CAVALCANTE DA COSTA**

**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO ESTADO DO AMAPÁ:  
CONTRIBUIÇÕES DO PPGMDR/UNIFAP (2005-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Jadson Luís Rebelo Porto.

Coorientadora: Profa. Dra. Ilma de Andrade Barleta

MACAPÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

---

Costa, Thayna Renee Cavalcante da

A pós-graduação *stricto sensu* no Estado do Amapá: contribuições do PPGMDR / UNIFAP (2005-2017) / Thayna Renee Cavalcante da Costa ; Orientador, Jadson Luís Rebelo Porto; Co-orientadora, Ilma de Andrade Barleta. – Macapá, 2019.

126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Pós-graduação *stricto sensu*. 2. Desenvolvimento regional – Curso. 3. Planejamento urbano e regional – Ensino. I. Barleta, Ilma de Andrade, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

378.155 C837p

CDD. 22 ed.

---

THAYNA RENEE CAVALCANTE DA COSTA

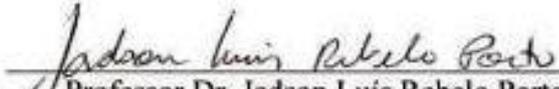
**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO ESTADO DO AMAPÁ:  
CONTRIBUIÇÕES DO PPGMDR/UNIFAP (2005-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

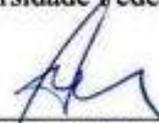
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.

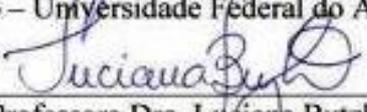
Data da aprovação: 29 de outubro de 2019.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Jadson Luís Rebelo Porto  
Orientador – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dra. Ilma de Andrade Barleta  
Coorientadora – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreção  
Membro Interno – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dra. Luciana Butzke  
Membro Externo – Universidade de Blumenau (FURB)

Dedico,

Ao meu amado avô Iolando Moraes da  
Costa, que lá do céu cuida de mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e a Espiritualidade Amiga, que me proporcionaram a experiência necessária para que pudesse alcançar o que até aqui alcancei.

Ao meu pai, Francisco Carlos Raad Costa, e minha mãe, Sandra Cavalcante da Costa, que me deram a vida, um lar e incentivo para que eu tivesse o que tenho. Eles, que apesar de todas as dificuldades, erros e tropeços tiveram êxito e sucesso na formação da família, na criação e formação do meu caráter e do meu irmão Rafael. Amo vocês.

Ao meu irmão, Rafael Cavalcante da Costa, que sempre foi minha fonte de inspiração para fazer minhas melhores escolhas profissionais e acadêmicas.

À mais doce e ao mesmo tempo mais forte mulher que tenho um amor incondicional, minha amada avó Joana Leandro Cavalcante da Costa, que junto com meu avô, criou-me e ensinou-me o valor do carinho, da paciência e honestidade.

À todas as minhas tias, que revezavam turnos para cuidar da minha vida enquanto minha mãe saía pra trabalhar, e aos meus primos e primas, que, sinônimo de companheirismo, são meus parceiros de aventura. Em especial, a Priscila Cavalcante Lopes, que foi a tradutora de todos os meus abstracts.

Ao meu querido companheiro de vida, Marinho Pereira de Oliveira, que com amor, sabedoria e companheirismo foi e é alicerce quando necessário. Amo você.

À Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e meus colegas de trabalho, que além da estrutura, foram favoráveis ao meu afastamento do trabalho (seguindo a legislação específica) para que eu pudesse me dedicar somente aos estudos do mestrado.

Ao Governo Federal, através da CAPES e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR/UNIFAP, que de forma pública e gratuita, proporcionou toda estrutura necessária para a conclusão desta etapa dos meus estudos.

Ao meu orientador e amigo, Professor Dr. Jadson Luís Rebelo Porto, que gentilmente aceitou orientar-me quando o professor Iuri Cavlak precisou ausentar-se. Ao Jadson, toda gratidão, pois viu em mim potencial acadêmico e sempre me provocou intelectualmente para que eu pudesse ir além das minhas próprias expectativas.

À Professora Ilma de Andrade Barleta, que com sua doçura e potência, trouxe seus decisivos ensinamentos sobre Políticas Educacionais e Educação Superior para a construção desta dissertação.

A todos os Professores do PPGMDR/UNIFAP e PPGED/UNIFAP que com sabedoria conduziram os ensinamentos para que seus alunos construíssem conhecimento científico.

Ao todos os colegas e amigos que dividiram as salas de aula da UNIFAP, sejam do PPGMDR/UNIFAP ou PPGED/UNIFAP, para que em grupo pudéssemos aprimoramos nossos conhecimentos.

Ao Coordenador, Professor Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão e a Secretária do PPGMDR/UNIFAP, Monnya Karollyne Martinez Cardoso, por toda dedicação e suporte necessário.

Ao meu terapeuta Pablo Coelho, que me ajudou a acalmar quando achei que não ia conseguir.

Com todo respeito aos que chegaram até aqui lendo meus agradecimentos, peço permissão para agradecer a um animalzinho, sim, um animal. Um cachorrinho que me traz um suporte emocional gigantesco, o meu querido e “cãopanheiro” Duque Cavalcante. Meu querido e fiel amigo, obrigada por existir.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desse sonho, de coração, obrigada!

“A busca de qualificação do quadro de professores da UNIFAP foi, talvez, a principal prioridade, tendo em vista, um contexto em que o acesso aos recursos de investimentos em pesquisa e Pós-graduação tornou-se, cada vez mais, dependente do número de doutores existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para a Região Amazônica, este condicionante de natureza nacional, ao tratar desiguais como iguais, na distribuição dos investimentos públicos, dificultou maiores avanços das universidades, no sentido de cumprirem seu papel, agravado pela timidez, ou inexistência de políticas de desenvolvimento regional, extremamente necessárias para corrigir as assimetrias regionais que se perpetuam.” (FILOCREÃO, 2015, p. 11)

## RESUMO

A presente dissertação, realizou um estudo o Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade federal do Amapá (PPGMDR/UNIFAP), Macapá-AP. Como questão orientadora desta obra, apresenta-se: Qual a contribuição do mestrado em desenvolvimento regional da UNIFAP para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado do Amapá? Para responder ao problema, construiu-se o objetivo: Analisar a contribuição do mestrado em desenvolvimento regional da UNIFAP para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado do Amapá. O caminho metodológico foi embasado na pesquisa quanti-qualitativa. As principais fontes de dados foram: A secretaria do PPGMDR/UNIFAP, Biblioteca Central da UNIFAP e os sítios online da Plataforma Sucupira, Plataforma Lattes, Plataforma Geocapes e PPGMDR/UNIFAP. A estratégia adotada foi o Estudo de Caso e as técnicas foram a Pesquisa Bibliográfica e Documental. Como principais resultados, evidenciou-se que dissertações defendidas têm assumido a característica interdisciplinar para dar conta das demandas emergentes, visto que o tema desenvolvimento regional compreende diversos estudos e são orientados por professores multi e interdisciplinares, características estas que refletem no perfil do egresso do PPGMDR/UNIFAP. Assim como o quadro docente, o PPGMDR/UNIFAP também recebeu discentes oriundos de mais de 45 cursos de graduação distinta. A maioria dos seus egressos estão atuando como docentes (seja na educação básica ou superior) e/ou em áreas estratégicas ligadas, de modo geral, ao funcionalismo público do Estado. Dos 149 egressos, menos de 50 iniciou o doutorado, e em sua maioria são professores vinculados a UNIFAP que oferece, através de lei específica, incentivos de qualificação para executar tal feito ou são pesquisadores que recebem bolsa para manutenção dos seus estudos. Este programa foi a primeira experiência e oportunidade de profissionais formados com ensino de graduação para cursar pós-graduação *stricto sensu* dentro do próprio Estado, mesmo com todas as dificuldades de se produzir conhecimento científico na periferia da periferia, o programa já entregou para a sociedade até o final de 2019, mais de 172 dissertações defendidas, sendo alguma delas publicadas em livros, capítulos de livros, artigos científicos e anais de eventos, que tiveram como local e objetivo de pesquisa muitos municípios e localidades amapaenses, promovendo, mesmo que em pequenas proporções, o desenvolvimento como liberdade a partir das atividades *stricto sensu*.

**Palavras-chave:** Pós-graduação *stricto sensu*. Cursos em Desenvolvimento Regional. Ensino de Planejamento Urbano e Regional.

## ABSTRACT

This dissertation conducted a study of the Master's Degree Program in Regional Development of the Federal University of Amapá (PPGMDR / UNIFAP), Macapá-AP. As a guiding question of this work, it is presented: What is the contribution of the master's degree in regional development of UNIFAP to the development of stricto sensu postgraduate studies in Amapá State? To answer the problem, the objective was built: To analyze the contribution of the master's degree in regional development at UNIFAP to the development of stricto sensu postgraduate studies in the state of Amapá. The methodological path was based on the quantitative and qualitative research. The main data sources were: PPGMDR / UNIFAP Secretariat, UNIFAP Central Library and the Sucupira Platform, Lattes Platform, Geocapes Platform and PPGMDR / UNIFAP websites. The strategy adopted was the Case Study and the techniques were Bibliographic and Documentary Research. As main results, it was evidenced that defended dissertations have assumed the interdisciplinary characteristic to cope with the emerging demands, since the theme regional development comprises several studies and are guided by multi and interdisciplinary teachers, characteristics that reflect the profile of the egress of PPGMDR. / UNIFAP. Like the teaching staff, PPGMDR / UNIFAP also received students from over 45 different undergraduate courses. Most of its graduates are acting as teachers (either in basic or higher education) and / or in strategic areas linked, in general, to the state civil service. Of the 149 graduates, less than 50 have started their doctorate, and most of them are professors linked to UNIFAP who offer, by specific law, qualification incentives to perform this feat or are researchers who receive scholarships to maintain their studies. This program was the first experience and opportunity for undergraduate graduates to study stricto sensu postgraduate courses within the state itself, even with all the difficulties of producing scientific knowledge in the periphery of the periphery, the program has already delivered to society until By the end of 2019, more than 172 dissertations were defended, some of which were published in books, book chapters, scientific articles and annals of events, which had as locality and research objective many municipalities and localities, promoting, even in small proportions. , development as freedom from stricto sensu activities.

**Keywords:** Graduate stricto sensu. Regional development course. Urban and Regional Planning teaching.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 ....	Etimologia da Palavra Desenvolvimento .....	32
Quadro 1 .....	Pontos positivos e negativos da sociedade contemporânea apontados por Sen (2010) .....	35
Diagrama 2 ....	Desenvolvimento como liberdade a partir de Sen (2010) .....	36
Quadro 2 .....	Alocação do PPGMDR/UNIFAP dentro da hierarquia de avaliação da CAPES .....	45
Mapa 1 .....	Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil, 2017 .....	47
Quadro 3 .....	Série histórica das características do ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, 1950-2008 .....	49
Gráfico 1 .....	Número de Programas de Pós-graduação da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, 1998 a 2018 .....	53
Quadro 4 .....	Programas de Pós-graduação em Planejamento Regional (2018) .....	55
Gráfico 2 .....	Distribuição dos Programas PURD No Brasil em 2018 .....	57
Quadro 5 .....	Histórico de Programas de Pós-Graduação de Cursos em Desenvolvimento Regional, 1994-2018 .....	61
Quadro 6 .....	Comportamento da UNIFAP na formação Docente para criação dos primeiros PPG, 2000-2006 .....	66
Quadro 7 .....	Configuração dos primeiros PPG stricto sensu da UNIFAP, 2005-2006 .	69
Quadro 8 .....	Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento da UNIFAP, 2019 .....	71
Quadro 9 .....	A condição periférica e estratégica dos desafios e avanços da pós-graduação stricto sensu no Estado do Amapá .....	73
Gráfico 3 .....	Aproveitamento discente do PPGMDR/UNIFAP – Concluintes e não concluintes (2006-2018) .....	76
Gráfico 4 .....	Sexo dos egressos titulados do PPGMDR/UNIFAP (2006/2018) .....	77
Gráfico 5 .....	Naturalidade dos egressos titulados do PPGMDR/UNIFAP (2006 - 2018) .....	78
Quadro 10 .....	Temas pesquisados por discentes do PPGMDR/UNIFAP (2008-2018)	78
Quadro 11 .....	Relação dos cursos no ensino de graduação dos egressos do PPGMDR/UNIFAP (2006-2018) .....	79
Quadro 12 .....	Cursos de doutorado cursados pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP ..	80

Quadro 13 .....	Estimativa de ocupação profissional dos egressos do PPGMDR/UNIFAP, 2006 – 2018 .....	81
Gráfico 6 .....	Quantidade de Pesquisas realizadas pelos discentes do PPGMDR/UNIFAP por Município, (2008-2018) .....	84
Mapa 2 .....	Locais pesquisados pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP, 2006 – 2018 .....	86
Mapa 3 .....	Concentração das pesquisas do PPGMDR/UNIFAP, 2008-2018 .....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 .....	Total de Programas de Pós-graduação em todas as áreas, na grande área Ciências Sociais Aplicada e PURD, 2018 .....	54
Tabela 2 .....	Titulação do quadro docente da UNIFAP (1999 - 2006) .....	64
Tabela 3 .....	Instituições do Amapá que possuem cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu próprios, 2019 .....	73

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEAP	Centro de Ensino Superior do Amapá
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CES/CNE	Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
CI – BRASIL	Conservação Internacional
CNPG	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética Em Pesquisa
DO	Doutorado
DR	Desenvolvimento Regional
DR	Desenvolvimento Regional
EMBRAPA/AP	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no Amapá
ENCE/RJ	Escola Nacional de Ciência e Estatística
FACCAT-RS	Faculdades Integradas de Taquara
FAMA	Faculdade de Macapá
FURB	Universidade de Blumenau
FURB	Universidade Regional de Blumenau
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
FURB/SC	Universidade Regional de Blumenau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IEF/AP	Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IES	Instituições de Educação Superior
IESAP	Instituto de ensino Superior do Amapá
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
ILPES	Instituto Latino Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
IMMES	Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior
INESP/MG	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
ME	Mestrado Acadêmico
MEC	Ministério da Educação
MP	Estrado Profissional
NEM	Núcleo Avançado de Ensino
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PDR	Programas em Desenvolvimento Regional
PG	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>
PGMDR/UNIFAP	Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá
PMAP	Prefeitura Municipal de Macapá
PMDR/UNC	Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programas de Pós-Graduação
PPGBIO/UNIFAP	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical da Universidade Federal do Amapá
PPGDAPP/UNIFAP	Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá
PPGED/UNIFAP	Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá
PROPESPG	Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUR	Planejamento Urbano e Regional
PURD	Planejamento Urbano e Regional / Demografia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UCAM/RJ	Universidade Candido Mendes
UCSAL/BA	Universidade Católica do Salvador
UDESC/SC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UEMA/ MA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMS/MS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEPB/PB	Universidade Estadual da Paraíba
UERN/RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFABC/SP	Universidade Federal do ABC
UFAC/AC	Universidade Federal do Acre
UFAM/AM	Universidade Federal do Amazonas
UFF/RJ	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE/PE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR/PR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS/RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ/RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN/RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ/RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSJ/MG	Universidade Federal de São João del-Rei
UFT/TO	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNAMA /PA	Universidade da Amazônia
UnC/SC	Universidade do Contestado
UNIALFA/GO	Centro Universitário Alves Faria
UNICAMP/SP	Universidade Estadual de Campinas

Uni-FACEF/SP	Centro Universitário Municipal De Franca
UNIFACS/BA	Universidade Salvador
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA/PA	Universidade Federal Do Sul E Sudeste Do Pará
UNIJUÍ/RS	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILA/PR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNINOVE/SP	Universidade Nove de Julho
UNIOESTE/PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNITAU/SP	Universidade de Taubaté
UNIVAP/SP	Universidade do Vale do Paraíba
UNOCHAPECÓ/SC	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UTFPR/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	19
<b>2.1</b>	<b>Caracterização da área de estudo e coleta de dados</b> .....	19
<b>2.2</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	19
2.2.1	Abordagem metodológica .....	19
2.2.2	Técnicas, instrumentos da pesquisa e questões éticas .....	21
<b>3</b>	<b>INTER-RELAÇÃO ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	24
<b>3.1</b>	<b>A pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil</b> .....	24
<b>3.2</b>	<b>Desenvolvimento Regional: reflexões sobre um desenvolvimento como liberdade</b> .....	31
<b>3.3</b>	<b>A inter-relação entre Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e Desenvolvimento Regional</b> .....	38
<b>4</b>	<b>A PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E AMAPÁ</b> .....	43
<b>4.1</b>	<b>A Pós-Graduação e a Área de Conhecimento de Planejamento Urbano e Regional/Demografia no Brasil</b> .....	43
<b>4.2</b>	<b>A Criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil</b> .....	58
<b>4.3</b>	<b>A Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na Unifap: dos Interinstitucionais aos Institucionais</b> .....	63
<b>5</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP</b> .....	75
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>APÊNDICE A</b>	<b>DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS E HOMOLOGADAS NO PPGMDR/UNIFAP (2008-2018)</b> .....	102
<b>APÊNDICE B</b>	<b>LOCALIDADES DAS PESQUISAS REALIZADAS PELOS DISCENTES DO PPGMDR/UNIFAP NO ESTADO DO AMAPÁ (2008-2018)</b> .....	126

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PG<sup>1</sup>) é um caminho para organizar e especializar aprendizados em níveis de Mestrado e Doutorado, do qual ao cursar tem-se como resultados a sistematização de conhecimentos transformados em pessoas formadas e capacitadas, produção de dissertações, de teses e muitas outras formas de divulgação e publicação do trabalho científico. A PG, instalada em um Estado, auxilia na formação de pessoas em nível de ensino mais elevado e na elaboração do conhecimento científico sobre a própria realidade, e é desta maneira que se percebe o Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PGMDR/UNIFAP).

O Estado do Amapá, dada suas condições geográficas periféricas<sup>2</sup>, apresenta dificuldades para atender as decisões da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para criação e manutenção de cursos e programas de pós-graduação, por problemas como: dificuldade de fixação de docentes, contratação de docentes já com doutorado, telecomunicações, estrutura em laboratórios, custos de deslocamento entre o Estado do Amapá para os demais, entre outros. Essas são algumas das adversidades que as universidades do Norte do Brasil enfrentam, e por motivos como este, principalmente por não conseguir atrair docentes doutores (ou fixá-los) a UNIFAP passou um longo período capacitando de seus docentes e organizando infraestrutura para que suas atividades de PG iniciassem no ano de 2006.

O Amapá, uma das mais novas Unidades da Federação, está localizado no extremo Norte do Brasil. Por força da constituição de 1988, o Amapá elevou-se de Território Federal à Estado e a partir desse momento, ainda com dependência econômica do ente federativo, pode-se criar relações e construir suas instituições que fortalecessem tanto sua economia quanto suas relações com os demais estados.

Essas novas possibilidades geraram expectativas e determinaram um novo momento de transformações e permanências no Estado. A sua nova expectativa realidade em um período de crise federativa provocou em seus dirigentes a busca de alternativas econômicas para seu sustento e manutenção e defesa do seu patrimônio natural e de sua comunidade autóctone (PORTO, 2002), desse modo, foram regulamentadas e construídas diversas

---

<sup>1</sup> Considerando a existência da pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e outras formas de estudo após a graduação, para fins da presente pesquisa, sempre que for usado a sigla (PG) será considerado apenas a *stricto sensu*

<sup>2</sup> Porto (2014); Cavlak (2012); Superti (2017); Silva e Bastos (2014).

instituições e organizações para gerir as áreas de desenvolvimento do Estado. Na oportunidade, extinguiu-se o Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1990, criou-se a UNIFAP, a primeira Instituição de Educação Superior Pública do Estado (UNIFAP, 2015).

Em 2019, a população estimada do Estado do Amapá foi de 845.731 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que estão distribuídos em seus 16 municípios e dentre estes está o Município de Macapá, capital do Estado. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (PDI), a UNIFAP tem Campus em pleno funcionamento nos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Laranjal do Jari e Oiapoque. Macapá, a cidade que abriga o campus Marco Zero, possui 474.706 habitantes, correspondendo a aproximadamente 59,6% da população amapaense, possui uma economia historicamente de base extrativista e com uma estrutura de dependência muito forte da economia gerada pelas atividades do Estado<sup>3</sup>.

O Estado do Amapá foi o último Estado da Federação a receber um PG. E com muito esforço da comunidade acadêmica e parceiros, como a Embrapa e IEPA, no ano de 2005, o primeiro Programa de Pós-graduação do Estado foi aprovado, o PPGMDR/UNIFAP, tendo iniciado suas atividades no ano seguinte, junto com a aprovação de outros dois cursos, o Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAPP/UNIFAP) e o Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO/UNIFAP).

A UNIFAP ainda é a única instituição do Estado a possuir PG próprio, e é a única instituição capaz de dar continuidade na formação em Mestrado e Doutorado da demanda oriunda dos mais de 200 cursos de graduação ofertados pelas Instituições de Educação Superior (IES) do Estado, onde só em Macapá, capital do Estado, existem mais de 50 IES (BRASIL, 2019) formando anualmente um quantitativo elevado profissionais, e apenas a UNIFAP para atender em PG toda essa demanda, sem que haja necessidade de sair do Estado para tal. É importante apontar que a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP) estão dando seus primeiros passos na direção de seus primeiros PG, e já alcançaram parceria de PG em Rede, que também é uma oportunidade de cursar Mestrado e Doutorado para a sociedade amapaense.

O Amapá, Estado fronteiriço, que possui dinâmicas sociais com outros países, um local de muitas riquezas em fauna e flora, recursos minerais e de base econômica extrativista,

---

<sup>3</sup> Essas atividades se tratam de trabalhar na Gestão Pública enquanto servidor público, evidenciado pelo que Chelala (2008) caracterizou de economia do contracheque.

além de apresentar uma população multicultural e um dinamismo de cidade cheio de demandas a serem investigadas, se configura como um gigantesco laboratório para as mais diversas pesquisas. É diante dessa oportunidade natural que o PPGMDR/UNIFAP se apresenta como estratégico para o Estado.

Por esse motivo, e diante de seus limites e possibilidades, no ano de 2016, o PPGMDR/UNIFAP completou 10 anos de existência, um tempo que se considera adequado para se apresentar os relevantes resultados de sua atuação. Aliado a isso, a presente dissertação, focou em estudar o Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade federal do Amapá (PPGMDR/UNIFAP), Macapá-AP. E para conseguir perceber os resultados do PPGMDR/UNIFAP, levantou-se como questão orientadora: Qual a contribuição do mestrado em desenvolvimento regional da UNIFAP para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado do Amapá?

Para responder ao problema, construiu-se o objetivo: Analisar a contribuição do mestrado em desenvolvimento regional da UNIFAP para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado do Amapá. Os específicos são os seguintes: 1) identificar a inter-relação entre PG e desenvolvimento regional; 2) analisar o cenário de desenvolvimento da PG em desenvolvimento regional no Brasil e Amapá; e 3) analisar as dissertações defendidas no âmbito do PPGMDR/UNIFAP de 2005 a 2017. O caminho metodológico foi embasado na pesquisa quanti-qualitativa. A estratégia adotada foi o Estudo de Caso e as técnicas foram a Pesquisa Bibliográfica e Documental.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Caracterização da área de estudo e coleta de dados

A pesquisa foi realizada no Campus Marco Zero, o primeiro e maior Campus da UNIFAP. Está localizado no Município de Macapá, que é capital do Estado do Amapá, Brasil. A UNIFAP está localizada na região sul da cidade, na Rodovia Juscelino Kubitschek, KM-02, Jardim Marco Zero, CEP: 68.903-419. No Campus ora descrito, os locais onde coletou-se informações e documentos para alcançar os objetivos dessa pesquisa foram os seguintes: 1) Na Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG), que está localizado no prédio da Reitoria; 2) Na Secretaria e Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, localizado no Bloco K, sala K4; e 3) na Biblioteca Central da UNIFAP, onde se encontram as dissertações defendidas no PPGMDR/UNIFAP disponíveis para consulta.

Para além dos locais físicos de consulta para coleta de dados, foi visitado também, plataformas digitais que oferecem de maneira pública vários dados sobre a Pós-graduação no Brasil, são eles: Plataforma Sucupira, Plataforma Lattes, Plataforma Geocapes, Sítio da Capes online, Sítio do PPGMDR/UNIFAP online, entre outros.

### 2.2 Procedimentos metodológicos

Essa investigação teve como objetivo geral Analisar a contribuição do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado do Amapá e como específicos: a) Identificar a inter-relação entre pós-graduação *stricto sensu* e desenvolvimento regional; b) Analisar o cenário de desenvolvimento da pós-graduação em desenvolvimento regional no Brasil e; c) Analisar as dissertações defendidas no âmbito do PPGMDR/UNIFAP de 2005 a 2017;

#### 2.2.1 Abordagem metodológica

A construção do design desta pesquisa foi estruturada de modo que os objetivos específicos (transformados em seções) foram basilares para atingir-se o objetivo geral (dissertação). O termo design, no que se refere a pesquisa, tem sido traduzido como desenho ou planejamento. O Design corresponde ao plano e às estratégias utilizadas pelo pesquisador

para responder às questões propostas pelo estudo, incluindo os procedimentos e instrumentos de coleta, análise e interpretação dos dados, bem como a lógica que liga entre si diversos aspectos da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.147).

No polo de abordagem metodológica, o design adotado foi a Pesquisa Quali-quantitativa, que é constituída por dois métodos que apresentam em sua essência características opostas, mas que podem constituir entre si um *continuun*, com a finalidade de construção de um diálogo harmônico e técnico entre esses paradigmas afim de buscar um equilíbrio entre essas polarizações (GAMBOA, 2013). Aliado a este pensamento sobre a combinação das pesquisas quali e quanti:

É importante salientar que hoje o pensamento predominante é o de que os limites da pesquisa qualitativa podem ser contrabalanceados pelo alicerce da quantitativa e vice-versa. Sob essa perspectiva, as duas abordagens não são percebidas como opostas, mas sim como complementares. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 142)

Nesse sentido, essa abordagem contribuirá para a definição das características quali-quantitativa que o PPGMDR/UNIFAP apresentou ao longo de sua trajetória, evidenciando os processos históricos de constituição e produção acadêmico-científica, dentro do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) da CAPES numa perspectiva onde será evidenciado e analisado o contexto dos resultados em produção de conhecimento e formação de pesquisadores no tocante ao PPGMDR para o desenvolvimento regional.

Os principais teóricos usados para discussão da interrelação entre os conceitos de Pós-graduação e Desenvolvimento Regional são Silva Júnior (2017), Souza (2009) e Sen (2010). Silva Júnior (2017) discute sobre a Pós-graduação no Brasil comparando-a com as universidades estadunidenses, evidenciando que estas desde sua origem foram orquestradas para promover o desenvolvimento econômico através do “conhecimento matéria-prima<sup>4</sup>” que produzem.

Sen (2010), fez um estudo sobre um desenvolvimento como liberdade, onde o desenvolvimento é medido através do desfazimento das amarras sociais<sup>5</sup> como a desnutrição,

---

<sup>4</sup> Segundo Silva Júnior (2017), o conhecimento matéria-prima é todo conhecimento construído com a finalidade de solucionar de qualquer problema cujo resultado gerará a obtenção de lucros financeiro em curto prazo, oriundo de uma exigência estrutural do regime capitalista de predominância financeira.

<sup>5</sup> Segundo Sen (2010), as amarras sociais são qualquer limitação que impedem as pessoas de exercerem seu papel enquanto cidadãos, como o acesso à educação, alimentação, saúde pública, saneamento básico, trabalho, entre outros.

acesso e permanência a educação, saúde básica pública de qualidade, acesso e desenvolvimento científico-tecnológico, entre outros.

Souza (2009), através de suas pesquisas sobre desenvolvimento regional, proporciona a este estudo as bases e relações essenciais para desenvolver os conceitos de Sen (2010) para uma perspectiva de desenvolvimento regional com liberdade.

Parte-se do princípio que a pós-graduação é uma instituição potencialmente promotora de desenvolvimento regional na perspectiva de Sen, onde através do acesso e evolução da tecnologia, as amarras sociais serão minimizadas.

### 2.2.2 Técnicas, instrumentos da pesquisa e questões éticas

No polo de abordagem técnica, o design selecionado foi o Estudo de Caso, por se relacionar em harmonia com a abordagem metodológica, e foi escolhido pelo equilíbrio que demonstra ter com o objetivo geral deste estudo. Essa estratégia preocupa-se essencialmente com o objeto do caso (PPGMDR/UNIFAP), e dá a liberdade necessária ao pesquisador para combinação de instrumentos de coleta que se julga mais adequado à pesquisa, pois, diferentemente de outras estratégias de pesquisa, o Estudo de Caso não foi desenvolvido com um conjunto fixo de etapas para conduzi-lo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

O PPGMDR/UNIFAP é um caso pelas seguintes circunstâncias e condições: a) A UNIFAP foi a primeira universidade de pesquisa do Estado e o PPGMDR/UNIFAP o seu primeiro Programa de Pós-Graduação; b) O PPGMDR/UNIFAP completou em 2016 dez anos de atividade o que considera-se ser o momento ideal para analisar seus resultados; c) O estado do Amapá, que abriga o PPGMDR/UNIFAP, está localizado estrategicamente no Norte do Brasil e faz fronteira com a Guiana Francesa, aproximando o Mercosul à União Europeia, que é um condição que oferece limites e possibilidades para a PG; e d) Ser o Amapá o último Estado da Federação a receber cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Para realizar esse estudo, os instrumentos utilizados para coleta de dados foram os seguintes: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica podendo ser realizada de maneira independente (análise teórica) ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 54).

Pesquisa Documental é em virtude da característica e dos dados que podem ser obtidos através dela, que segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 55), este tipo de estudo utiliza documentos como fonte de obtenção de dados, informações e evidências, e podem ser dos

mais variados tipos, escritos ou não, tais como: diários, documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas; gravações; correspondências pessoais, e formais; fotografias; filmes; mapas, entre outros. As técnicas serão utilizadas e trianguladas de acordo com a necessidade e particularidade de cada informação coletada, que serão detalhados em momentos oportunos em cada seção ou subseção desta dissertação, bem como a análise desses dados.

Sobre as questões éticas, considerando que o agir ético do pesquisador é uma ação consciente. Verificou-se que para esta dissertação, não há a necessidade de registro e nem avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Como a fonte de dados é secundária e de domínio público, o Ministério da Saúde orienta que pesquisas que utilizam informações de acesso público, nos termos da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e pesquisas que utilize informações de domínio público não sejam registradas e nem avaliadas pelo CEP/CONEP (BRASIL, 2016).

Esta dissertação está dividida em 6 seções, que se pode dividir da seguinte forma: 1º – Introdução; 2º – Metodologia; 3º - Fundamentação Teórica; 4º e 5º – Resultados e discussões; e 6º - Considerações finais. Na seção 2º, destinada a “Metodologia”, será abordado com mais detalhes os caminhos científicos adotados para obtenção dos resultados desta dissertação.

Na 3º seção intitulada “Inter-relação entre pós-graduação *stricto sensu* e desenvolvimento regional”, tem por objetivo identificar a inter-relação entre Pós-Graduação *stricto sensu* e Desenvolvimento Regional. Para isso, foi estabelecida a relação entre dois campos conceituais e de que maneira historicamente estão relacionados no cenário brasileiro: o primeiro diz respeito aos principais pontos evidenciados nos estudos de Silva Júnior (2017) no tocante ao que se tornou a pós-graduação *stricto sensu* brasileira; O segundo ressalta o conceito de *desenvolvimento regional*, evidenciando os estudos sobre de Sen (2010) sobre desenvolvimento como liberdade.

Na 4º seção intitulada “A Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil e Amapá”, o objetivo foi analisar o cenário de construção da história dos cursos e programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil e Amapá, onde discutiu-se sobre a CAPES e sua estrutura de avaliação, e de modo especial evidenciou-se a área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia (PURD) que é a área de conhecimento do PPGMDR/UNIFAP, para então discutir sobre os cursos e programas em Desenvolvimento Regional.

Na 5º seção intitulada “Contribuições do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP”, o objetivo foi evidenciar as contribuições do PPGMDR/UNIFAP para o desenvolvimento da PG no Amapá. Para realizar este feito,

selecionou-se alguns indicadores para serem explorados relativos aos dados dos discentes egressos. Nas considerações finais (6º seção), foi elencado os resultados desta dissertação e as perspectivas que se tem para o PPGMDR/UNIFAP.

Antes de adentrar nas linhas dessa pesquisa, acredita-se ser importante mencionar que o presente estudo foi e é um desafio enorme, dada sua potencial importância para a própria UNIFAP e PPGMDR, instituição e local onde esta dissertação será submetida para avaliação. Tudo partiu da intenção de trazer retorno científico para a UNIFAP e seu primeiro PPG, para que com os resultados obtidos o PPGMDR/UNIFAP pudesse usar para, quem sabe, melhorar seu desempenho nas avaliações da CAPES e em suas futuras propostas para o programa.

Diante desse desafio, a dificuldades foi grande nos caminhos da pesquisa, medos, otimismo e anseios, visto a tamanha responsabilidade em escrever sobre um programa da instituição que avaliará os resultados obtidos nesta dissertação. Então se anota que o presente estudo, foi construído com muito zelo, respeito e responsabilidade tanto com a UNIFAP, quanto com o PPGMDR, e que toda essa pesquisa tem por intuito contribuir com o desenvolvimento regional da pesquisa científica sobre cursos e programas de pós-graduação amapaense e de modo especial, contribuir com o PPGMDR/UNIFAP.

### **3 INTER-RELAÇÃO ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Nesta seção, a abordagem e análise realizada foi a partir do que se entende por PG e foram evidenciados alguns marcos históricos considerados como principais para o desenvolvimento da PG no Brasil, como a Ditadura Militar de 1964 e alguns eventos sucessores que foram marcantes para a regulamentação e impulsão do desenvolvimento da PG, bem como as reformas ocorridas no Brasil nos anos 1990, todo esse processo de incursão aliado aos principais pontos evidenciados nos estudos de Silva Júnior (2017) no tocante ao que se tornou a pós-graduação *stricto sensu* brasileira associado ao conceito de *desenvolvimento regional* que será construído, principalmente, a partir dos estudos sobre *desenvolvimento* de Sen (2010).

#### **3.1 A pós-graduação stricto sensu no Brasil**

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é considerado uma ilha de excelência dentro do oceano revolto do Sistema Educacional Brasileiro (BIANCHETTI, 2009, p. 32), pelo seu robusto aparato estruturador e pelo seu rígido sistema de avaliação que vem se aperfeiçoando desde sua gênese, cujo marco inaugural data de dezembro de 1965, com a publicação pelo Governo Federal do documento que ficou conhecido como Parecer Newton Sucupira, que regulamentou e deu clareza às definições do que seriam os cursos de pós-graduação no sistema educacional brasileiro. Esse documento será abordado com mais detalhes nas próximas linhas, porém aqui deixa-se registrado a importância de sua existência para a PG.

No Brasil, um dos principais núcleos de ação da pós-graduação é a pesquisa. E o principal *locus* da pós-graduação é a universidade. Esse atrelamento entre universidade e pós-graduação, ocorreu durante as reformas nas políticas educacionais no período da Ditadura Militar de 1964, essas ações tiveram maior ênfase no tocante a estruturação administrativa e pedagógica das universidades, bem como passou a ter sua função social vinculada como força auxiliar ao desenvolvimento econômico, o que pode ser percebido e reconhecido pelo próprio documento oficial do Governo Federal, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 (CAPES, 2010), ao analisar o histórico dos PNPG, que inicia seu discurso mostrando como aconteceu o processo de expansão da PG, evidenciando sua espontaneidade,

perpassando pelos planos e ações Estatais que somaram novas missões para as universidades brasileiras:

O I PNPG (1975-1979) partiu da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais. A partir daquele momento, a expansão deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional. Deveria, então, estar integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico e, assim, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), através do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e ao II PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para o período 1975-1980. (CAPES, 2010, p. 25)

E como esse processo de expansão foi espontâneo e desordenado, faltava maior precisão no tocante à natureza e estrutura dos cursos de pós-graduação então existentes no país (ALVES; OLIVEIRA, 2014). Aliado a isso, existia a necessidade do Governo Militar em desenvolver economicamente o Brasil, e então passou-se a perceber a universidade e os cursos de pós-graduação como mecanismo facilitador de tal desenvolvimento, vinculando assim a Educação com os Planos de Desenvolvimento do Estado brasileiro, pois, através da função instrumental que a educação proporciona, o Estado seria capaz de capacitar e formar sua própria elite intelectual, para atuar tanto nas universidades, dando corpo e diversidade de formação docente necessária à época, quanto nos órgãos de desenvolvimento de alta tecnologia recém criados, como evidencia Germano (1993, p. 147):

Foram criadas várias empresas estatais que empregavam alta tecnologia e demandavam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica. É o caso da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica (1969); Telebrás – Telecomunicações Brasileiras (1972); Nuclebrás – Centrais Nucleares Brasileiras (1974); entre outras. Foram instalados, igualmente, centros de pesquisas de muitas empresas estatais dos quais são exemplos importantes: o da Usiminas – Usina Siderúrgica de Minas Gerais (1967); o Cenpes – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás (1967); o Cepel – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica da Eletrobrás (1971); a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura (1972); o CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, da Telebrás (1976) etc.

As instituições acima citadas, foram criadas para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e necessitavam de profissionais qualificados para atuar em suas estruturas, assim como as universidades também necessitavam de professores cuja formação diversificaria o processo de capacitação científica e formação de uma elite intelectual de raiz brasileira. Então foi percebido que era necessário um planejamento e investimento maior para resolver esta situação.

Assim, para oficializar esse grau de formação, era necessário tornar mais claro e objetivo o que seria a pós-graduação brasileira. E para dar corpo e maior entendimento sobre

esse nível educacional, no ano de 1965, o Governo Federal emitiu um Parecer que ficou conhecido pelo nome de seu relator, o Newton Sucupira, nesse documento consta, dentre outras funções, o histórico, as definições e os objetivos dos cursos de pós-graduação *Latu Sensu* e os *Stricto Sensu*, que em resumo são:

a pós-graduação **sensu stricto** apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação **sensu stricto**: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (BRASIL, 1965, p. 4, grifos do autor)

E a partir dessas definições e especificações sobre os cursos de pós-graduação organizados nesse Parecer, o Governo Federal pôde estabelecer regras e procedimentos para o funcionamento dos cursos e programas e organizar suas ações para fomentar e estimular a pesquisa científica brasileira, que por sua natureza de trabalho foi vinculada à CAPES, que é uma fundação subordinada ao Ministério da Educação (MEC), cuja principal missão desde sua criação foi “apoiar a capacitação de recursos humanos por meio da educação universitária e do treinamento científico” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013, p. 64) e promover a “expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação” (CAPES, 2008). Assim sendo,

O Programa Nacional de Pós-Graduação foi implementado em meados dos anos 1960 (Guimarães & Humann, 1996), e as primeiras normas regulamentadoras foram instituídas em 1965 por um Ato do Conselho Federal da Educação (CFE), com base em um documento chamado *Parecer Newton Sucupira*. Esse Ato permitiu que centros de pesquisa já bem estabelecidos e cientificamente ativos oferecessem cursos de pós-graduação. Àquela época, muitos jovens doutores retornavam ao Brasil de seus estudos no exterior, especialmente em universidades norte-americanas e europeias. Havia também um bom número de cientistas estrangeiros trabalhando em conjunto com universidades e centros de pesquisas brasileiros. O Ato estabeleceu as regras e procedimentos para o funcionamento do PNPG, permitindo que tanto a universidade quanto centros de pesquisa apresentassem à Capes suas propostas de cursos de mestrado e doutorado. (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013, p. 65)

E corroborando com os autores acima, em 1981, a CAPES passa a ser reconhecida como órgão responsável pela elaboração do PNPG *Stricto Sensu*, a partir do Decreto nº 86.791 (CAPES, 2008), esse documento extinguiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPGE) e repassou à CAPES todas as suas competências. E ao longo dos anos esse órgão,

também reconhecido como Agência Executiva do Ministério da Educação junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, vem aperfeiçoando seu método de elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior (CAPES, 2008), e de modo especial aos programas e cursos *stricto sensu* do país.

Segundo Germano (1993), dentre os movimentos e reformas políticas mais importante para esta pesquisa, destaca-se a Ditadura Militar, pois foi nesse período que a pós-graduação foi regulamentada com a publicação do Parecer Newton Sucupira. Na época o Brasil buscava desenvolvimento acelerado para concorrer economicamente e cientificamente no cenário mundial e tinha a perspectiva de parar de importar/comprar conhecimento para começar então a exportar/vender conhecimento de origem nacional. Com essas motivações, segundo Alves e Oliveira (2014), a Pós-graduação contou com tanto fomento e apoio sobretudo da CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que a PG teve um crescimento vertiginoso nas décadas de 1970 e 1980, se constituindo como um dos aspectos mais bem-sucedidos da Reforma Universitária, na Ditadura, uma vez que ensino de pós-graduação e pesquisa recebeu um lugar por excelência na estrutura da universidade.

Essas relações e objetivos, trouxeram para as universidades responsabilidades que marcaram o papel dessas instituições e muitas são mantidas até o tempo presente, cujo objetivo maior foi (e ainda é) o desenvolvimento do capital humano<sup>6</sup> como fator de produção. Essas e outras ações, por parte do Estado, são indícios de que já iniciava naquele período o processo de entrada das universidades brasileiras na corrida para o acesso ao *grande negócio*<sup>7</sup> gerado pela busca do conhecimento proporcionado pela PG, sendo esta uma das evidências que corrobora com o resultado de mais de 20 anos de pesquisa constatada por Silva Júnior (2017, p. 23):

---

<sup>6</sup> Para Silva Júnior (2017), o capital humano são os resultados engendrados pelas pessoas pertencentes aos seguintes segmentos: educação básica, profissional e superior, a força de trabalho qualificada e a produção de conhecimento matéria-prima.

<sup>7</sup> Porto (2014), fez uma análise sobre a condição fronteiriça amapaense e colocou o Estado do Amapá como um “Grande Negócio” por ser capaz de materializar propostas de desenvolvimento. No referido estudo o autor define várias maneiras de uso do termo e nos debates durante as aulas da disciplina Formação Socioeconômica do Espaço Amapaense do PPGMDR/UNIFAP, Porto enfatizou que o “Grande Negócio” é o que faz a expansão do capital ser sempre dinâmico e nunca estático, onde o “explorado” faz parte do grande negócio do “explorador”. O entendimento que se tem sobre o “O Amapá como um Grande Negócio” com base no autor, adaptou-se nesta pesquisa para “A Pós-Graduação *stricto sensu* como um Grande Negócio”, por ser também uma área pouco explorada, e em constante expansão, que pode ser objeto de uso para exploração e geração do que Silva Júnior (2017) chama de “Conhecimento Matéria-Prima”. Aqui se entende que o conhecimento matéria-prima, obtido também através da PG, é um Grande Negócio.

[...] o novo estágio da internacionalização da educação superior é parte do processo de mundialização do capital, isto é, do atual *regime de predominância financeira* que exige o novo papel das universidades, outro tipo de conhecimento, outra estratégia de financiamento, um novo tipo de trabalho e institui uma divisão internacional do trabalho científico.

O autor denuncia<sup>8</sup> que a internacionalização acima referida é um movimento de mundialização da educação superior organicamente articulada à mundialização do capital (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 23), que vem reorganizando conjunturalmente a maioria das universidades ao modelo norte-americano de produção científica, cujo *conhecimento matéria-prima*<sup>9</sup> passa a ser o principal objetivo dos estudos e pesquisas científicas desenvolvidas na PG. No Brasil, essa perspectiva teve início em meados de 1960.

Com a redemocratização do Brasil e o advento da Constituição de 1988, já nos anos 1990, as políticas educacionais passaram por novas reformas, que atingiram fortemente o Ensino Superior e por consequência a PG. Esses fatores acompanharam a onda neoliberal reformas políticas ocorridas no pós Consenso de Washington, que atingiriam as economias periféricas que inclui o Brasil, cujos reflexos foram matrizes para a implementação de projetos como o Plano Real, mudanças sociais e reformas nas instituições brasileiras (FIORI *apud* SILVA JÚNIOR, 2017, p. 166), incluindo as universitárias. E segundo Silva Júnior (2017, p.176) o Brasil na busca de se inserir no capitalismo financeiro mundial “experimentou, ao longo da década de 1990, uma série de transformações econômicas e políticas com consequências importantes para suas instituições republicanas em especial a universitária”.

As reformas foram efetivadas em algumas legislações, cuja mais importante foi a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), que além de regulamentar todo o sistema educacional público e privado, definiu na letra da lei a estrutura do Ensino Superior e seus cursos de PG, que tanto nas permissões para efetivação das parcerias público-privado presentes na LDB quanto nos PNPG, a articulação entre ciência e tecnologia e o desenvolvimento da indústria brasileira sempre estiveram presente e de forma evidente, tendo a CAPES, como órgão fomentador desse processo:

---

<sup>8</sup> Recomenda-se a leitura de Silva Júnior (2017) para aprofundar as reflexões sobre as denúncias relacionadas ao desenvolvimento do capital humano e do conhecimento matéria-prima como fator de produção dentro das universidades.

<sup>9</sup> Segundo Silva Júnior (2017), o conhecimento matéria-prima é aquele conhecimento passível de ser transformado em produtos, processos e serviços.

Na conjuntura da sanção da Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundada na década de 1950 com o objetivo de capacitar o pessoal de ensino superior, já se constituía, há décadas, em agência de avaliação da pós-graduação. Contudo, desde então acentuou sua função reguladora com o objetivo de organizar e reorganizar não somente os programas mediante seu modelo de avaliação, mas todo o sistema, tornando-se, assim, uma efetiva agência reguladora da pós-graduação brasileira. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 191)

E diante do exposto, nos anos atuais todo o sistema de educação superior público vem sendo adaptado para atendimento das necessidades do desenvolvimento industrial brasileiro, com o intuito de consolidar e alavancar a ciência e tecnologia produzida nas universidades, a partir dos cursos de PG, para que possam ser vendidas/encomendadas como “conhecimento matéria-prima” para o mercado internacional, de modo que:

A pós-graduação brasileira tem exercido um vigoroso papel na construção silenciosa da atual institucionalidade da universidade brasileira [...] A economia mundial e a cultura da “academia”, organicamente articuladas, vinham passando por uma mudança estrutural há décadas. A universidade, outrora organizada como uma instituição que, além da formação de profissionais, se ocupava da produção de conhecimento, da extensão e prestação de serviços, transforma-se celeremente em organizações que, nas últimas décadas, passa a oferecer produtos educacionais em resposta às demandas que lhe são postas, acentuadamente de fora do Brasil. Ao mesmo tempo em que a mundialização aponta, entre outros, para programas de empreendedorismo e inovação, seus processos econômicos tendem a desestabilizar a já bastante precária autonomia acadêmica e institucional. (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 223, grifos do autor)

Todo esse aparato de influência do capital no desenvolvimento da PG brasileira, apesar de ter sido constatado por Silva Júnior (2017), em seu estudo sobre a “The New University” em que o autor comparou a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com as Universidades Estadunidenses e percebeu a incorporação de ações semelhantes das universidades norte americanas naquela e em outras universidades brasileiras, cujo objetivo principal das pesquisas dessas instituições é sanar o tempo existente entre a resolução de um problema e o aparecimento desse problema, cujo processo, o autor, chama de produção do “conhecimento matéria-prima”.

Sem perder de vista esses resultados, a legislação vigente que regulamenta a PG brasileira é quem associa e entrelaça os programas *stricto sensu* às universidades e aos institutos de pesquisa, tornando indissociável tripé ensino-pesquisa-extensão principalmente para as universidades<sup>10</sup>. Vale ressaltar também que os ditames capitalistas ainda não avançou no total das universidades brasileiras (SILVA JÚNIOR, 2017), de modo que as características

---

<sup>10</sup> Sobre essa questão, retomaremos na subseção 4.3 que discute a pós-graduação *stricto sensu* na UNIFAP.

principais desses cursos, em geral, sem entrar na polarização de “bom ou ruim”, são corroborados por Saviani (2000) e Silva Júnior (2017), onde Saviani (2000, p. 2-3) assim define os cursos e programas de pós-graduação:

[...] se deu preferência ao termo *programa* em lugar de *curso* para a pós-graduação *stricto sensu*. Essa distinção já se incorporou à história da pós-graduação no Brasil onde, comumente, se utiliza a denominação *Programa de Pós-Graduação* ou *Programa de Estudos Pós-Graduados* quando se trata de Mestrado e Doutorado, isto é, da pós-graduação *stricto sensu* e se usa sempre a denominação *Curso de Especialização* ou *Curso de Aperfeiçoamento* quando se trata da pós-graduação *latu sensu*. A razão dessa distinção reside no fato de que o termo *curso* se liga diretamente ao *ensino* e seu centro é um elenco de disciplinas que os alunos devem cursar. Ora, essa é a característica específica da pós-graduação *latu sensu*. Em contrapartida, a pós-graduação *stricto sensu*, além do ensino envolve, como elemento central, a pesquisa. Daí, a adoção do termo *programa* para abarcar tanto as atividades de ensino como de pesquisa. Assim, um Programa de Pós-Graduação, seja ele de mestrado ou de doutorado ou ambos, tem como centro o programa de pesquisa que o aluno desenvolverá e que deverá resultar na dissertação de mestrado ou tese de doutorado; e, como apoio a essa atividade ele cursa, também, um elenco de disciplinas disposto em função da área e do tema de sua pesquisa. (Grifos do autor).

Segundo o autor, para se referir as especializações *latu sensu* a nomenclatura que deve ser utilizada é curso e para os Mestrados e Doutorados, a nomenclatura a ser utilizada é programas, em virtude de suas especificações. Assim posto sobre a PG, vale ressaltar que além da LDB (1996), a Resolução N° 7, de 11 de dezembro de 2017, assim regulamentam os programas *stricto sensu*:

Art. 1º Constituem programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação. § 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade (BRASIL, 2017)

Nesse sentido torna-se importante salientar que em sua constituição a PG inicialmente foi regulamentada para que seus egressos compusessem os quadros docentes das universidades e instituições estratégicas criadas na época, em geral, para a formação de professores e do desenvolvimento da pesquisa. Essa demanda foi se constituindo ao longo do tempo e na década de 1990 aos dias atuais esse perfil formativo muda, e o novo egresso pretendido pelo sistema é o pesquisador, onde preocupa-se com a expansão do sistema de PG, diversificação do modelo de PG, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da PG (BIANCHETTI, 2009).

Diante do exposto, depreende-se que a PG, é uma instituição vinculada às universidades e/ou aos institutos de pesquisa, que para além de seu perfil formativo (formação de profissionais) tem por intuito desenvolver estudos das mais diversas áreas do conhecimento e está sendo fomentada/induzida pelo capital (SILVA JÚNIOR, 2017) para o desenvolvimento das áreas que primam a ciência e tecnologia aplicadas ao desenvolvimento do capital humano como fator de produção dentro das universidades.

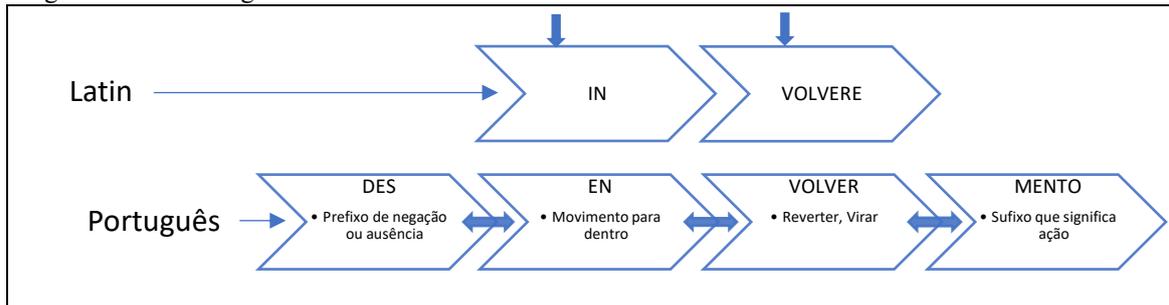
Agora que se evidenciou alguns momentos históricos pertinentes a estruturação da PG brasileira, na subseção seguinte o percurso será realizado afim de construir o conceito de *desenvolvimento regional* (DR) a partir dos estudos de Sen (2010). E como o termo *desenvolvimento* é polissêmico, carregado de sentidos, ideologias e existe um grande contrassenso em relação ao seu conceito e uso, a subseção seguinte tratará sobre o que esta pesquisa entende por *desenvolvimento* e qual a corrente será adotada para fundamentar a inter-relação entre a PG e o DR.

### **3.2 Desenvolvimento Regional: reflexões sobre um desenvolvimento como liberdade**

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2009), *desenvolver* significa “1. fazer crescer, medrar, prosperar. 2. Exercer, aplicar. 3. Gerar, produzir. 4. Expor com minúcia. 5. Crescer. 6. Aumentar, progredir. 7. Progredir intelectualmente”, a partir dessa definição literal pode-se deprender que dentre as sete significações presentes no verbete, sugere-se que quando algo desenvolve, alguma mudança ocorre e/ou que em um processo de desenvolvimento há a mudança no estado do objeto que está se desenvolvendo, gerando um certo progresso. Genericamente, desenvolver é gera um processo de mudança em algo ou alguém.

Indo um pouco mais além na compreensão da palavra desenvolvimento, quando vamos buscar o sentido na origem da palavra, que é uma palavra derivada de desenvolver, percebe-se que a partir da junção de alguns elementos há uma formação de sentidos, do qual pode-se expressar a seguinte frase: “Sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”, a partir dessa construção frasal pode-se inferir que desenvolvimento é uma palavra cujo significados dos seus elementos sugere que “é preciso de algo para gerar o movimento e/ou envolvimento” (SANTOS *et al.*, 2012). Entretanto “o que seria esse algo? Para qual direção o movimento conduz? Envolver para que? A resposta para essas questões depende do contexto no qual se aplica a palavra” (*Op. cit.*, 2012, p. 46). O Diagrama 1, que evidencia os elementos que formam a palavra desenvolvimento e seus significados:

Diagrama 1 - Etimologia da Palavra Desenvolvimento



Fonte: Diniz apud Santos *et al.* (2012)

Associando os dois significados anteriormente expostos (“desenvolver” e “desenvolvimento”), pode-se compreender que desenvolvimento é o ato de gerar um progresso/mudança no estado de algo, sendo que esse progresso/mudança deverá ser provocado por outro algo/algué, e isso tudo será condicionado ao contexto em que está será aplicado.

Em se tratando da palavra desenvolvimento, conhecer a origem e o significado literal dessa palavra, independente do contexto, torna o processo de construção histórico do seu uso na sociedade mais claro, visto que existem vários rótulos cientificamente aceitos para seu uso teórico (LIMONAD, 2013).

Existem várias dimensões de aplicabilidade da palavra desenvolvimento para teorizar as relações dos seres humanos com algum sistema (seja esse sistema econômico, humano, entre outros), como exemplo cita-se: desenvolvimento humano, desenvolvimento político, desenvolvimento social, desenvolvimento ambiental, entre outros. Segundo Limonad (2013, p. 132), dentre os rótulos cientificamente aceitos para desenvolvimento estão os seguintes:

**Crescimento econômico e progresso**, tendo por base uma perspectiva evolutiva de etapas a serem vencidas (...) **Modernização**, concepção fundada em uma abordagem dual, o desenvolvimento se traduziria pela transição de uma situação de atraso, de marginalidade para uma moderna, compatível com os padrões dos países ocidentais desenvolvidos (...) uma expressão da relação **centro-periferia**, ou seja uma variação mais sofisticada e especial da abordagem dual, que se traduz pela relação de dominação-subordinação entre centros avançados e periferias atrasadas (...) **redução da pobreza**, do desemprego e da desigualdade econômica (...) elaboração de **políticas públicas** que atendam aos interesses localizados de diferentes classes em disputa pelo poder (...) **suprir carência** detectadas em relação aos padrões dos países avançados acidentais e obliterar as alternativas e possibilidades narrativas (...) **capacitação de grupos sociais específicos** a melhorar suas condições de vida (...) resultados de **esforços individuais voluntários** em resposta a expansão de oportunidades, visão vigente com o neoliberalismo em que o mercado autorregularia as oportunidades de desenvolvimento (...) **empoderamento e auto-definição** de grupos sociais, a partir de leituras narrativas próprias, pois como salienta o escritor nigeriano Ngugi “controlar a cultura de um povo é controlar seus meios de se auto-definir em relação aos outros” (...) (grifos do autor)

Ainda na perspectiva da autora, esses rótulos e definições para o desenvolvimento foram construídos para abrigar um grupo heterogêneo e diverso de países, independente de seus regimes políticos, de suas orientações políticas à esquerda ou à direita, de suas especificidades, de suas formações sociais e econômicas, todos unidos, porém, para definição do seu compromisso com o desenvolvimento, embora não haja uma unidade, ou mesmo um consenso do significado do termo. Nesse sentido, Limonad (2013) corrobora com Souza (2012) sobre a ausência de consenso, em que as teorizações a respeito dessa questão apesar de ser um campo vasto de estudos

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. (SOUZA, 2012, p. 5).

Souza (2012) evidencia que as variações acerca do tema têm duas grandes correntes, a corrente que associa *desenvolvimento* a diretamente a *crescimento econômico* e a corrente que associa o *crescimento econômico* como um dos indicadores para o *desenvolvimento*, e não como a única condição para tal. Em geral, são essas duas correntes. E resgatando um pouco a origem do seu uso, a construção do conceito de desenvolvimento aplicado as relações sociais diante do sistema econômico ganham forças no século XIX, que conforme Pase (2016, p. 50):

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade (PASE, 2001), gestada historicamente pela revolução francesa e industrial e pela constituição dos estados nacionais, e situada intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado. Ocupa espaço relevante na literatura a partir do final da segunda guerra mundial, cujos reflexos modificam por completo o cenário planetário. É definido a partir da noção de crescimento econômico e de progresso, que supõe determinismo histórico evolucionista no sentido do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional para o desenvolvido, do rural para o urbano.

A partir desse fragmento, associado às conceituações abordadas inicialmente, percebe-se que as teorizações econômicas para o desenvolvimento estabelecem uma relação íntima com o significado literal da palavra, evidenciado quando Pase (2016) coloca que desenvolvimento supõe determinismo histórico evolucionista no sentido do pior para o melhor, corroborando com o evidenciado no verbete apresentado no início desta subseção sobre fazer crescer, entre outros afins.

Pase (2016), afirma que as discussões sobre desenvolvimento passam a ser mais vigorosas e revisitadas quando o sistema econômico sofre alguma crise ou depressão, que é quando se busca alternativas para sair da crise e fazer prosperar o sistema econômico novamente. Neste momento as teorias são reavaliadas e reestruturadas para dar conta das novas demandas econômicas.

Após essa genérica abordagem sobre as divergências existentes no tocante a conceituação sobre o *desenvolvimento*, é importante salientar qual corrente este estudo segue e o que se admite enquanto desenvolvimento. Neste estudo pretende-se evidenciar o “Desenvolvimento como Liberdade” de Amartya Sen (2010), que traz uma conceituação inovadora sobre desenvolvimento, que entre outros índices, associa o econômico com o social, para que de fato o desenvolvimento seja alcançado.

E dentro desse vasto campo de significação e teorização para desenvolvimento, acredita-se que desenvolvimento é muito mais que apenas crescimento econômico, pois como bem evidencia Souza (2012), “a experiência tem demonstrado que desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”, quando desenvolvimento é percebido apenas na perspectiva econômica, podem estar levando em consideração apenas os mais perversos efeitos que benéficos para o total da sociedade, como os altos índices de desemprego, baixa condição de saúde e educação pública, altas taxas e impostos sobre os produtos essenciais (alimentação, fármacos, energia, etc.) para subsistência da população.

Surgindo dentro da corrente em que o *desenvolvimento* é analisado de maneira ampla e que *crescimento econômico* é apenas um dos índices a ser levado em consideração, emerge a pesquisa inovadora Sen (2010), cujo conceito para a discussão desse estudo torna-se imprescindível. Para o autor, além das questões de crescimento econômico, o *desenvolvimento*, consiste na eliminação de privações de liberdade que de alguma forma limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente e sua condição de ser enquanto indivíduo pertencente e atuante na sociedade. Defende também que:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem

também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2010, p. 16, grifos do autor)

Ainda segundo Sen (2010), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, e ele cita alguns exemplos, como: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. O autor em sua principal obra sobre o tema destaca alguns pontos percebido na contemporaneidade (Quadro 1).

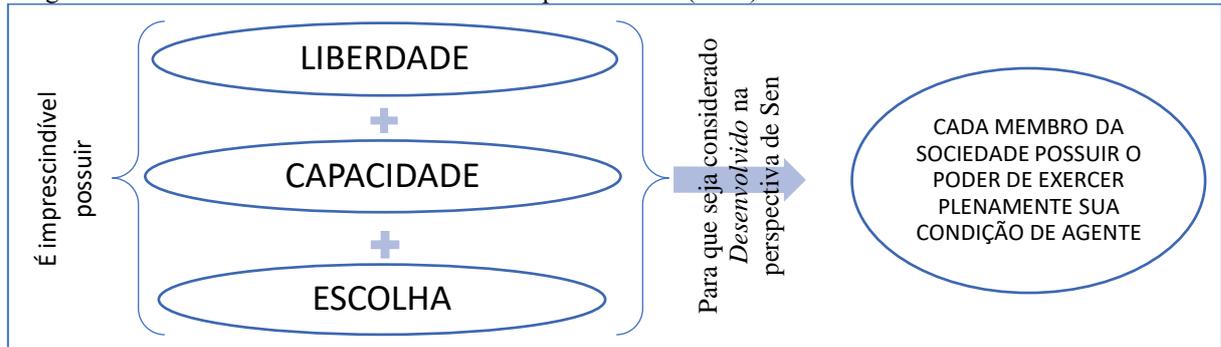
Quadro 14– Pontos positivos e negativos da sociedade contemporânea apontados por Sen (2010).

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
Abundância nunca vista	Persistência da pobreza e necessidades elementares insatisfeitas para a maioria da população mundial;
Governo democrático e participativo	Fome coletiva e subnutrição
Direitos humanos e liberdade política no discurso dominante	Violação das liberdades políticas e das liberdades básicas como acesso aos serviços de saúde e educação;
Esperança de vida elevada	Desprezo pelos interesses e atividades das mulheres
Grande interação entre as diferentes zonas do globo	Ameaças ao ambiente e à sustentabilidade da nossa vida econômica e social, refletida na insegurança econômica e social

Fonte: Construído com base em Sen (2010).

Essas privações de liberdade, algumas discriminada nos pontos negativos do Quadro 1, que tiram a liberdade e impedem que as pessoas de atuarem na sociedade enquanto *agentes* sociais, enquanto pessoas com condições sociais, econômicas e políticas de ser e fazer parte do meio em que vive de maneira consciente, e não de maneira *passiva*, pois a ausência de condições essenciais de existência, leva o indivíduo a perder sua condição de agente de pensar e decidir por si, para a condição de passividade, onde outros pensam pela maioria, geralmente líderes políticos sem gestão participativa. Uma denúncia importante realizada pelo autor, é que nunca antes o mundo viveu um período de muita opulência para poucos, e negação de liberdades elementares a um grande número de pessoas, talvez a maioria. Para compreender essa construção, construiu-se o Diagrama 2.

Diagrama 2 - Desenvolvimento como liberdade a partir de Sen (2010)



Fonte: Construído com base em Sen (2010).

Se o desenvolvimento só pode ser considerado quando todos os agentes possuem liberdades suficiente de exercer sua condição de agente, dentro da perspectiva de Sen (2010), uma região só pode ser considerada desenvolvida se todos os seus integrantes usufruem dos benefícios do referido avanço. E a PG? De que maneira essa perspectiva de *desenvolvimento* se relaciona com a PG? Essa discussão será retomada na próxima subseção.

Faremos aqui uma breve inflexão na questão do desenvolvimento para esclarecer rapidamente outro ponto que incide uma relativa dificuldade de consenso na conceituação do que é “região”, que segundo Souza (2009, p. 16),

A primeira dificuldade do conceito de região reside na delimitação precisa das fronteiras regionais, que não coincidem, necessariamente, com as fronteiras administrativas adotadas pelo setor público. Independentemente disso, uma ambiguidade importante em relação à delimitação de uma região decorre do fato de seu tamanho ser variável de uma zona com um pequeno núcleo populacional, incluindo sua área de influência, a um vasto território envolvendo vários países no interior de um mesmo continente. Como exemplo, tem-se a região amazônica (homogênea por suas características), que engloba vários países, e a região de Palomas, em Livramento, no Rio Grande do Sul, caracterizada por um microclima europeu, propício à produção de vinhos finos.

Conforme exposto, corroborando com Souza (2009), considera-se região como um espaço subnacional, que pode ser decomposto em várias partes, conforme o interesse da análise, e cada parte é considerada uma região. Então, quando se pretende analisar o desenvolvimento regional de algum espaço, será necessário delimitar primeiramente os indicadores e limites da área de interesse para estudo. Ou seja,

(...) a ideia de região leva, implicitamente, em conta a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda (pobreza *versus* riqueza), estrutura produtiva (base agrícola *versus* base industrial), estrutura urbana (meio urbano *versus* meio rural), modos de transporte e dotação de recursos naturais. Esses elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros. (SOUZA, 2009, p. 21)

A partir dos elementos até aqui expostos, buscar-se-á entrelaçá-los e então definir o que se entende por desenvolvimento regional, que para Souza (2009), numa análise mais técnica, pode ser traduzida como:

*Desenvolvimento Regional* é utilizada com uma conotação mais ampla do que normalmente se adota no contexto da Economia Regional, pois engloba também os estudos locais e urbanos. Compreende, portanto, a análise dos fenômenos econômicos no interior da região e as interações entre o conjunto de regiões de um mesmo país, enfatizando suas relações com o resto do mundo. Nesse sentido, a disciplina engloba também a análise da mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações tecnológicas, implicando igualmente a identificação dos fatores que reduzem ou aceleram as desigualdades regionais. (SOUZA, 2009, p. IX, grifos do autor).

Então, levando em consideração a questão do desenvolvimento e região e fazendo relação à perspectiva de Amartya Sen, o *desenvolvimento regional* vai além dos índices e interações econômicas apontadas no fragmento acima em destaque, pois é o ato de gerar um progresso/mudança no estado de algo, seja na qualidade de vida das pessoas, nas políticas, nas instituições, na medicina, no saneamento básico, no acesso a saúde e educação, entre outros, e isso tudo será condicionado ao contexto em que está inserido, esse referido contexto pode ser uma região, conforme o interesse da análise, onde seu nível de desenvolvimento será delimitado para além das questões de crescimento econômico, onde o desenvolvimento consistirá na eliminação de privações de liberdade que de alguma forma limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente e sua condição de ser enquanto indivíduo pertencente e atuante na sociedade.

Defende-se aqui nesta pesquisa que *Desenvolvimento Regional* é caracterizado pela redução das amarras sociais<sup>11</sup> que impedem os indivíduos de agir ativamente na sociedade, para que estes agentes atuem conscientemente em prol de sua vida, agindo com seus direitos enquanto seres humanos respeitados.

Após construir o entendimento sobre a PG e sobre o DR, na subseção seguinte será evidenciado de que maneira esses dois fatores se relacionam. cuja intenção é unir as ideias principais defendidas nas subseções anteriores, do que se entende por PG e DR e evidenciar a inter-relação existente entre essas grandes áreas de pesquisa, visto que a intenção deste estudo

---

<sup>11</sup> Segundo Sen (2010), as amarras sociais são qualquer limitação que impedem as pessoas de exercerem seu papel enquanto cidadãos, como o acesso à educação, alimentação, saúde pública, saneamento básico, trabalho, entre outros.

é evidência a relação do PPGMDR/UNIFAP para o desenvolvimento da PG do/no Estado do Amapá.

### 3.3 A inter-relação entre Pós-Graduação *stricto sensu* e Desenvolvimento Regional

As ideias-chaves já expostas até aqui são: 1) Sobre a *PG* acredita-se que para além do seu perfil formativo esse nível de ensino tem potencial para gerar novos conhecimentos e entendimentos sobre o mundo e desenvolver os estudos das mais diversas ciências. O potencial e uso de sua função é necessário para o desenvolvimento e amadurecimento das mais diversas sociedades. Entretanto, segundo Silva Júnior (2017) este potencial está sendo fomentado pela necessidade do capital para o desenvolvimento das áreas que primam a ciência e tecnologia ou qualquer área do conhecimento que resulte em produtos e inovações científicas capazes de fomentar a obtenção de lucros. 2) E sobre o *DR*, acredita-se que ao delimitar uma área de interesse para estudo, considera-se essa região desenvolvida quando seus integrantes usufruem de seus direitos e deveres enquanto cidadãos de maneira consciente e ativa, sem privações de liberdades.

E onde está a inter-relação entre a pós-graduação *stricto sensu* e desenvolvimento regional? Para essa pergunta temos um rol extenso de possíveis respostas, e dessas elegeu-se duas, são elas:

a) no plano ideal: está no potencial formativo de alto nível intelectual e na ciência e tecnologia que pode/deve ser produzida em favor do bem-estar social. Retirando amarras através dos estudos e aplicação de conhecimento, como por exemplo, no desenvolvimento de fármacos, aprimoramento da medicina, melhores condições de acesso a saúde pública e educação básica e superior, saneamento básico público, participação de discussões e decisões políticas, economia, entre outros bens e direitos que dão mais liberdades para a sociedade.

b) no plano real: recorre-se a Silva Júnior (2017) que em suas denúncias aponta para as novas funções da universidade diante da atual conjuntura de ensino, que fazem parte da conjuntura mundial (e contradição social) de produção de valor (produtos, serviços, entre outros) através da geração de conhecimento matéria-prima, segundo o autor, as evidências indicam que

Neste contexto, o Estado brasileiro, por meio de vários governos de diferentes partidos, vem implantando nas últimas décadas um conjunto de dispositivos legais que procuram aproximar, como já anunciava FHC em seu discurso de dezembro de

1994, as pesquisas empreendidas nas instituições de ensino superior, especialmente na pós-graduação. E, ao mesmo tempo, no longo prazo, tem reorganizado suas práticas segundo a mesma racionalidade. A mercantilização permeia todo tipo de prática e política institucional na universidade, tal qual a *new american university*, lembrando que, em face da nova divisão do trabalho acadêmico, o sucesso brasileiro reverte em vantagens para os países de economia central, com destaque para os Estados Unidos. Desta forma, procura-se alicerçar a pesquisa de suportes institucionais que a condicionam às demandas do setor produtivo, que, em face da forma como se adere à predominância financeira, resulta em cultura rentista e ancora na dívida pública para a administração monetária, favorece-se a economia e a educação superior dos países centrais. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 194)

A própria legislação brasileira que regulamenta os cursos e programas de pós-graduação, conforme exposto na seção anterior, desde sua gênese, evidencia a importância dessa inter-relação nas normas para funcionamento dos cursos de pós-graduação, veja:

Art. 1º Constituem programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação. § 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade. (BRASIL, 2017)

No fragmento acima exposto pode-se perceber como a legislação organiza os cursos *stricto sensu* em mestrados e doutorados, aponta sua hierarquia de pertencimento dentro do sistema educacional e ao final evidencia sua importância para que sua orientação seja voltada ao desenvolvimento do bem econômico, produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento na busca de resultados aplicadas, teoricamente, ao bem-estar da sociedade.

Todo esse conhecimento produzido em PG pode ser produzido e aplicado em favor do desenvolvimento regional, que pode resultar em melhoria nas condições de vida, de saúde, de ensino, de trabalho, entre outros. No caso das universidades brasileiras (apesar de inseridas na conjuntura mundial em favor da expansão do capitalismo) ainda não fazem parte em sua totalidade do sistema vigente de produção de valor que coloca o conhecimento produzido como potência a ser comercializada em favor dos processos econômicos no contexto da adaptação do país à mundialização do capital (SILVA JÚNIOR, 2017).

Acredita-se que as pesquisas sistematizadas no âmbito dos cursos *stricto sensu* a partir do seu potencial formativo e da busca pelo conhecimento científico possuem grande importância para melhor compreensão do mundo e para uma melhor condução, planejamento e desenvolvimento regional. E nas universidades públicas do Brasil o acesso a esse nível de ensino, apesar de ser complexo ainda é público e gratuito, o que faz da pesquisa acessível

“segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1996). E diante desses eventos, o que se espera é que esse acesso fique cada vez mais seletivo e que seus resultados sejam induzidos e financiados para a produção de valor comercializável e não mais para o bem-estar da sociedade em geral, mas para aqueles que puderem pagar por ela.

Vale salientar que historicamente, no Brasil, a PG e universidade foram de fato entrelaçadas em meados da década de 1960, então quando aqui nesta pesquisa faz-se referência a um, conseqüentemente está abordando também ao outro<sup>12</sup>. Visto que dentre as várias exigências para receber e permanecer com o título de universidade, possuir cursos de PG é uma dessas exigências, se não a principal. Pois para ser universidade, é necessário possuir no mínimo três cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 1997) bem como possuir um terço de seu quadro de professores o quantitativo mínimo de professores mestres e doutores (BRASIL, 1996)

Entende-se que DR e PG estão intrinsecamente relacionadas a partir do momento que estas duas dimensões são criações sociais, e uma (PG) possibilita o avanço do conhecimento e um melhor percurso para o outro (DR).

Com relação a área de estudo, Mattedi e Theis (2002) argumentam que, de modo geral, as várias áreas do conhecimento convergem para uma relação interdisciplinar, e que dentro desta interdisciplinaridade o desenvolvimento regional constitui um campo de estudos que as aproximam, atendendo e conectando-se com os mais diversos setores constituintes da dinâmica social, como as políticas públicas, econômicas, sociais, culturais, educacionais, entre outros. Então assim como a PG e DR estão intrinsecamente relacionadas enquanto criações e instrumentalizações sociais (de pessoas), as áreas de estudo de PG e DR também se relacionam através da interdisciplinaridade existente ente as suas disciplinas (áreas de pesquisa).

Ainda segundo Mattedi e Theis (2002), o desenvolvimento regional é definido como um processo localizado, de mudança social sustentável, que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade, e de seus respectivos membros, que vive num determinado espaço regional. O conceito defendido por esses autores corrobora com o que foi defendido anteriormente com base nos estudos de Sen (2010) cujo foco foi o desenvolvimento como liberdade.

---

<sup>12</sup> Sabe-se da existência cursos *stricto sensu* vinculados a outras instituições de ensino e pesquisa, que não são universidade.

Nesse sentido, os cursos *stricto sensu* colocam-se estrategicamente como uma instituição que atua na formação multidisciplinar e profissional, visto que a ausência de educação e conhecimento não permite que as pessoas obtenham a noção mínima de direitos e deveres na sociedade (SILVA; ROMERO, 2010, p. 3), e nessa mesma perspectiva, segundo Quintas (2013), a qualidade educacional de um local define a qualidade de sua mão de obra; da formação de seus profissionais e assim determinam a competitividade e o surgimento de novas oportunidades, fazendo girar a máquina do desenvolvimento local, criando e inovando as oportunidades de crescimento, tornando a universidade uma instituição importante e com potencial para a redução de amarras que causam complicações sociais, que de acordo com Sen (2010), essas amarras são as limitações que impedem as pessoas de exercerem seu papel enquanto cidadãos, como o acesso à educação, alimentação, saúde pública, saneamento básico, trabalho, entre outros..

Então, a formação institucional permite emancipação e formação intelectual para que os agentes sociais possam diminuir seus conflitos sociais e então cooperarem para a promoção do desenvolvimento do local que está inserida, atuando no planejamento e desenvolvimento humano do Estado. E diante do exposto:

A pós-graduação cumpre uma função inestimável para o desenvolvimento do país por meio a qualificação das instituições e da formação de pesquisadores e docentes. Indissociáveis entre si a pesquisa, o ensino e a extensão são funções permanentes da universidade, *locus* preferencial dos Programas de Pós-Graduação (PPG). Essa por sua vez, tem como categoria chave a mudança inovadora por meio da produção do novo em todas as áreas do conhecimento. Sem abrir mão do ensino, as pós-graduação tem como componente essencial a investigação científica apoiada em metodologia rigorosa e em uma *episteme* segura. (CURY, 2009, p. IX-X)

Através dessas ações e especialmente das pesquisas desenvolvidas nos programas de PG as universidades cumprem sua função enquanto parte da sociedade para a qualificação de recursos humanos e da criação de ciência, tecnologia e inovação científica, conforme será visto nas seções posteriores. No tocante ao desenvolvimento da Amazônia,

É inquestionável a importância da pós-graduação para o desenvolvimento social e econômico. A pós-graduação tem um papel crucial na produção de recursos humanos altamente qualificados, na disseminação de descobertas científicas e no avanço do conhecimento por meio da educação de futuras gerações de profissionais, que por sua vez podem contribuir para o efetivo exercício da cidadania e da soberania na região. (ABC, 2008, p. 18)

Sobre a Amazônia, dentre as áreas de estudos de grande importância e interesse para o desenvolvimento da pesquisa e da própria região encontra-se os seguintes temas: Água, Mineração, Saúde, Recuperação de Áreas Degradadas, Biodiversidade, Antropologia e Linguística, Direito Ambiental, Logística, Engenharia de Transportes, Biotecnologia, Serviços dos Ecossistemas, Energias Renováveis, entre outros.

É importante conhecer as especificidades de cada região e os impactos de cada ação quando se busca o desenvolvimento com planejamento regional, desenvolvimento este, que deverá prover a harmonia entre o desenvolvimento regional e a conservação ambiental, visto que a Amazônia se encontra como área estratégica para o Brasil e para o planeta (ABC, 2008, p. 5) pela sua riqueza natural ainda conservada.

Nesse sentido explorar a região e conhecer as maneiras de uso sustentável de sua grandiosidade de recursos através de estudos e pesquisas científicas é tão importante para que se possa gerar o desenvolvimento regional, como para defendê-la de possíveis avanços desordenados do capital e da excessiva busca por produção de valor comercializável através da ciência gerada nos cursos de PG nas universidades públicas. E é nesse ponto que o desenvolvimento regional se inter-relaciona com a Pós-graduação *stricto sensu*, pois através dos intelectuais formados pode-se consolidar e expandir a pesquisa com o intuito de promover o conhecimento da ciência e tecnologia aplicadas ao desenvolvimento da região nos mais diversos aspectos já evidenciados sobre o desenvolvimento humano, reduzindo as amarras e ampliando as liberdades.

As pesquisas científicas constituem um meio seguro de conhecimento pela maneira como são realizadas e pelos respeitados ambiente onde são praticadas e discutidas. Vale lembrar que as reformas nas políticas, sejam educacionais ou de desenvolvimento, são produzidas por esses intelectuais acadêmicos, são eles os especialistas para reger o melhor ou o pior para as sociedades que fazem parte (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 16).

Na próxima seção, será abordado com mais detalhes o desenvolvimento da pós-graduação em desenvolvimento regional e da área de conhecimento PURD no país, pois essa realidade contextual macro faz parte e está diretamente ligada a constituição do PPGMDR/UNIFAP.

## **4 A PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E AMAPÁ**

O objetivo desta seção é analisar o cenário de construção da história dos cursos e programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil e Amapá. Para alcançar esse objetivo, é importante saber que o PPGMDR da UNIFAP faz parte de um sistema maior de Programas de Pós-graduação (PPG) que estão hierarquicamente organizados e são controlados pela CAPES e que dentro desse sistema o PPGMDR/UNIFAP está vinculado a Área de Conhecimento de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD). Sabendo dessa complexa relação, para falar do PPGMR/UNIFAP, antes é necessário falar sobre o funcionamento da CAPES, depois, sobre a construção da Área de Conhecimento PURD e também sobre os cursos e programas de DR para então chegar no PPGMDR/UNIFAP. Toda essa estruturação é necessária pois a construção do PPGMDR/UNIFAP não aconteceu de maneira isolada, mas sim em meio a um processo maior de construção e organização social desse nível educacional.

Assim sendo, esta seção será dedicada a evidenciar na primeira subseção as relações existentes entre o PPGMDR/UNIFAP e a sua Área de Conhecimento dentro do Sistema de Avaliação da CAPES, bem como, na segunda subseção, o destaque será dado à expansão de Cursos em Desenvolvimento Regional (DR). E por se tratar de um curso pioneiro de uma universidade também pioneira no Estado do Amapá, a terceira subseção tratará sobre a criação do PPGMDR na UNIFAP. De modo geral, será abordado as características e distribuição dos PPG e Curso da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, sobre o processo de expansão dos cursos em Desenvolvimento Regional e sobre a relação da UNIFAP com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em especial o PPGMDR.

### **4.1 A Pós-Graduação e a Área de Conhecimento de Planejamento Urbano e Regional/Demografia no Brasil**

No Brasil, o Órgão responsável pela organização, avaliação e fomento da PG é a CAPES, ela controla de maneira rígida a entrada, permanência ou extinção desses cursos no país, para isto, é aperfeiçoado constantemente seu método de ação, cuja instrumentalização é realizada pela própria comunidade científica. Segundo a CAPES: “Com o intuito de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação, as 49 áreas de avaliação são agregadas, por

critério de afinidade, em dois níveis: 1) Primeiro nível: Colégios; 2) Segundo nível: Grandes Áreas” (CAPES, 2014b).

Os três Colégios são os seguintes: 1) Colégio de Ciências da Vida; 2) Colégio de Ciências Exatas, Tecnologia e Multidisciplinar; 3) Colégio de Humanidades. Cada um deles possuem três Grandes Áreas, totalizando 9 Grandes Áreas. E dentro de cada uma dessas nove Grandes Áreas existem Áreas hierarquicamente menores, que vão se unindo e/ou segregando de acordo com o grau de afinidade, que é onde os PPG *stricto sensu* estão distribuídos e são avaliados. Segundo a CAPES, essas atividades de avaliação são caracterizadas por três eixos:

1 – ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 – ela tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 – ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas. (CAPES, 2010, p. 125).

A avaliação, organização e hierarquização dentro dos Colégios/Grandes Áreas, é para facilitar o controle<sup>13</sup> desses cursos, que na atualidade, é executado através do SNPG, ocorrendo quadrienalmente. Através do SNPG a CAPES gerencia a entrada, permanência, extinção e também os investimentos nos programas que atingem certos padrões de qualidade exigidos por ela. Segundo a Capes (2014c):

A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia.

Para tanto, essa hierarquização possui 4 níveis e estão assim dispostas:

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;  
 2º nível – Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;  
 3º nível – Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;

---

<sup>13</sup> Adota-se aqui a expressão “controle” acompanhando as reflexões de Souza, L. G. (2009) sobre avaliação de políticas educacionais.

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas. (CAPES, 2014c)

A Capes evidenciou no fragmento acima os quatro níveis de hierarquização a partir da Grande Área, porém, como exposto inicialmente, essa hierarquia é iniciada nos Colégios. Para melhor compreensão dessa hierarquia, será exposto no Quadro 2, como exemplo, o caso do PPGMDR/UNIFAP.

Quadro 2 – Alocação do PPGMDR/UNIFAP dentro da hierarquia de avaliação da CAPES

<b>Colégio</b>	Humanidades
<b>Grande Área</b>	Ciências Sociais Aplicadas
<b>Área de Conhecimento</b>	<b>Planejamento Urbano e Regional / Demografia (PURD)</b>
<b>Subárea</b>	Planejamento Urbano e Regional (PUR)
<b>Especialidade</b>	Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional

Fonte: CAPES - Plataforma Sucupira, acesso em 14/02/2019.

A partir do Quadro acima, pode-se visualizar a hierarquia de pertencimento do PPGMDR/UNIFAP dentro do SNPG da CAPES, onde o nível mais geral é a classificação dentro dos “colégios” (que em relação ao PPGMDR/UNIFAP é o Colégio de Humanidades), e o mais específico é a classificação na “especialidade” (que em relação ao PPGMDR/UNIFAP é o Especialidade em Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional). Nesse sentido, os programas são avaliados obedecendo a hierarquia a qual estão submetidos, cuja instrumentalização do processo é realizada por uma Comissão<sup>14</sup> formadas por docentes que fazem parte da mesma Área de Conhecimento, a chamada avaliação por pares. Cada uma das 49 Área de Conhecimento possui uma Comissão de Avaliação. E no caso do PPGMDR/UNIFAP, a comissão que representa e avalia o programa é a de PURD.

Evidencia-se, assim, que os Colégios/Grandes Áreas tem um propósito para existir: facilitar o processo de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (processo de entrada e permanência). Esses programas e cursos estão hierarquicamente organizados e dispostos de acordo com as afinidades existentes entre eles. E como neste trabalho o objeto principal é o PPGMDR/UNIFAP, das 49 áreas de avaliação existentes, será evidenciado apenas a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PURD), que é a Área Básica que o PPGMDR está inserido.

---

<sup>14</sup> Para mais informações sobre a definição e disciplina das formas de colaboração e os procedimentos de escolha dos consultores científicos que compõem as Comissões para fins do assessoramento previsto no artigo 3º do Estatuto da CAPES, consultar CAPES (2016b) e para uma análise crítica sobre esse procedimento, consultar Abreu (2002).

A configuração que a Área PURD possui na atualidade, é bem diversa da que existia em seu início, bem como as demais áreas e suas respectivas estruturas. O que não foi diferente com a gestora desse nível educacional: a CAPES. Sobre ela, destaca-se uma circunstância interessante ocorrida em 1970, que foi a instituição dos Centros Regionais de Pós-graduação (CAPES, 2008). Esses Centros tinham como propósito ampliar a oferta de cursos de PG em todas as regiões do Brasil a partir da união de universidades nas quais certas áreas que já tivessem atingido a massa crítica<sup>15</sup> necessária para a formação de um programa de pós-graduação e esse programa seria referência para região (MARTINS, 2003), uma experiência que não foi adiante e só teve consolidação de PPG nas regiões Sul e Sudeste por serem regiões com expressivo desenvolvimento de PG.

Em decorrência do insucesso (Como o caso dos Centro Regionais, que tinha por objetivo instituir PPG em todas as regiões do Brasil) e/ou políticas fortes para redução de assimetrias os PPG estão assimetricamente distribuídos pelo país, onde a maior parte estão localizados no Sul e sudeste do Brasil. Isso se deu por conta de mais políticas de fomento e desenvolvimento para estas regiões em detrimento das demais, pois segundo Piquet e Ribeiro (2008), a preferência por crescimento econômico com taxas mais elevadas foi priorizada se concentrando os investimentos nas zonas mais desenvolvidas – as de maior produtividade e com um mercado consumidor com grande potencial de ampliação – embora as consequências fossem os riscos de ampliação de desigualdades regionais. Como as regiões Sul e Sudeste eram (e ainda são) as regiões mais desenvolvidas e já possuíam a estrutura necessária para a produção da ciência, estas regiões foram priorizadas em detrimento das demais regiões.

E as áreas mais desenvolvidas são as Regiões Sul, Sudeste, e essas consequências são bem visíveis nas desigualdades regionais existentes no País. Essas políticas concentraram tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento educacional, fator este que refletiu também na expansão e distribuição dos PPG pelo Brasil, que pode ser percebido ao consultar a Plataforma Geocapes<sup>16</sup> (Mapa 1).

---

<sup>15</sup> Segundo Brasil (2007), massa crítica são as pessoas capacitadas para desenvolver atividade científica dentro das universidades e com qualidade.

<sup>16</sup> Geocapes é uma ferramenta de dados georreferencial. De forma simplificada, pode ser definida como uma base de dados que consiste em referenciar informações de acordo com sua localização geográfica. É uma maneira de disponibilizar informações acerca dos mais diversos cenários em que a Capes participa ou está relacionada (CAPES, 2009).



Norte do país. O que os Centros Regionais de Pós-Graduação não alcançaram, faz parte de um dos eixos constituintes do atual PNPG (2011-2020), cujo primeiro dos cinco eixos constituintes do documento visa “a expansão do SNPG, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias” (CAPES, 2010, p. 15).

Nesse sentido, é interessante considerar a análise de Gatti (2001), quando afirma que a PG se estruturou de maneira induzida por questões políticas, não que seja ruim esse tipo indução, mas que ocasionou um improvisado modo de pesquisa brasileira, visto que que essa construção não foi resultado do amadurecimento da pesquisa, da “capacidade instalada e da massa crítica existente” (BRASIL, 2007). Sobre isso:

Não é possível mais desconsiderar, nas discussões sobre a pós-graduação, o fato de que o momento histórico hoje mostra diferenças visíveis em relação ao momento histórico em que os primeiros programas foram implementados e tiveram seus primeiros desenvolvimentos nas décadas de 1970 e inícios dos de anos 1980. Naquele momento os cursos de pós-graduação – mestrados e doutorados – foram criados, apoiados e sustentados em seu desenvolvimento sob um certo modelo e vocação não discutidos amplamente, mas gestados por setores da burocracia estatal em consenso com algumas lideranças acadêmicas, e, por isto mesmo, um modelo voltado ao desenvolvimentismo e à formação de quadros para a pesquisa e para as universidades, dentro de uma certa concepção sobre ciência, sobre seu papel e os das tecnologias e sua produção/reprodução (GATTI, 2001, p. 108-109)

Apesar do texto ser de 2001, suas marcas e considerações sobre a PG são pertinentes e atuais. Principalmente em relação ao que motivou a criação dos primeiros cursos de PG ao enfatizar que eles não foram originados pelo amadurecimento da pesquisa, mas de políticas deliberativas de organismos estatais, corroborando com Piquet e Ribeiro (2008), cujo estudo será analisado mais adiante. E como indicou Gatti (2001) sobre a PG, que nos dias atuais mostra diferenças visíveis ao seu momento histórico inicial.

A mesma análise que foi feita por Gatti (2001) sobre a PG na citação acima em destaque, pode-se fazer da Área de Conhecimento PURD. A Área também foi originada para atender as demandas emergentes à época e é o que se pode-se depreender a partir dos estudos de Piquet e Ribeiro (2008). As autoras fazem um apanhado histórico do perfil do “Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil”, e através de uma periodização e compilação desse estudo construiu-se uma série histórica (Quadro 3).

Quadro 15 – Série histórica das características do ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, 1950-2008.

Período	Contexto histórico	Características dos cursos
1950 a 1960	<p>A primeira fase é construída pelas principais concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos anos 1950 e 1960 que, no cenário Latino-Americano, corresponde à fase do “planejamento para a mudança”, quando são lançados os primeiros cursos sobre Planejamento na América Latina. No Brasil, a partir dos anos 1956, começaram a surgir necessidade de mão de obra qualificada para dar conta do Planejamento Governamental engendrado pelo então governo Kubitschek. À medida que se ampliavam os sistemas de planejamento latino-americanos, considerou-se relevante a formação de especialistas, por se tratar de atividade nova, para a qual as diferentes administrações públicas nacionais precisariam de pessoal qualificado.</p>	<p>A Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o Instituto Latino Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes) realizaram os primeiros esforços na formação de recursos humanos para apoiar e guiar os trabalhos de elaboração dos planos econômicos dos países da região. Assim, ao desenvolvimento encontrava-se associada a metodologia de como planejar e nos primeiros cursos não se havia dúvida sobre o que deveria ser ensinado. Os princípios teóricos provinham do pensamento da Cepal e do Ilpes e os manuais de metodologia para a programação econômica eram as peças chave da bibliografia básica desses cursos. O pessoal qualificado nos principais órgãos de planejamento tinha sua formação aprimorada em universidades europeias e no Chile, sede da Cepal e do Ilpes.</p>
1964 a 1984	<p>A segunda fase, no Brasil, é marcada pela conquista do poder por grupos antagônicos aos princípios democráticos, e se aprofunda o caráter centralizador, autoritário e tecnocrático das estruturas de planejamento existentes. Nesse período, o ensino de planejamento urbano e regional institucionaliza-se nas universidades brasileiras com a implantação de cursos de pós-graduação stricto sensu.</p> <p>É nesse período, da Ditadura Militar, que o sistema de planejamento assume um elevado grau de institucionalidade, fazendo com que seja impulsionada a capacitação de pessoal através da criação dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil. Como o projeto dos governos militares era dotar o Brasil de instituições mais fortes no campo da pesquisa tecnológica, foram propostos os primeiros cursos de pós-graduação stricto sensu nas áreas técnicas e em economia. São implantados os programas de mestrado em planejamento urbano e regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), na Universidade Federal de Pernambuco (1975). Em 1967, a Universidade Federal de Minas Gerais já havia criado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação na área de economia regional. Também em 1967, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, órgão criado em 1964, realiza diagnósticos inéditos da economia nacional, que propiciaram maior conhecimento da dinâmica de numerosos setores. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República abrigava, além do Ipea, o Instituto de</p>	<p>Nos cursos criados à época predominavam a formação voltada para as questões nacionais, uma vez que o projeto dos governos militares era transformar o país em uma grande potência no final do século. Acreditava-se que a saída para o desenvolvimento poderia ser trilhada por meio da elaboração de modelos econométricos e demográficos, baseados na geopolítica e na doutrina da Segurança Nacional. A ênfase nas disciplinas quantitativas – em que a Matriz de Insumo-Produto e os princípios da Programação Linear predominavam – e a crença nos princípios do planejamento racionalista dão do “toque de classe” nos cursos da época. Novas influências se fazem presente no planejamento territorial, como exemplificam a política francesa de aménagement du territoire e as propostas relativas aos polos de crescimento. Ambas tiveram ampla aceitação nos meios técnicos e serviram de base a propostas de regionalização do território nacional e a estratégia de desenvolvimento.</p>

	<p>Planejamento (Iplan) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec). Era de tal ordem a importância atribuída à formação de quadros para a atuação no sistema de planejamento, que a primeira turma do curso da UFRJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia – COPPE, é destinada a técnicos do Banco Nacional de Habitação – BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU e órgãos do governo federal envolvidos com o Planejamento urbano regional.</p>	
1976 a 1993	<p>A terceira fase indica-se que a crença exacerbada no jogo das forças de mercado leva à rejeição do planejamento, e os cursos da área perdem sua marca de cursos de planejamento e deslocam seus currículos para o campo dos estudos urbanos e regionais. Enquanto na década de 1970 intelectuais de esquerda percebiam o planejamento como sinônimo de intervenção estatal à serviço dos interesses do capital, nos anos 1980, a rejeição ao planejamento advém dos setores de orientação liberal e se dá por outros motivos: o planejamento estaria servindo mal a esses interesses, uma vez que o Estado deveria apoiar, da forma mais direta possível, a acumulação de capital, eliminando normas, reduzindo exigências legais, oferecendo incentivos fiscais, garantindo segurança aos investimentos e aumento da fluidez do território. O discurso de base keynesiana é então substituído por outro, de fundamento neoclássico, segundo o qual é o jogo das forças de mercado que permite assegurar um maior crescimento na economia.</p>	<p>Assim como o enfraquecimento do Estado-nação, o planejamento de escala nacional cai em descrédito e os programas de pós-graduação, concebidos para a formação de pessoal na área, são mantidos mas tem seus currículos direcionados para estudos urbanos e regionais, em que o regional perde posição e as questões interurbanas ganham proeminência, inclusive pela relevância dos processos de organização social e política que permitiram o reconhecimento de direitos urbanos na Constituição Federal de 1988. É sintomático da crise de planejamento territorial, porém, que no período de quase 20 anos (entre 1975 e 1993), nenhum novo curso tenha sido criado na área.</p>
1993 a 2008	<p>A partir dos anos 1990 as questões das políticas econômicas de longo prazo são retomadas e então reconduzindo a um novo perfil dos cursos da área, que adquirem novas dimensões em números. Desde 2005, o Brasil sinaliza pela recuperação da economia e pelo planejamento em prazos longos. Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento passam a ser mais uma vez tema relevante nos debates sobre o destino do país. O enfrentamento teórico e político dessa questão requer avançar nas análises territoriais com pesquisas que busquem identificar a lógica do funcionamento dos vários circuitos de valorização do capital, em seus vínculos com a condição de vida da população.</p>	<p>As mudanças em curso na economia, na administração de recursos e nas formas de organização dos interesses sociais evidenciam a necessidade de que o ensino do planejamento urbano e regional assuma diferentes programas e projetos entre as instituições de ensino, com vistas a atender as demandas regionais e locais de formação profissional. Os cursos da área estão para dar conta das demandas emergentes e estão admitindo um caráter interdisciplinar, visto que a área está compreendendo diversos estudos realizados por diversos profissionais de formação distinta no campo do planejamento regional e urbano.</p>

Fonte: Construído com base no estudo de Piquet e Ribeiro (2008).

Conforme demonstrado no Quadro acima, a partir dos estudos das autoras, pôde-se construir uma série história dividida em quatro fases que marcaram o início e a construção do perfil da PURD ao longo dos anos, tornando-se importante destacar alguns pontos:

- 1) O pioneirismo nos estudos na Área PURD foram protagonizados e fomentados pela OEA, Cepal e Ilpes com a formação de recursos humanos na América Latina que impulsionassem o desenvolvimento dos países da região;

- 2) No Brasil, o Período da Ditadura Militar (1964-1984), apesar de ter ocorrido com muita intransigência e violação da dignidade humana, trouxe para a PG e PURD marcos regulamentares importantíssimos, como o Parecer Sucupira<sup>17</sup> e a criação dos primeiros cursos da Área PURD na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), na Universidade Federal de Pernambuco (1975);
- 3) A Área PURD passou quase 20 anos sem criação de novos cursos (entre 1975 e 1993), podendo ser um reflexo do período autoritário e dos primeiros anos de democratização do país;
- 4) Novos fomentos são dispensados para a PG no Brasil a partir dos anos 1990 e a partir de então os cursos PURD passam a se reestruturar e a cada avaliação atualiza seu perfil e condições de pertencimento para dar conta das demandas emergentes (conhecimentos socialmente necessário) provocados pela CAPES;
- 5) Apesar de puxar os conhecimentos para “planejamento”, “regional”, “urbano” a área passa a admitir um caráter interdisciplinar a partir dos anos 1990, em virtude da diversidade de formação docente e discente.

Até aqui buscou-se enfatizar como foram construídos os primeiros cursos PURD e quais suas características ao longo dos anos e para complementar a caracterização dos cursos PURD na atualidade, é mister evidenciar existência dos estudos de Ribeiro (2002), Piquet e Ribeiro (2008), Lacerda (2013) e Porto e Theis (2016) que desenvolveram pesquisas para melhor compreensão da Área PURD e sobre o seu papel diante da ciência brasileira.

Lacerda (2013) enfatiza que o PUR é um campo de estudos e que “o conhecimento do seu objeto de intervenção – o espaço urbano e regional – depende de uma soma de saberes e métodos, aportados por profissionais de diferentes disciplinas e/ou práticas”. O que em geral, é a reunião de indivíduos, com diferentes formações profissionais estudando cientificamente um evento que ocorre em uma determinada região. Esses eventos trazem à tona a *Pluri, Multi, Inter e transdisciplinaridade*<sup>18</sup> que na atualidade também caracteriza da área PURD. Assim como Lacerda (2013), Porto e Theis (2016) corroboram que o “planejamento”, o “regional e o “urbano” tem sido constantemente objeto de estudos e:

---

<sup>17</sup> Conforme evidenciado anteriormente, o Parecer CFE nº 977/65 é também conhecido como "Parecer Sucupira", esse documento organizou o sistema de pós-graduação no Brasil.

<sup>18</sup> Para mais detalhes sobre a *Multi, Pluri, Inter e Transdisciplinaridade* na Área PUR, ver Lacerda (2013).

Dentre as possibilidades de se tecer profundas reflexões sobre aquelas indicações temáticas, criaram-se programas de pós-graduação em diversas subáreas de conhecimento pela Capes, dentre as quais a do Planejamento Urbano e Regional (PUR) que está inserida na Grande Área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e que apresenta forte atuação de análises multidisciplinares nas pesquisas realizadas (PORTO; THEIS, 2016, p. 35-34)

Deste modo, os estudos indicam uma forte tendência para a afirmação do diálogo existente entre as várias disciplinas de compões os estudos PURD, e mesmo reconhecendo a falta de consenso sobre o conceito de interdisciplinaridade, o Documento de Área PURD (CAPES, 2016a), reserva um espaço em seu escopo para esclarecer o que se entende sobre o assunto.

A questão da interdisciplinaridade é um tema de extrema importância para a Área PLURD. Principalmente por conta de que não existem formações em nível de cursos de graduação para "Planejamento Urbano", "Desenvolvimento Regional" ou "Demografia". Por conta disso, os Programas da Área recebem discentes com diferentes formações, o que exige logo de saída a necessidade de diálogo multidisciplinar, considerando-se também que o corpo docente dos Programas possui formação disciplinar variada (CAPES, 2016a, p. 07).

(...)

Por causa disto, a própria história da construção e trajetória da Área, apresentada anteriormente, explicita o próprio caráter de interdisciplinaridade. E se entende melhor porque e em que medida a nova composição com Programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano) e para o desenvolvimento (e gestão) regional representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da Área se advogam a adotar abordagens interdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (CAPES, 2016a, p. 09).

Bem como deixa claro o Documento de Área, pela ausência de cursos de graduação específicos a área acaba atraindo docentes e discentes de diversas áreas que trabalhando e estudando juntos constroem diálogos e pesquisas sobre o “Planejamento”, o “Urbano”, o “Regional” e “Demografia” e suas relações. E conforme demonstrado em Piquet e Ribeiro (2008), a PURD teve suas origens para garantir a formação de recursos humanos para assegurar mão de obra qualificada para dar conta dos planos de governo, por esses motivos as características iniciais dos cursos PURD eram basicamente voltadas para economia e planejamento (PIQUET; RIBEIRO, 2008). E diante das demandas<sup>19</sup> orientadas pela CAPES, a área PURD passou a admitir um caráter interdisciplinar (CAPES, 2016a).

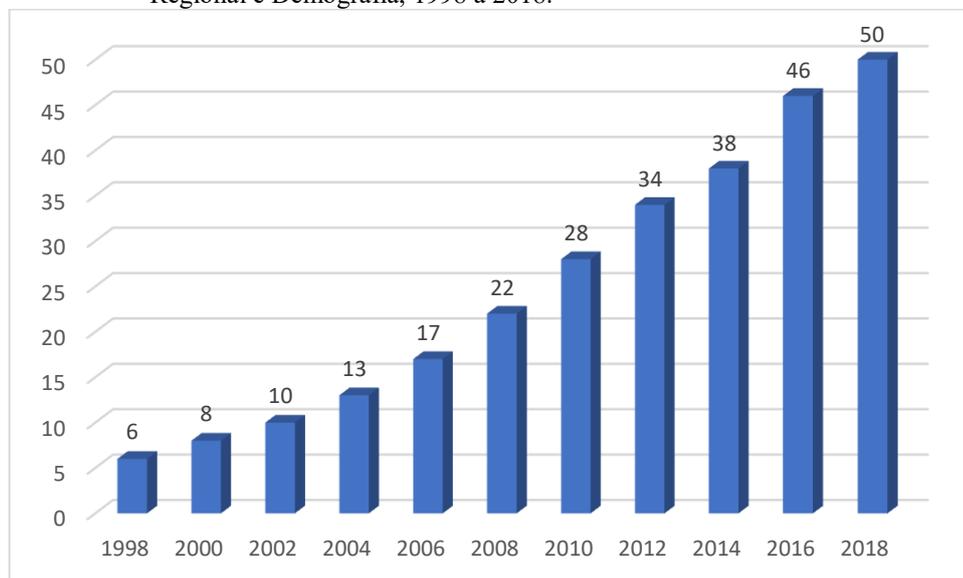
---

<sup>19</sup> Algumas dessas demandas foram discutidas na seção 3, tendo como base, dentre outros, os estudos de Silva Júnior (2017).

Com esse caráter interdisciplinar e apesar dos percalços vivenciados ao longo de sua trajetória, como os evidenciados no Quadro 3, a área cresceu em número de cursos e em critérios para pertencimento. E para trazer um quantitativo atualizado dos PPG existentes no Brasil da Área PURD, consultou-se as plataformas da CAPES disponível online: Geocapes e Sucupira<sup>20</sup>. A partir dos dados presentes nessas plataformas é possível ter noção de algumas informações de controle da CAPES, como: os números dos PPG dentro e fora do país, bolsas, docentes, discentes e todas as informações são fornecidas de acordo com a posição geográfica que se pretende investigar.

Assim, a partir dos dados<sup>21</sup> coletados na Plataforma Geocapes associado aos dados presentes na Plataforma Sucupira construiu-se o Gráfico 1 que mostra o comportamento do quantitativo de PPG da Área de PURD do ano de 1998 a 2018 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Programas de Pós-graduação da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, 1998 a 2018.



Fonte: CAPES - Geocapes e Sucupira, acesso em 15/02/2019.

A partir desses números, percebe-se o quanto a Área cresceu, apesar de ser um crescimento lento, foi um crescimento que manteve constância. Numa perspectiva endógena,

<sup>20</sup> A Plataforma Sucupira é uma importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e é a base de referência do SNPG. A Plataforma disponibiliza em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica (CAPES, 2014a)

<sup>21</sup> Na Plataforma Geocapes seguiu-se os seguintes passos para coleta dos dados presentes no Gráfico 1: 1) Seleção do indicador de “Distribuição de cursos de programas”; 2) Seleção do “ano” pretendido; 3) não selecionar “nota” específica; 4) Seleção de “visão analítica” dos dados; 5) Seleção de “Área de Avaliação”; 6) Seleção da Área PURD.

se analisarmos de 10 em 10 anos tomando por base o quantitativo de programas existente em 1998 (6), a área cresceu muito. Cresceu mais de 300% em 2008 com 22 cursos, e mais de 800% em 2018. Contando apenas com o crescimento endógeno a área hoje possui 50 cursos em atividade. Para visualizar melhor a participação dos Programas PURD na Ciência brasileira, construiu-se a Tabela 1 que evidencia o quantitativo<sup>22</sup> referente ao ano de 2018 essa relação desde a Grande Área até a Área Básica PURD:

Tabela 1 – Total de Programas de Pós-graduação em todas as áreas, na grande área Ciências Sociais Aplicada e PURD, 2018.

	<b>Total</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado Profissional</b>	<b>Doutorado Profissional</b>	<b>Mestrado/Doutorado</b>	<b>Mestrado Profissional/Doutorado Profissional</b>
<b>Todas as Grandes Áreas</b>	4564	1345	89	815	2	2291	22
<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	631	209	8	154	0	257	3
<b>Planejamento Urbano e Regional e Demografia</b>	50	20	2	8	0	20	0

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, acesso em 15/02/2019.

A partir dos dados acima evidenciados, pode-se notar que a participação da PURD na Grande Área de Ciências Sociais Aplicada é de: 13,8% do total de PPG, sendo 15,5% do total de mestrados, 9% do total de doutorado, 11,2% do total de programas com mestrado e Doutorado. Ao se verificar o total de programas da PURD, no cenário de todas as Grandes Áreas, sua participação é de 1,1%. É interessante pontuar nesses dados o crescimento dos programas de pós-graduação profissional, que tendo seu reconhecimento apenas no ano de 1998<sup>23</sup> já apresenta com um percentual relevante em todas as áreas e ainda tímido da área PURD.

Sobre a distribuição espacial dos PPG da Área PURD, percebemos que assim como os PPG de todas as Grande Áreas apresentam assimetrias regionais e concentração na região sul e sudeste do país, o mesmo ocorre com a Área ora pesquisada (Quadro 4).

<sup>22</sup> Na Plataforma Sucupira, para construção da Tabela 1 e Quadro 4, os dados foram obtidos, seguindo os seguintes passos: 1) Seleção de “Cursos avaliados e reconhecidos”; 2) Dados quantitativos de programas “por área de avaliação”.

<sup>23</sup> Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998 (CAPES, 1998), que dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências.

Quadro 4 – Programas de Pós-graduação em Planejamento Regional (2018).

REGIÃO	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO DE RECOMENDAÇÃO	CONCEITO	ÁREA BÁSICA
REGIÃO NORTE	UFT /TO	Mestrado/Doutorado	2006/2015	4	PUR
	UFT /TO	Mestrado Profissional	2012	4	PUR
	UFT/TO	Mestrado	2016	3	PUR
	UNAMA /PA	Mestrado/Doutorado	2006/2018 <sup>24</sup>	4	PUR
	UNIFAP/AP	Mestrado	2005	3	PUR
	UNIFESSPA/PA	Mestrado	2018	A <sup>25</sup>	PUR
CENTRO -OESTE	PUC/GO	Mestrado	2005	3	PUR
	UEMS/MS	Mestrado	2014	3	PUR
	UNIALFA/GO	Mestrado Profissional	2007	3	PUR
NORDESTE	UCSAL/BA	Mestrado/Doutorado	2005/2012	3	PUR
	UCSAL/BA	Mestrado Profissional	2006	3	PUR
	UEMA/ MA	Mestrado	2010	3	PUR
	UEPB/PB	Mestrado	2009	3	PUR
	UERN/RN	Mestrado	2015	3	PUR
	UFPE/PE	Mestrado/Doutorado	1975/1999	5	PUR
	UFRN/RN	Mestrado/Doutorado	2009/2018	4	PUR
	UFRN/RN	Mestrado/Doutorado	2010/2018	4	Demografia
	UNIFACS/BA	Mestrado/Doutorado	1999/2005	4	PUR
SUL	FACCAT/RS	Mestrado	2012	3	PUR
	FURB/SC	Mestrado/Doutorado	2000/2012	5	PUR
	PUC/PR	Mestrado/Doutorado	2002/2008	5	PUR
	UDESC/SC	Mestrado Profissional	2006	4	PUR
	UDESC/SC	Doutorado	2015	4	PUR
	UFPR/PR	Mestrado	2015	3	PUR
	<b>UFRGS/RS</b>	<b>Mestrado/Doutorado</b>	<b>1970/2004</b>	<b>6</b>	PUR
	UFRGS/RS	Mestrado	2018	A	PUR
	UNC/SC	Mestrado	2006	4	PUR
	UNIJUÍ/RS	Mestrado/Doutorado	2002/2015	4	PUR
	UNILA/PR	Mestrado	2015	3	PUR
	UNIOESTE/PR	Mestrado/Doutorado	2002/2009	5	PUR
	UNISC/RS	Mestrado/Doutorado	1994/2004	5	PUR
	UNOCHAPECÓ/SC	Mestrado Profissional	2009	4	PUR
	UTFPR/PR	Mestrado/Doutorado	2009/2018	4	PUR
UTFPR/PR	Mestrado Profissional	2010	4	PUR	
SUDESTE	CEFET/RJ	Mestrado	2018	A	PUR
	ENCE/RJ	Mestrado/Doutorado	1998/2014	4	Demografia
	UCAM/RJ	Doutorado	2015	4	PUR
	UCAM/RJ	Mestrado Profissional	2002	4	PUR

<sup>24</sup> As propostas de cursos novos aprovadas e vinculadas a programas existentes receberão a mesma nota do programa (CAPES, 2018a).

<sup>25</sup> As propostas de cursos novos analisadas pela CAPES serão avaliadas como: aprovadas ou não aprovadas (CAPES, 2018)

UEMG/MG	Mestrado Profissional	2014	3	<b>PUR</b>
UFABC/SP	Mestrado/Doutorado	2010/2012	4	<b>PUR</b>
UFF/RJ	Mestrado	2015	3	<b>PUR</b>
UFMG/MG	Mestrado	2015	3	<b>PUR</b>
UFMG/MG	Mestrado/Doutorado	1985/1985	7	<b>Demografia</b>
UFRJ/RJ	Mestrado/Doutorado	1972/1993	6	<b>PUR</b>
UFRRJ/RJ	Mestrado	2011	3	<b>PUR</b>
UFSJ/MG	Mestrado	2018	A	<b>PUR</b>
UNICAMP/SP	Mestrado/Doutorado	2002/1993	6	<b>Demografia</b>
UNINOVE/SP	Mestrado	2015	3	<b>PUR</b>
UNITAU/SP	Mestrado	2009	4	<b>PUR</b>
<b>UNIVAP/SP</b>	<b>Mestrado/Doutorado</b>	<b>1993/2014</b>	<b>3</b>	<b>PUR</b>

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, consulta em 14/08/2019.

Sobre o Quadro 4, pode-se depreender o seguinte:

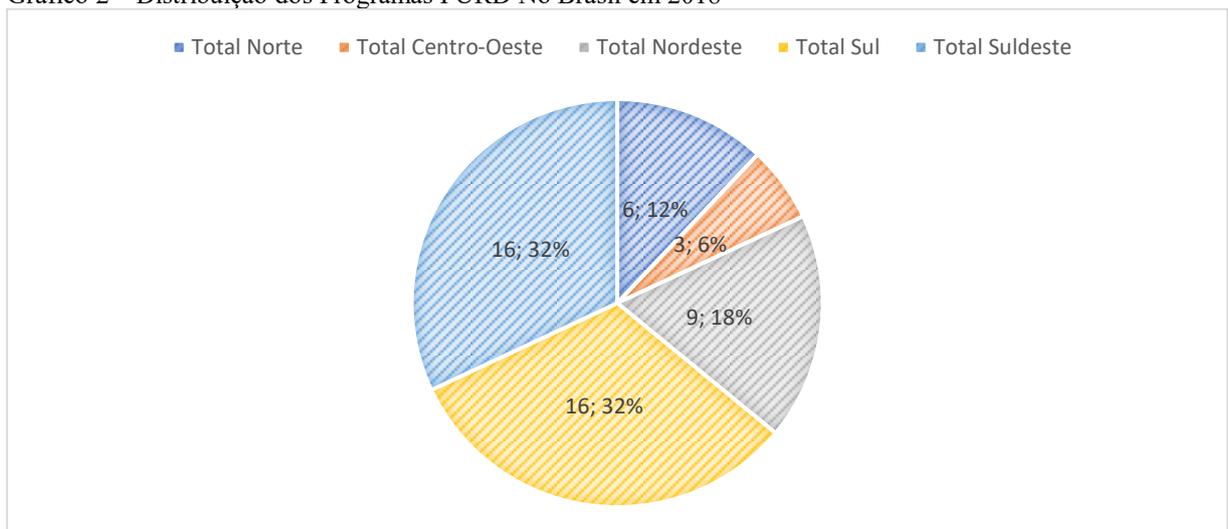
- 1) **A Região Norte:** possui 7 Estados (Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Rondônia, Acre), e destes possui a presença de PPG/PURD em apenas 3 (Tocantins, Amapá, Pará), totalizando 6 PPG e 8 Cursos. O PPG pioneiro da Região é do Amapá e é objeto de estudo dessa pesquisa: PPGMDR/UNIFAP, que foi recomendado no ano de 2005. Os recém recomendados pela Capes estão localizados no Pará, um Mestrado e um Doutorado. A Região perdeu recentemente um PPG/PURD em Roraima.
- 2) **A Região Centro-Oeste:** Possui 3 Estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e o Distrito Federal. É a Região que possui o menor quantitativo de PPG da área PURD, possuindo 3 PPG e 3 Cursos. O PPG mais antigo foi recomendado no mesmo ano que o PPGMDR/UNIFAP (2005), e também ainda não alcançou conceito necessário para a recomendação de um Doutorado na Área.
- 3) **A Região Nordeste:** Possui 9 Estados, é a terceira maior região do Brasil e a maior em número de estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe), Possui 9 PPG/PURD e 14 Cursos, distribuídos em 5 Estados (Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco). O Primeiro PPG/PURD da região foi recomendado em 1975 em Pernambuco, e os mais recentes foram recomendados em 2018, dois doutorados no Rio Grande do Norte.
- 4) **A Região Sul:** é composta por 3 Estado (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul). Em relação as outras Regiões, possui um número elevado de PPG/PURD para a quantidade de Estados que possui, um total de 16 PPG e 23 Cursos

distribuídos nos 3 Estados. E para além das assimetrias, a Região recebeu o PPG/PURD pioneiro do Brasil no ano de 1970, no Rio Grande do Sul.

- 5) **A Região Sudeste:** é composta por 4 Estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo). A mesma análise feita para a região Sul, faz-se para a Região Sudeste, que possui um número elevado de PPG/PURD em relação ao quantitativo de Estados, um total de 16 PPG e 23 Cursos, distribuídos nos 4 Estados. O PPG pioneiro da Região foi recomendado no ano de 1972 no Rio de Janeiro.

Os três PPG pioneiros na Área PURD ainda estão em atividade: Rio Grande do Sul (1970), Rio de Janeiro (1972) e Pernambuco (1975). E percebe-se que existe uma forte concentração de PPG/PURD no Sul e Sudeste do Brasil. As Regiões com o menor quantitativo é o Centro-Oeste e o Norte, porém o Norte possui uma quantidade maior de Estados e um quantitativo baixo de PPG/PURD para atender cientificamente as discussões pertinentes a Área. Essas assimetrias regionais de distribuição de PPG/PURD pode-se perceber melhor na construção evidenciada no Gráfico 2, que foi construído com base no Quadro 4.

Gráfico 2 – Distribuição dos Programas PURD No Brasil em 2018



Fonte: CAPES - Plataforma Sucupira, acesso em 14/08/2019.

Diante do exposto, percebeu-se que Área PURD possui uma rica história de influências endógenas e exógenas na condução tanto de seus cursos como no fomento de sua expansão. A configuração que a Área possui na atualidade, é bem diversa da que existia em seu início em 1970, quando foi criado seu primeiro curso. Na época existiam poucos docentes com capacidade técnica e científica para a grande necessidade de formação de mais

profissionais para atuar nas demandas regionais. Além desses e de outros percalços apontados no decorrer dessa subseção, acredita-se que o problema de assimetrias regionais é o maior que a PURD enfrenta, principalmente para a Região Norte, que é a Região que possui o menor número de programas em relação ao quantitativo de Estados que possui.

Na Região Norte que está localizada a Amazônia Brasileira, rica em fauna, flora e povos de origem cultural diversificada que precisam e merecem ter sua área estudada e preservada. E possui um quantitativo baixíssimo de PPG/PURD discutindo e estudando cientificamente o desenvolvimento da própria Região. São essas e outras circunstâncias que fundamentam e evidenciam a importância do PPGMDR para a Região Norte e principalmente para o Estado que está inserido: Amapá.

#### **4.2 A Criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil**

Os Programas em Desenvolvimento Regional (PDR) tem uma história mais recente, visto que o programa mais antigo em DR possui 25 anos de existência e o mais antigo da área PURD possui 49 anos. A história dos PPG em DR inicia na última fase da série histórica construída no Quadro 3, que foi embasado nos estudos de Piquet e Ribeiro (2008). Esta última fase remete ao período em que o país e as políticas governamentais, voltam pensar em planejamento e é quando a área PURD recebe novos estímulos, endógenos e exógenos, e começa um novo processo de expansão dos seus cursos.

No tocante aos Programas *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional, existem poucos trabalhos disponíveis nas plataformas de consulta a que se teve acesso sobre a temática de discussão desta subseção. Aliado a isso, é importante ressaltar que as pesquisas relacionadas ao “Desenvolvimento Regional” enquanto produto de uma ação existe um quantitativo expressivo de trabalhos publicados, porém sobre a história e expansão dos PPG e dos Cursos em DR são poucos. Por este motivo que o estudo aqui reporta apenas aos Programas em DR da UNISC, UnC e UNIFAP, por apenas estas terem pesquisas realizadas e publicadas sobre os mesmos.

Diante do exposto, selecionou-se os estudos de Etges e Dornelles (2014), Porto *et al.* (2014) e Gumbowsky *et. al.* (2016), para a partir deles e juntamente com os dados disponíveis na Plataforma Sucupira construir a série histórica sobre a expansão dos PPG em DR. Cada um destes estudos constituem um memorial de fundação de PPG em DR, que estão vinculadas as seguintes instituições: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade do

Contestado (UnC) e UNIFAP, as duas primeiras estão localizadas na Região Sul e a última na Região Norte. De sorte, dentre esses estudos encontra-se a história do primeiro PPG em DR do Brasil: PPGDR/UNISC; e do PPG a qual esta dissertação se debruça: PPGMDR/UNIFAP.

O primeiro curso em DR foi criado em 1994 na UNISC, em Santa Catarina. O contexto da época estava em torno das discussões sobre o desenvolvimento e o regional. Segundo Etges e Dornelles (2014, p. 271)

A atenção dispensada ao tema durante as décadas de 1980/90 no país era inexpressiva. Somente na virada do milênio o tema volta a receber atenção, com a criação do Ministério da Integração, em 1999, e a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR em 2003.

O fragmento acima corrobora com os estudos de Piquet e Ribeiro (2008) e acrescenta duas instituições que fomentaram as discussões sobre DR e impulsionaram a criação do primeiro curso na área. E como pode-se perceber os primeiros cursos foram criados objetivando, também, a formação de pesquisadores aptos a discutir os temas vigentes à época, que eram ‘desenvolvimento’ e ‘regional’ na perspectiva de promover o desenvolvimento do Estado, que de certa forma reforça os estudos de Germano (1994) levantados na seção 3. No período de criação do primeiro PPG em DR, no Rio Grande do Sul, as discussões sobre DR estavam em alta:

No Rio Grande do Sul, entretanto, o tema estava em destaque principalmente a partir da década de 1990, na medida em que várias iniciativas voltadas às descentralizações dos processos de promoção do desenvolvimento foram implementadas, como a instalação dos Polos de Modernização Tecnológica, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, bem como o importante papel das Universidades Comunitárias, enquanto fomentadoras de desenvolvimento de suas regiões de abrangência. (ETGES; DORNELLES, 2014, p. 271).

Todo esse acontecimento histórico associado ao reconhecimento da UNISC enquanto universidade em 1993, foram propulsores para a criação do primeiro PPG em DR, um Mestrado, que ocorreu em 1994 e em 2004 o PPG amadureceu o suficiente para ter a aprovação e recomendação do, também, primeiro Doutorado em DR, sendo pertencentes a Área PURD.

A UNISC foi a pioneira tanto na criação do Mestrado quanto Doutorado em Desenvolvimento Regional. A partir desse acontecimento foram criados vários outros PPG em DR, cada um com suas motivações históricas e especificidade de perfil, como ocorreu com os PPG da UNIFAP e UnC.

O PPGMDR/UNIFAP foi recomendado em setembro de 2005 iniciando suas atividades em maio de 2006. Esse PPG foi construído em parceria com outras instituições de pesquisa amapaense, visto que a própria UNIFAP não possuía um quantitativo suficiente de pesquisadores doutores para um PPG *stricto sensu* (PORTO *et. al.*, 2014, p. 55). Como o “quadro docente da instituição era pequeno e pulverizado em diversas áreas do conhecimento, a alternativa foi criar cursos interdisciplinares que pudessem dialogar com diversas ciências” (*op. cit.*, p. 55). Vale ressaltar, que apesar do PPGMDR/UNIFAP dialogar com várias áreas e ter características interdisciplinar foi aprovado para fazer parte da área PURD, que, conforme evidenciado nas subseções anteriores a interdisciplinaridade é uma das características dos PPG/PURD. Sobre o PPGMDR/UNIFAP, abordaremos com mais riqueza e detalhes o seu processo de concepção e contribuições na seção 5, por ele ser o objeto de estudo desta pesquisa.

O PPG da UnC foi recomendado e iniciou suas atividades, em 2006, nesse ano já estavam em atividade, ou com recomendação aprovada, 6 Cursos de Mestrado e 1 Doutorado em DR, das seguintes instituições/ano: UNISC/RS (Mestrado - 1994), Universidade Regional de Blumenau - FURB/SC (2000), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ/RS (2002), Universidade Federal do Amazonas - UFAM/AM (2004), UNISC/RS (Doutorado - 2004), Universidade Federal do Acre - UFAC/AC (2005) e UNIFAP/AP (2005).

Sobre a PMDR/UnC, segundo Gumbowsky *et al* (2016), para a concepção do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PMDR) da UnC, movimentos e decisões tiveram que ser tomadas. Segundo Gumbowsky *et al* (2016), a universidade começou a criar as condições necessárias para criar seu primeiro curso de PG:

Docentes foram qualificados, projetos foram desenvolvidos. Integrações, parcerias, publicações e um intenso debate sobre as definições do seu eixo condutor: a área de concentração e linhas de pesquisas, objetivos e cumprimento dos propósitos institucionais. (GUMBOWSKY *et al.*, 2016, p. 6).

A criação do PMDR/UnC veio da necessidade de integração dos níveis de ensino de graduação, pesquisa e extensão, ação esta que é obrigatória a qualquer universidade. Nesse sentido, os encaminhamentos e discussão sobre os problemas regionais foram priorizados, para então iniciar o processo de apropriação e a transmissão de conhecimentos, de tecnologias e metodologias para a geração do desenvolvimento socioeconômico e político da região através de um Curso que tivesse tal objetivo. Assim:

O credenciamento e reconhecimento necessário à sua oficialidade é resultante das reuniões de Conselho Técnico Científico da CAPES, ocorridas em 31 de Janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 2006, quando foram avaliados e distribuídos conceitos aos Programas de Pós-Graduação Stricto sensu que pleitearam ingresso no sistema de avaliação, dentre eles, o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNC (GUMBOWSKY *et al.*, 2016, p. 7).

(...)

Neste ínterim, enquanto tramitava o processo que pleiteava o ingresso do PMDR no sistema de avaliação da CAPES, em 22 de março de 2006, a Resolução UnC-CONSEPE Nº 018/2006, aprovou a adequação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional às sugestões do Parecer a Comissão de Área de Avaliação CAPES – Planejamento Urbano Regional/Demografia e na área de concentração Desenvolvimento Regional (GUMBOWSKY *et al.*, 2016, p. 7).

Até aqui percebeu-se um pouco do contexto de criação de três PPG, que pode ser diverso ou semelhante em relação à experiência dos demais cursos em DR existentes e em atividade. Mas deu para ter uma noção do que levou as referidas instituições a criarem os cursos em DR e os percalços para suas efetivações.

É importante notar que o crescimento dos cursos de DR não foi apenas dentro da área PURD. Os PPG em DR iniciaram na área PURD e expandiram para a Área Interdisciplinar. Ao consultar a Plataforma Sucupira, pôde-se construir o Quadro 4, que constitui um histórico de PPG em DR que existe/existiram. Ao todo existem 12 PPG em DR em atividade pulverizados pelo Brasil, conforme pode-se observar no Quadro 5.

Quadro 5 – Histórico de Programas de Pós-Graduação de Cursos em Desenvolvimento Regional, 1994-2018.

Região	Programa	Instituição	Área de Avaliação	Recomendação	Nível	Conceito
<b>CENTRO-OESTE</b>	Desenvolvimento Regional	UNIALFA/GO	PURD	2006	Mestrado Profissional	3
<b>NORDESTE</b>	Desenvolvimento Regional	UEPB/PB	PURD	2008	Mestrado	3
<b>NORTE</b>	Desenvolvimento Regional	UFAC/AC	INTERDISCIPLINAR	2005 <sup>26</sup>	Mestrado	2
	Desenvolvimento Regional	UFAM/AM	INTERDISCIPLINAR	2004 <sup>27</sup>	Mestrado	3
	Desenvolvimento Regional	UNIFAP/AP	PURD	2005	Mestrado Acadêmico	3
	Desenvolvimento Regional	UFT/TO	PURD	2006/2015	Mestrado/Doutorado	4
<b>SUDESTE</b>	Desenvolvimento Regional	Uni-FACEF/SP	INTERDISCIPLINAR	2007	Mestrado	3
	Desenvolvimento Regional	INESP/MG	PURD	2011 <sup>28</sup>	Mestrado Profissional	2
<b>SUL</b>	Desenvolvimento	UnC/SC	PURD	2006	Mestrado	4

<sup>26</sup> Desativado, status obtido na avaliação CAPES de 2010.

<sup>27</sup> Desativado, status obtido na avaliação CAPES de 2010.

<sup>28</sup> Em desativação, status obtido na avaliação CAPES de 2017.

	Regional					
	Desenvolvimento Regional	UNISC/RS	PURD	1994/2004	Mestrado/Doutorado Acadêmico	5
	Desenvolvimento Regional	UNIJUÍ/RS	PURD	2002/2015	Mestrado/Doutorado Acadêmico	4
	Desenvolvimento Regional	FURB/SC	PURD	2000/2012	Mestrado/Doutorado	5
	Desenvolvimento Regional	UTFPR/PR	PURD	2009/2018	Mestrado/Doutorado	4
	Desenvolvimento Regional	FACCAT-RS	PURD	2012	Mestrado	3

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, acesso em 14/08/2019.

A partir do Quadro 5, pode-se depreender historicamente o seguinte:

1. Os cursos em DR estão distribuídos nas áreas PURD (11 PPG) e Interdisciplinar, porém neste último existe apenas 1 curso em atividade (Uni-FACEF/SP), os dois outros cursos da Área foram desativados em avaliações anteriores da CAPES;
2. O PPG pioneiro (UNISC/RS) em DR com o curso de mestrado (1994) encontra-se em atividade e cresceu o suficiente para receber, o também primeiro, curso de doutorado da área (2004);
3. O Centro-Oeste e o Nordeste possuem cada um apenas um curso em DR, e já possuem uma jornada de pelo menos 10 anos de existência. Nenhum Doutorado da Área nas Regiões.
4. No Norte foram criados 4 PPG em DR, dois foram desativados, estando em atividade apenas 2, são eles: UFT/TO e UNIFAP. O PPG da UFT/TO possui um curso de Mestrado e um Doutorado acadêmico em DR. A UNIFAP possui apenas Mestrado em DR, e ainda não alcançou critérios suficiente da CAPES para criar um Doutorado;
5. O Sudeste possui 2 PPG em DR. A Região abriga o único PPG em DR da Área Interdisciplinar, o outro pertence a Área PURD;
6. A Região Sul é a que mais possui PPG em DR e todos estão em funcionamento desde sua concepção. A maioria já possui doutorado. A Região abriga o PPG pioneiro em DR (UNISC/SC), o qual possui Mestrado e Doutorado acadêmico.
7. Existem 2 PPG em DR de Curso de Mestrado Profissional, que é uma modalidade que está em constante crescimento;

A UNIFAP juntamente com a UFAC/AC, receberam a recomendação (15/09/2005) e iniciaram as atividades de seus PPG em DR no mesmo período (2006), sendo eles os primeiros PPG em DR da Região Norte, porém na avaliação do ano de 2010 o PPG da

UFAC/AC recebeu nota 2 e entrou em desativação. Apesar de serem dois PPG em DR, foram recomendados para funcionamento e avaliação em Comitê de Áreas distintas: UFAC/AC para Interdisciplinar e UNIFAP/AP para PURD.

Bem como evidenciado nas experiências da UNISC/SC, UnC/SC e UNIFAP, as motivações para criação de PPG em DR são as mais diversas: desde necessidade de discussão sobre desenvolvimento regional, até necessidade de criação de um curso que além da discussão pudesse dialogar com as mais diversas áreas possíveis, visto que o quantitativo de pesquisadores com doutorado não era suficiente para a implementação de um curso de uma área específica, e para atendimento, exigido em Lei, a manutenção do status de universidade, que é o caso do PPGMDR/UNIFAP e UnC/SC.

#### **4.3 A Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Unifap: dos Interinstitucionais aos Institucionais**

Nas subseções anteriores construiu-se a perspectiva de expansão da Área PURD e dos Cursos em DR para ter-se uma noção de suas abrangências e relações para então chegar a UNIFAP, a primeira IES pública do Estado do Amapá e a IES que abriga o primeiro PPG *stricto sensu* próprio da Região Norte: PPGMDR/UNIFAP, que é um Curso em Desenvolvimento Regional pertencente a Área Planejamento Urbano e Regional e Demografia.

A UNIFAP é uma universidade pública que faz parte da Amazônia brasileira e está localizada na periferia da periferia do capital, essa localização é explicada por Cavlak (2012), o termo periferia remeteria a dois aspectos em que o Estado do Amapá se coloca como duplamente afastado dos centros do sistema econômico, quando analisado em relação ao Brasil e ao Mundo: 1) Brasil, país é periférico do capitalismo mundial; 2) e o Amapá, Estado periférico do capitalismo brasileiro. Deste modo, subjetivamente, a UNIFAP estaria duplamente distantes do nascedouro de paradigmas, ideias e valores que circunscrevem o *métier* do pesquisador. Nessa perspectiva Silva e Bastos (2014), enfatizam que regiões periféricas apresentariam sistematicamente menor propensão a atrair investimentos devido a um menor acúmulo de capacidade instaladas e a uma trajetória de desenvolvimento mais lento que outras regiões.

Essa condição de periferia trouxe para o Amapá/UNIFAP muitos desafios na formação de pesquisadores e no próprio desenvolvimento da capacidade instalada para atração de novos recursos humanos e fomento de suas estruturas científicas. Tudo isso, aliado às políticas de fomento do Governo Federal, que asseveram as assimetrias regionais a partir do momento em

que para distribuição de recursos: “regiões com menor concentração de pesquisadores possuem menor capacidade de atração de recursos para desenvolver suas atividades” (SILVA; BASTOS, 2014), ou seja, os investimentos são realizados de acordo com o número de doutores existentes na IFES: maior número de doutores, maior investimento; menor número de doutores, menor investimento.

O desenvolvimento da PG no Amapá/UNIFAP está intrinsecamente ligado à sua condição periférica, que devido sua menor capacidade de atração e fixação de pesquisadores passou a ter o desafio de formar seu próprio quadro, desafio este, que para ser alcançado ocorreu e ainda ocorre de maneira mais lenta. Na Tabela 2, pode-se perceber o quão lenta foi a formação do quadro docente com titulação de Doutor:

Tabela 2 - Titulação do quadro docente da UNIFAP (1999 - 2006).

<i>Ano</i>	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Graduado</i>	105	102	28	25	22	28	34	28
<i>Especialista</i>	22	24	55	49	44	56	60	58
<i>Mestre</i>	03	03	40	41	48	52	57	56
<i>Doutor</i>	01	01	04	06	08	15	22	28
<i>Total</i>	131	130	127	121	122	152	173	189

Fonte: Construído com base em UNIFAP (2000; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007).

No ano de 1999, aproximadamente 9 anos da sua criação, a UNIFAP contava com apenas um Professor Doutor, e conforme foram passando os anos e as parcerias interinstitucionais foram sendo finalizadas aliado também a liberação individual de docentes para cursar mestrados e doutorados fora do Estado, no ano de 2006 a UNIFAP já contava com um quantitativo mais elevado de Mestres (56) e Doutores (26), porém não o suficiente para criar seus primeiros cursos de PPG, por este motivo as parcerias com a EMBRAPA e IEPA foi determinante. Segundo Filocreão (2015, p. 11), quando prefaciou o livro resultante de um doutorado interinstitucional de Parceria da UNIFAP com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), evidenciou algumas dessas situações:

A busca de qualificação do quadro de professores da UNIFAP foi, talvez, a principal prioridade, tendo em vista, um contexto em que o acesso aos recursos de investimentos em pesquisa e Pós-graduação tornou-se, cada vez mais, dependente do número de doutores existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para a Região Amazônica, este condicionante de natureza nacional, ao tratar desiguais como iguais, na distribuição dos investimentos públicos, dificultou

maiores avanços das universidades, no sentido de cumprirem seu papel, agravado pela timidez, ou inexistência de políticas de desenvolvimento regional, extremamente necessárias para corrigir as assimetrias regionais que se perpetuam.

Essa questão periférica, aliados aos entraves proporcionados pelas poucas políticas de redução de assimetrias regionais na distribuição de recursos denunciada por Filocreão (2015) asseveram as disparidades na formação da capacidade instalada e formação da massa crítica<sup>29</sup> em universidades como a UNIFAP.

A condição periférica para além de ser uma característica peculiar dos Estados que compõem a Região Norte, é uma condição que dificulta o processo de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T) que atendam as discussões e questões científicas regionais próprias de cada localidade. Seus entraves são desde a formação de pesquisadores até o fomento para a formação da capacidade estrutural e técnica instalada. Nesse sentido, Silva e Bastos (2014, p. 134), ao realizarem um estudo sobre a pós-graduação na periferia da periferia, evidenciaram que:

Nessa ótica de desenvolvimento das nações, a produção de conhecimento é uma das ações mais importantes para que isso ocorra (LÜNDVALL, 1996). Nessa mesma linha, estudos recentes da inovação apresentam evidência empírica sobre o papel das universidades e da ciência como uma importante fonte de oportunidades tecnológicas para a inovação industrial (KLEVORICK *et al.* apud ALBUQUERQUE; SILVA; PÓVOA, 2005). As universidades são consideradas peças fundamentais nas regiões onde estão inseridas, capazes de fornecer respostas às necessidades da região, elevando o grau de conhecimento, emprego e renda, ou seja, criando possibilidades para estratégia de desenvolvimento Regional.

Além dos desafios enfrentados pelas demais Regiões do Brasil, a Região Amazônica, mais precisamente o Amapá, existe uma baixa aderência de pesquisadores com doutorado que possuam a produtividade necessária para instalação PPG e desenvolvimento da C&T própria da região.

Diante do exposto, fica mais compreensível os desafios enfrentados pela UNIFAP para criação dos seus primeiros cursos de PG. A instituição passou por um longo período de capacitação do seu quadro docente, onde ao consultar os Relatórios de Gestão da UNIFAP dos anos anteriores à criação do primeiro PPG, é possível perceber no bojo de seus escritos a dificuldade que a UNIFAP enfrentou ao liberar seus docentes para cursar mestrado e doutorado em outros estados, segundo Porto *et al.* (2014, p. 55):

---

<sup>29</sup> Segundo Brasil (2007), massa crítica são as pessoas capacitadas para desenvolver atividade científica dentro das universidades e com qualidade.

Em 1997, foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) na instituição, juntamente com os Departamentos de Pesquisa (DPq) e de Pós-Graduação (DPG). Naquele ano, a Unifap possuía somente 19 mestres e um doutor. A partir de então, houve investimentos no sentido de estimular a qualificação do servidor em dois direcionamentos: a) liberação total do servidor para cursar mestrado e doutorado em outros estados da Federação e em outros países (Espanha, EUA, Cuba); e b) liberação parcial para cursar mestrados interinstitucionais nos períodos de 1999-2001 (Unicamp – História e Linguística) e de 2001-2003 (UnB – Desenvolvimento Sustentável – Multidisciplinar).

Para evidenciar os esforços da UNIFAP diante das exigências expressa na LDB sobre a qualificação docente e avançar no discurso de Porto *et al.* (2014), construiu-se o Quadro 6 a partir dos documentos de Relatórios de Gestão da UNIFAP, para, através de uma série histórica perceber o comportamento da UNIFAP para formar o seu quadro docente e então criar os seus primeiros PPG de caráter próprio. No Quadro 6, retirou-se 1 fragmento de cada Relatório de Gestão consultado que demonstrasse as ações da UNIFAP diante de seus desafios, veja:

Quadro 6 – Comportamento da UNIFAP na formação Docente para criação dos primeiros PPG, 2000-2006.

<b>Relatório de Gestão</b>	<b>Fragmento do Relatório</b>	<b>Total Docentes</b>	<b>Nº de Docentes Doutores</b>	<b>Nº de Docentes Afastados</b>
<b>2000</b>	Na perspectiva de qualificar o corpo docente, bem como dar cumprimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, que determina que a instituição de ensino superior deve ter em seu quadro, pelo menos 30% de seu corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, a UNIFAP no exercício de 2000 contava com 58 (cinquenta e oito) professores participando de cursos, sendo que 36 (trinta e seis) em mestrado e 22 (vinte e dois) em doutorado. Embora seja uma ação extremamente difícil, pois, o afastamento de professores para qualificação, ocasiona uma redução temporária no quadro, o que torna necessário um desdobramento para não acarretar problema de continuidade no processo de ensino, outro problema que dificulta esta qualificação é a falta de apoio dos órgãos que financiam os cursos em questão, pois, dos 58 (cinquenta e oito) professores, apenas, 20,89% estão com bolsas, enquanto 79,31%, a maioria, não possuem bolsas, conforme Quadro XII.	130	01	58
<b>2001</b>	*	127	04	*
<b>2002</b>	Nesse enfoque, mesmo diante da carência de docentes no quadro de pessoal estabeleceu-se como prioridade para 2002 continuar a qualificação de docentes em níveis de mestrado e doutorado, objetivando a formação de quadro funcional apto à implantação de cursos de pós-graduação próprios, bem como de se elevar os níveis de	121	06	18

	competitividade e de desempenho da Universidade. Esta prioridade vem sendo mantida e os dados da tabela 10 evidenciam que na medida em que diminui o número de professores graduados cresce o de mestres e doutores; que de 1999 até 2002 apenas 20,66% dos docentes permaneceram com o nível de graduação enquanto que 79,34% deles concluíram cursos de pós-graduação.			
2003	Mesmo o afastamento de professores para qualificação sendo uma prática que sacrifica toda a Universidade por ocasionar uma redução temporária no quadro e requerer sobrecarga de atividades para aqueles que assumem as turmas dos que se afastam, elevar a qualificação de seu quadro de servidores para níveis de mestrados e doutorado é condição “sine qua” para que a Universidade supere suas “próprias” dificuldades na implantação de Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> . Esta é a meta que justifica a existência dentre 167 servidores de nível superior, 27 se encontrarem afastados para qualificação, dos quais 17 cursando o doutorado e 10 o mestrado.	122	08	27
2004	Apesar das dificuldades para ampliar o número de Doutores na UNIFAP, somente agora a Instituição pode pensar na implantação do primeiro curso de Mestrado próprio e posteriormente no curso de Doutorado, criando assim possibilidade de atender as exigências da Reforma do Ensino Superior. Dessa forma foi elaborado o projeto para a implantação de um Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, o qual foi encaminhado à CAPES, sendo apreciado com recomendações de realizar diligências com vistas proceder in loco levantamento de informações complementares e melhor avaliar as condições e perspectivas para este curso. Há também articulação de outros 03 (três) Mestrados para serem realizados em conjunto com outras Instituições: Mestrado em Ciências Sociais/UFPA; Mestrado em Saúde Pública e Mestrado com o NAE/UNIFAP.	152	15	25
2005	Após longo período de luta a Universidade conseguiu aprovação pela CAPES de dois Cursos de Pós-Graduação <i>Strictu-Sensu</i> , sendo um de Mestrado e outro de Doutorado, o que significa dizer que a universidade dá mais um passo em busca do conhecimento, expandindo sua área de atuação, haja vista que até então, estava centrada apenas na área da graduação.	173	22	09
2006	A formatação de propostas encaminhadas à CAPES, contou com o apoio de parceiros institucionais importantes para o fortalecimento das ações. Desta forma, com a aprovação de 03 cursos: Desenvolvimento Regional (Mestrado), Biodiversidade Tropical (Mestrado e Doutorado) e Direito Ambiental e Políticas Públicas (Mestrado), em 2006 foi possível realizar a seleção dos candidatos e dar início a execução dos programas.	189	28	17

\* Não foi encontrado para consulta o Relatório de Gestão referente ao ano de 2001.

Fonte: Construído com base nos Relatórios de Gestão da UNIFAP (2001; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007).

Sabendo que as atividades da UNIFAP vão além do ensino de graduação, perpassa pela extensão e pesquisa. E além de atender a demanda oriunda dos processos seletivos próprios, a IFES atendia/atende também a Convênios com o Governo do Estado para formação dos docentes da rede Estadual de Ensino, que também era/é uma demanda exigida

através de legislação específica, diante disso os desafios eram/são enormes e a demanda docente sempre ficava aquém do necessário, para atendimento das suas obrigações, porém necessário. Essas demandas são evidenciadas nos Relatórios de Gestão referente aos anos de: 2000, 2002, 2003, 2004, entre outros. Então diante do exposto, traçamos as seguintes considerações sobre o Quadro 6:

- a) Com o advento da LDB (BRASIL, 1996), a UNIFAP, enquanto universidade, era obrigada a possuir em seu quadro docente um quantitativo de pelo menos 30% com título de Mestrado ou Doutorado, e no ano de 2000, de 130 docentes possuía apenas 01 professor Doutor, apenas 0,8% do total;
- b) O quantitativo de docentes afastados para qualificação (especialização, mestrado e doutorado) foi uma das grandes dificuldades apontadas nos Relatórios para que a UNIFAP avançasse nas exigências expressas em Lei, pois quando liberava um docente para capacitação, ficava sem docente para exercer as atividades acadêmicas na instituição;
- c) Apesar das dificuldades, o quantitativo docente afastado para qualificação, seja para cursar PG na sede através de PPG Interinstitucionais ou fora da sede foi uma prioridade apontada nos relatórios para avançar na oferta de cursos de PG *stricto sensu*, que necessitava/necessita de um quantitativo mínimo de docentes com doutorado (dentre outros critérios) para levar proposta de criação de um PPG à CAPES;
- d) Com a criação da UNIFAP nos anos 1990 (UNIFAP, 2015), e a condição da UNIFAP “Só poder pensar na implantação do seu primeiro curso de mestrado próprio” (UNIFAP, 2005) no ano de 2004, leva a conclusão de que a IES levou 14 anos para capacitar seus docentes para criar seu primeiro PPG;
- e) Segundo os Relatórios, desde a imposição da LDB (BRASIL, 1996) para atendimento do quantitativo docente com mestrado e doutorado, apenas no ano de 2004 a UNIFAP atingiu um quantitativo significativo de docentes para articular propostas de PPG *stricto sensu* próprio;
- f) Apenas no ano de 2005 a UNIFAP conseguiu aprovação dos seus primeiros PPG;
- g) Efetivamente em 2006 a UNIFAP teve aprovado 3 PPG e pode realizar seleção dos primeiros discentes dos PPG próprio da Instituição.

A baixa aderência e fixação de professores doutores com alta produtividade trouxe para a UNIFAP o desafio de formar seu próprio corpo docente, como pôde-se perceber no Quadro 6. E mesmo com todo esforço, na formação de quadro docente que atendesse a

demanda para formação dos seus primeiros PPG e manter seu status de universidade, a UNIFAP teve que articular com outras Instituições de Pesquisa do Estado para efetivar este feito, segundo Porto *et al.* (2014, p. 55-56):

Para Efetivação do MDR, foram realizadas parcerias de relevante importância com o IEPA e com a EMBRAPA/AP. Tais instituições possuem quadro de pesquisadores doutores qualificados, o que configura uma parceria que comporta tanto a incorporação do quadro docente quanto o uso compartilhado de laboratórios e biblioteca.

O mesmo aconteceu com o PPG em Biodiversidade Tropical (PPGBIO), que a UNIFAP teve que articular com três outras instituições: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/AP) e Conservação Internacional (CI – Brasil) (CUNHA *et al.*, 2013). Deste modo os primeiros cursos de PPG próprios da UNIFAP tem a seguinte configuração demonstrados no Quadro 7.

Quadro 7– Configuração dos primeiros PPG stricto sensu da UNIFAP, 2005-2006.

PROGRAMA	ÁREA DE AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO	MODALIDADE	RECOMENDAÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES
<b>Desenvolvimento Regional</b>	PURD	Em funcionamento	Mestrado Acadêmico	15/09/2005	25/05/2006
<b>Direito Ambiental e Políticas Públicas</b>	Interdisciplinar	Desativado	Mestrado Acadêmico	11/07/2006	16/11/2006
<b>Biodiversidade Tropical</b>	Ecologia	Em funcionamento	Mestrado e Doutorado Acadêmico	12/07/2006	25/09/2006

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, acesso em 14/08/2019.

Os primeiros PPG foram criados através de muitos esforços da UNIFAP e das instituições parceiras, sendo o pioneiro o PPGMDR, foi o primeiro a ser recomendado e a iniciar suas atividades. Dos três PPG criados em meados de 2000, apenas 2 continuam em atividade: o PPGMDR/UNIFAP e PPGBIO/UNIFAP. O PPGDAPP/UNIFAP entrou em desativação na avaliação CAPES do ano de 2013 e foi desativado totalmente em 2017.

E através das datas exibidas no Quadro 7, ficou evidente que o PPGMDR/UNIFAP foi a primeira experiência e oportunidade da população amapaense para cursar mestrado no próprio Estado, seguido do PPGBIO/UNIFAP e PPGDAPP/UNIFAP, naquele período.

Esses foram os primeiros cursos, mas a Instituição Federal de Educação Superior (IFES) enfrentou, e ainda enfrenta muitas adversidades para formação de quadro docente para ampliação da oferta de PPG que atenda a demanda do Estado. A UNIFAP, através de políticas

de capacitação fixadas em legislação específica autorizou/autoriza constantemente docentes a cursar mestrado e doutorado em outros Estados da Federação. E diante da situação peculiar da IFES no sentido de atração e formação de quadro docente até aqui descrita, foi/é autorizado condição especial aos docentes da UNIFAP que passaram em cursos de PG na própria IFES, e a justificativa para tal é esclarecida nas palavras de Superti (2017), quando Reitora da UNIFAP em um documento autorizando o cumprimento de metade da jornada de trabalho, caso a jornada seja de 40 horas, para cursar PG *stricto sensu* na própria IFES:

A Unifap diante da expansão vivenciada nos últimos 10 anos, tem diante si um grande desafio: como qualificar, em um curto espaço de tempo, seus professores especialistas e mestres para o exercício pleno de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na condição de doutor se não é possível, de acordo com a legislação e a necessidade institucional garantir o afastamento integral e substituição de todos esses docentes? Este desafio tem que ser enfrentado pela universidade observando sua autonomia e realidade a que se insere. Isto porque, a UNIFAP não cumprirá seu papel sem um corpo docente qualificado, 67% dos professores da casa não a titulação de doutorado (relatório SIGRG 08/2017). somente o professor/pesquisador Doutor tem a habilitação plena para atuar em um dos pilares fundamentais da tríade que compõe o nível superior, qual seja: a pesquisa. Sem pesquisa não há inovação, não há construção de conhecimento e não há os elementos básicos de ensino de pós-graduação “*Stricto Sensu*”. O desafio que nos é colocado tem como plano de fundo o contexto sociopolítico, econômico e educacional específico do Estado do Amapá. O Amapá depara-se com uma condição regional periférica. Essa condição é fruto da distância dos grandes centros econômicos, políticos e educacionais, de seu isolamento geográfico dada a ausência de acesso rodoviário e altos custos de deslocamento aéreo e fluvial. É agravada pela fragilidade estrutural de sua economia, pouco diversificada, extrativista e produtora de commodities, além de fortemente marcada pela importância do poder público na oferta de empregos. A condição periférica do Estado se acentua pela escassez de recursos humanos qualificados e pelas debilidades de locais no âmbito da Pós-graduação. Embora três instituições públicas de nível Superior atuem no Estado, apenas a UNIFAP oferece Pós-Graduação *Stricto sensu* e, ainda assim, não contempla todas as áreas. Associam-se a esse contexto as dificuldades de atrair para os concursos públicos, recursos humanos já com titulação de doutorado. Pela fragilidade da Pós-Graduação a insipiência dos laboratórios de pesquisa e os custos de vida de uma região periférica. Além disso, os salários são os mesmos para qualquer IFES do país, o que o torna pouco atrativo construir a carreira nas instituições o Estado. Ou seja, o profissional atraído pelos concursos precisa, ainda concluir seu curso formativo afim de atuar plenamente em suas atribuições vinculadas ao Ensino Superior, principalmente na pesquisa e pós-graduação. Para o enfrentamento desse desafio a Universidade Federal do Amapá tem buscado mecanismos como: a organização de doutorado interinstitucionais (DINTER), o aumento da oferta de programas internos de pós-graduação, principalmente no âmbito do mestrado (11 PPGs) e mecanismos de incentivo a qualificação em serviço. Mas, o Docente da Unifap que se vincula a esses programas da Unifap se vê prejudicado em relação a aquele que faz o mestrado e com a intenção explícita de incentivar e tornar atrativo ao docente a participação nos mestrados e doutorados da instituição, com o Conselho Superior, órgão deliberativo e normativo e superior da casa, definido no Estatuto da Unifap subseção II, art. 11, decidiu com base no art. 12 item IX desse mesmo Estatuto dispensar os professores que se encontram em qualificação nos programas da Unifap cumprimento diferenciado da carga horária de ensino, **durante o período de qualificação** (SUPERTI, 2017, grifos do autor).

Essa decisão acima exposta, é uma política adotada pela UNIFAP para continuar o processo de qualificação do seu quadro docente<sup>30</sup> diante das dificuldades de uma Instituição localizada na periferia da periferia. A partir dessa deliberação, percebe-se que a IFES ainda enfrenta várias dificuldades para qualificação dos seus docentes diante da realidade sociopolítica do Estado do Amapá e provavelmente encontre dificuldades de expansão da pós-graduação no futuro dada as condições impostas pelas reformas políticas ocorrida nos últimos anos que tiveram fortes incidências nas políticas educacionais e cortes no financiamento da educação em instituições públicas de ensino.

Deste modo, percebeu-se que existem semelhanças entre o discurso do presente, proferido por Superti (2017) e com o discurso proferido no passado, encontrado nos Relatórios de Gestão (Quadro 6), corroborando que as dificuldades enfrentadas no passado pela UNIFAP ainda persistem e estão presentes na atração e/ou formação do seu próprio quadro docente para desenvolvimento dos PPG e do viés estrutural da pesquisa na IFES. Corroborando também com Silva e Bastos (2014), quando enfatizam que as regiões periféricas tendem a atrair menos investimento devido ao seu menor potencial de capacidade instalada e de trajetória de desenvolvimento mais lento. Nesta última assertiva remete-se ao fato de a UNIFAP ter levado 14 anos para “se permitir pensar” em construir seu primeiro PPG, apresentando realmente um desenvolvimento lento.

Com o passar dos anos, com esforço, incentivo e participação da comunidade acadêmica, o quantitativo de PPG da IFES vem expandindo e melhorando o atendimento para a demanda reprimida existente no Estado. A UNIFAP conta com a presença de 16 PPG, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento da UNIFAP, 2019.

<b>PROGRAMA</b>	<b>ÁREA DE AVALIAÇÃO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>ANO DE RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Tipo</b>
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	Mestrado Acadêmico	2005	PRÓPRIO
<b>BIODIVERSIDADE TROPICAL</b>	BIODIVERSIDADE	Mestrado E Doutorado Acadêmico	2006	PRÓPRIO
<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>	INTERDISCIPLINAR	Mestrado Acadêmico	2009	PRÓPRIO

<sup>30</sup> Outro fator interessante e importante de ser analisado em um momento mais oportuno é a qualificação da categoria dos Servidores Técnico-Administrativos que a UNIFAP possui, que é uma categoria que assim como os docentes, são importantíssimos para o desenvolvimento e qualidade das Universidades, e possui tanta dificuldade ou mais para qualificação quanto a categoria dos Servidores Docentes.

<b>MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL</b>	MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	Mestrado Profissional	2011	REDE
<b>BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA - REDE BIONORTE</b>	BIOTECNOLOGIA	Doutorado	2012	REDE
<b>CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS</b>	FARMÁCIA	Mestrado Acadêmico	2012	PRÓPRIO
<b>INOVAÇÃO FARMACÊUTICA</b>	FARMÁCIA	Doutorado Acadêmico	2012	REDE
<b>ENSINO DE HISTÓRIA</b>	HISTÓRIA	Mestrado Profissional	2015	REDE
<b>EDUCAÇÃO</b>	EDUCAÇÃO	Mestrado Acadêmico	2016	PRÓPRIO
<b>ESTUDOS DE FRONTEIRA</b>	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado Profissional	2016	PRÓPRIO
<b>PROFNIT - PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO</b>	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Mestrado Profissional	2016	REDE
<b>CIÊNCIAS AMBIENTAIS</b>	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	Mestrado Acadêmico	2017	PRÓPRIO
<b>HISTÓRIA</b>	HISTÓRIA	Mestrado Acadêmico	2018	PRÓPRIO
<b>LETRAS</b>	LINGUÍSTICA E LITERATURA	Mestrado Acadêmico	2018	PRÓPRIO
<b>EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA</b>	EDUCAÇÃO	Doutorado Acadêmico	2019	REDE
<b>GEOGRAFIA</b>	GEOGRAFIA	Mestrado Acadêmico	2019	PRÓPRIO
<b>TOTAL: 16 PPG (10 Próprios e 6 em Rede), sendo 8 Mestrados Acadêmicos; 1 Mestrado e Doutorado Acadêmico; 1 Doutorado Acadêmico; e 3 Mestrados Profissionais.</b>				

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, acesso em: 14/08/2019.

Apesar dos desafios, a UNIFAP segue expandindo seus PPG, como pode-se observar no Quadro 8, é uma expansão tímida, porém mantém uma constância com uma média de aproximadamente 1 curso por ano ao longo dos 13 anos de experiência com PG da IFES. Atualmente contando com a existência de 10 PPG próprios e 6 PPG em parceria com outras universidades (em Rede).

Ao consultar a Plataforma Sucupira e embora o Estado possuir a UNIFAP, A UEAP e o IFAP, no total 3 Instituições de Educação Superior (IES) que são Universidades, apesar de ainda não contemplar todas as áreas do conhecimento, a UNIFAP é a única que possui cursos de PG próprios no Estado<sup>31</sup>, conforme evidencia a Tabela 3.

---

<sup>31</sup> Durante a elaboração desta dissertação ocorrida em março de 2019, o Instituto Federal do Amapá (IFAP) iniciou sua experiência com *stricto sensu* e passou a compor o PPG “Educação Profissional e Tecnológica”, um

Tabela 3 – Instituições do Amapá que possuem cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu próprios, 2019.

Instituição de Ensino	UF	Total de Programas de pós-graduação						Totais de Cursos de pós-graduação					
		Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)</b>	AP	10	8	0	1	0	1	0	11	9	1	1	0
<b>Totais</b>		10	8	0	1	0	1	0	11	9	1	1	0

LEGENDA: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado e Doutorado Profissional;

Fonte: CAPES – Plataforma Sucupira, em 14/08/2019.

Estes dados presentes na Tabela 2, evidenciam a pertinência da UNIFAP para o Estado do Amapá, tanto em formação de recursos humanos qualificados em nível de mestrado e doutorado, quanto na produção de conhecimento, massa crítica e fomento da capacidade técnica e científica da região. Conforme descrito anteriormente, essa IFES é a pioneira em muitos âmbitos, foi/é responsável pela formação e qualificação de alguns profissionais do Estado, e o melhor, é pública. Estrategicamente o Estado antes do início de sua experiência com a PG, já possuía atrativos a serem estudados e desenvolvidos.

E conforme a discussão dessa subseção, o Estado do Amapá possui sua condição periférica, que atrai um quantitativo menor de investimentos dada sua capacidade e estrutura instalada e possivelmente uma trajetória de desenvolvimento mais lenta. Porém, para construção do conhecimento científico, essa condição também pode ser estratégica. Para demonstrar essa relação, construiu-se o Quadro 9, com algumas dessas condições periféricas e estratégicas.

Quadro 9– A condição periférica e estratégica dos desafios e avanços da pós-graduação stricto sensu no Estado do Amapá.

<b>CONDIÇÃO PERIFÉRICA</b>	<b>CONDIÇÃO ESTRATÉGICA</b>
Distantes dos centros de produção e alta capacidade instalada para realização de Pesquisa e Pós-graduação	Material bruto para estudo e desenvolvimento da CT&I regional
Dificuldade de atração e fixação de pesquisadores	Formação de pesquisador e massa crítica local para criar condições e ajustes espaciais para novas dinâmicas de Pesquisa e Pós-graduação
Baixa diversificação de PG	Construção de oportunidades para diversificação de PG
Baixa existência de laboratórios de pesquisa	Criação e instalação de laboratórios modernos
Manutenção de equipamentos de laboratórios dispendiosos	Expansão internacional de grupos de pesquisa regional

Fonte: Construído pela autora com base nas discussões das seções anteriores.

mestrado profissional em Rede. O primeiro ano de oferta de vagas/turma do referido Instituto ocorrerá em 2019 (IFAP, 2018).

O que tudo indica e o que foi discutido nas seções até aqui, a localização na periferia da periferia levou a UNIFAP a um longo período de preparação e capacitação de seus docentes para criação dos seus primeiros PPG. Aliado a isso, evidencia-se que a dinâmica natural da região ainda é pouco explorada cientificamente e poderia ser atrativo para investimentos no desenvolvimento de pesquisas em PG no Amapá.

Os programas PURD e em consequência os em DR admitiram uma perspectiva interdisciplinar, por receberem docentes e discente das mais diversas graduações e juntos fazem pesquisas; esses cursos além de terem suas características e motivações reguladas pela CAPES, são induzidos para produção de conhecimento que visem, além de outros, o desenvolvimento da economia do país. Sem pesquisa, não há inovação, não há construção do conhecimento e não há os elementos básicos da PG, que se acredita ser essencial para o desenvolvimento regional.

Ao ser aqui demonstrado que no Amapá encontram-se 16 programas de pós-graduação em diversas áreas, apresenta-se, também que houve todo um esforço local, tanto de instituições de pesquisa, quanto de docentes/pesquisadores titulados, para se gerar conhecimentos capazes de estimular propostas e debates sobre o desenvolvimento regional.

## **5 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**

Na seção anterior, discutiu-se sobre a Área de Conhecimento PURD, sobre os cursos em DR e sobre a UNIFAP e seus primeiros PPG, dentre eles o PPGMDR, o primeiro curso da Área PURD e em DR da Região Norte. Esses conhecimentos prévios foram importantes para que se tenha noção do contexto histórico, das características gerais dos PPG existentes da Área para que agora, possa-se conhecer o PPGMDR/UNIFAP dentro de seus limites e possibilidades.

O objetivo desta seção é evidenciar as contribuições do PPGMDR/UNIFAP para o desenvolvimento da PG e da formação da massa crítica no Amapá. Para realizar este feito, selecionou-se alguns indicadores para serem explorados, como: a) A graduação de origem; b) início e/ou conclusão de curso de doutorado; e c) estimativa de atuação profissional com o intuito de traçar um perfil dos discentes que concluíram o curso e seu aproveitamento no mercado de trabalho; e por último e não menos importante, d) analisar as dissertações com intuito de mostrar os resultados das pesquisas realizadas pelos discentes egressos do PPGMDR/UNIFAP.

Nesta seção, de modo geral, também será levantando alguns dados discentes, afim de traçar um perfil acadêmico perseguido pelos que ali se formaram e as contribuições em pesquisas deixadas em forma de dissertação por esses alunos. O recorte temporal de análise é de 2006 a 2017, esses anos marcam o início das atividades do PPGMDR/UNIFAP até a última avaliação do PPG junto ao SNPG, isso inclui todos os concluintes do ano de 2008 (Que é a finalização da primeira turma iniciada em 2006) até os discentes concluintes no ano de 2018.

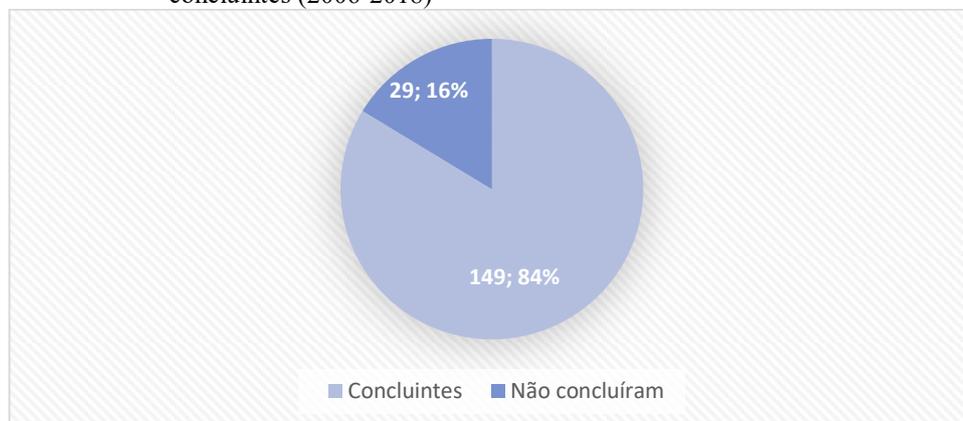
Mesmo diante de todas dificuldades apresentadas na seção anterior, o PPGMDR/UNIFAP contribuiu/contribui com a construção da massa crítica em desenvolvimento regional para atuar em áreas estratégicas no Estado. Mas o que é massa crítica? Segundo Brasil (2007, p. 86)

Para que o conjunto de ações institucionais que visem a pertinência científica das universidades se efetive, exige-se que a capacidade instalada das universidades possua qualidade. Ao potencial qualitativo da capacidade instalada, identificamos a massa crítica que diz respeito a competência institucional para melhoria da qualidade e de pertinência social institucional, tanto na formação profissional, quanto na atividade de pesquisa. [...] para maior consistência do empreendimento científico, a qualidade do preparo para a pesquisa (massa crítica) é indicada em

função da qualificação do pessoal, correspondendo a participação das universidades no contexto da educação superior e do processo de ciência e tecnologia.

Para Brasil (2007), capacidade instalada, são as pessoas disponíveis para exercer atividade científica nas universidades e massa crítica é caracterizado como o potencial qualitativo, que perpassa pela formação profissional e capacidade de pesquisa. E foi na formação dessa massa crítica, que o PPGMDR/UNIFAP impulsionou tanto para elevação do nível acadêmico dos docentes da casa, quanto dos profissionais que concluíam seus estudos naquele PPG. O PPGMDR/UNIFAP em nesse período de análise formou 149 profissionais. Dentre os discentes desligados, reprovados ou que abandonaram, o programa soma um total de 29 discentes. Que dá um total de 178 ingressantes e 149 concluintes, este aproveitamento está demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Aproveitamento discente do PPGMDR/UNIFAP - Concluintes e não concluintes (2006-2018)

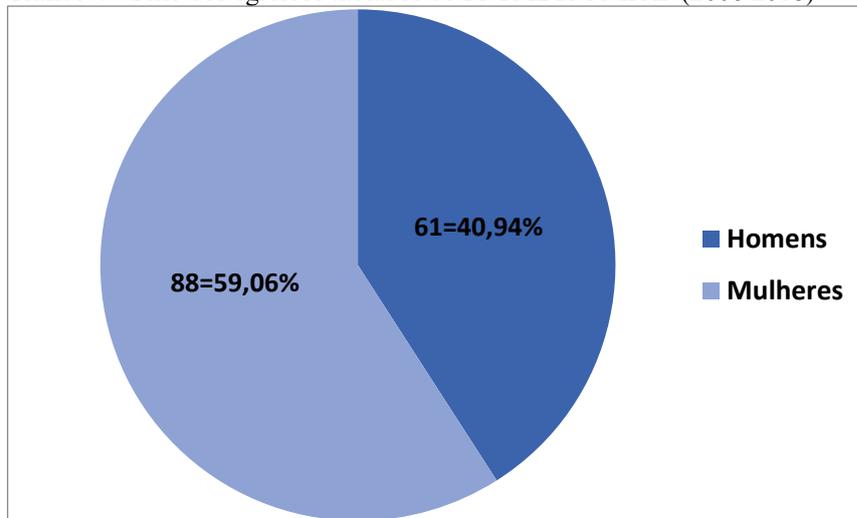


Fonte: Construído com base na Plataforma Sucupira e dados da Secretaria do PPGMDR/UNIFAP, consulta em fev/19.

Conforme o Gráfico 3, o aproveitamento do curso foi de 84% de alunos concluintes, o que evidencia que o PPGMDR/UNIFAP entregou para a sociedade Amapaense um total de 149 novos Mestres titulados até o final de 2018, compondo a massa crítica em desenvolvimento regional local e tornando mesmo que de maneira sutil a sociedade amapaense um pouco mais independente da massa crítica exógena e reduzindo as amarras sociais, aquela que foi amplamente discutidas na primeira seção e aqui evidenciada a partir da criação, pelo PPGMDR/UNIFAP, da formação inicial do pesquisador em mestrado e da capacidade instalada regional, com conhecimentos científicos sobre o Amapá e pessoas com potencial para discussão sobre as demandas e interesses emergentes próprias do Estado, realizando o processo de desenvolvimento como liberdade a partir da PG.

Desses 149 egressos titulados, o PPGMDR/UNIFAP recebeu entre homens e mulheres, o percentual indicado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Sexo dos egressos titulados do PPGMDR/UNIFAP (2006/2018)



Fonte: Secretaria do PPGMDR/UNIFAP, consulta novembro/2019.

E como pode-se perceber, a maior procura por formação *stricto sensu* no PPGMDR/UNIFAP foi por mulheres, com um total de 59% dos titulados, ficando os homens com 41%. No que se refere a naturalidade desses egressos, o PPG já recebeu discentes de várias partes do país (Gráfico 5).

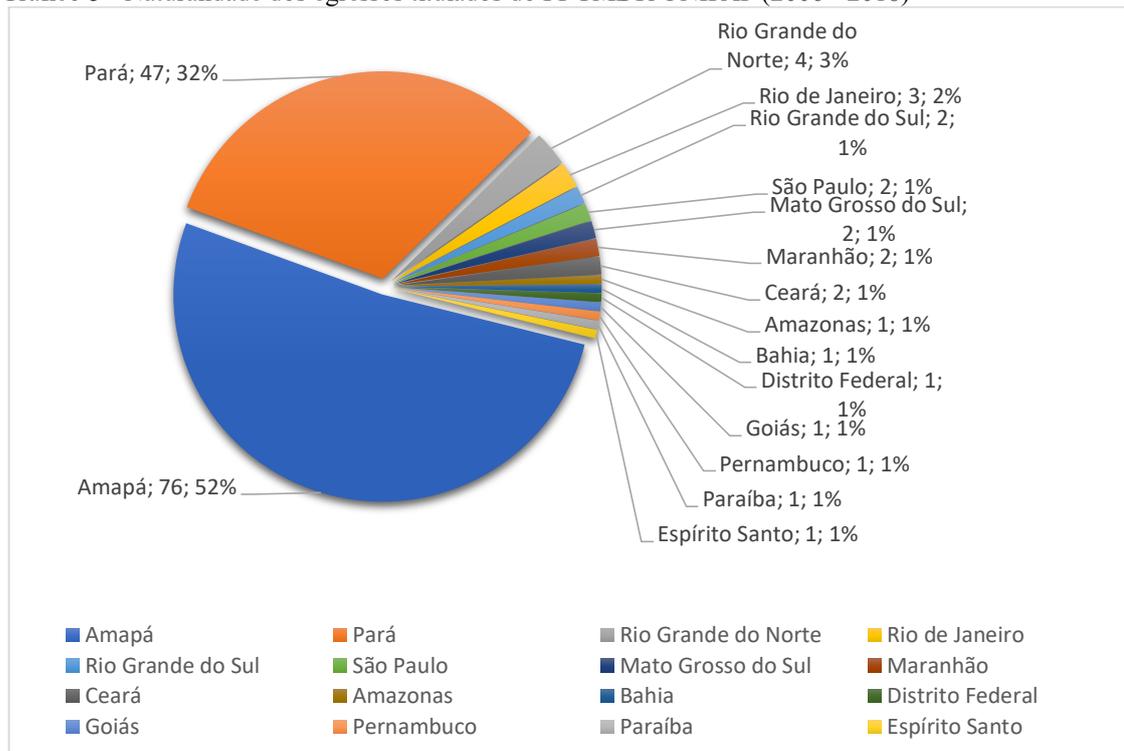
O Brasil possui 26 estados, mais o Distrito Federal, e o PPGMDR/UNIFAP atraiu discente oriundo de aproximadamente 53% desses, um total de 14 estados. Onde a maioria é do próprio Amapá (76, 52%), seguido do Pará (47, 32%) cujas relações historicamente são mais estreitas, e Rio Grande do Norte (4, 3%), o restante foi pulverizado nos demais estados. Algo interessante que pode se inferir, cruzando os dados obtidos no Gráfico 5 e Quadro 13, é que a maioria desses egressos acabaram por fixar residência e exercer a profissão no Amapá, contribuindo economicamente para o desenvolvimento local.

Sobre as dissertações defendidas e homologadas, cada aluno concluinte, deixou em forma de dissertação pesquisas de interesse da sociedade amapaense, pois, em sua maior, são relacionadas aos mais diversos assuntos e nichos de pesquisa. No Quadro 10, elencou-se os temas que já foram pesquisados por discentes do PPGMDR/UNIFAP<sup>32</sup>:

---

<sup>32</sup> Para conhecer todos os títulos das dissertações defendidas e homologadas no PPGMDR/UNIFAP até o ano de 2018, consultar APÊNDICE – 01: Dissertações Defendidas e homologadas no PPGMDR/UNIFAP (2008-2018).

Gráfico 5 - Naturalidade dos egressos titulados do PPGMDR/UNIFAP (2006 - 2018)



Fonte: Secretaria do PPGMDR/UNIFAP, consulta nov/19.

Quadro 10 - Temas pesquisados por discentes do PPGMDR/UNIFAP (2008-2018)

TEMAS		
Abelhas	Educação superior	Políticas públicas culturais
Agricultura	Empreendedorismo	Políticas públicas educacionais
Agricultura familiar	Escola família agroextrativista	Poliuição
Agroecologia	Estado Amapaense	Pragas
Agronegócio	Estrutura florestal	Produção de artesanato
Apropriação de recursos naturais	Experiências femininas no trabalho	Psicultura
Assentamentos agroextrativistas	Indígenas	Questões étnico-raciais
Associação de moradores	Festas culturais	Quilombos
Atividades madeireiras	Fronteira amapaense	Redes de abastecimento alimentícias
Avaliação escolar	Usinas termoeletricas	Redes tecnológicas
Capoeira	Gestão territorial	Relações interculturais
Castanha do Brasil	Impactos na infraestrutura urbana	Relações socioambientais
Cerrado amapaense	Impactos socioambientais	Reservas Extrativistas
Ciência e tecnologia	Malária	Responsabilidade penal ambiental
Complexos hidrelétricos	Mangaba	Riscos associados a inundações de áreas urbanas
Configuração do espaço amapaense	Microcrédito	Saúde do homem
Controle biológico	Modo de vida	Secretariado executivo
Crédito rural e aviamento	Moscas-das-frutas	Setor energético
Crimes ambientais	Mototaxi	Síndrome de down
Defesa nacional	Movimentos sociais	Sistema municipal de ensino
Dengue	O controle social	Software educacional
Desenvolvimento econômico	Paisagem urbana	Solo amapaense
Diabesidade	Patrimônio arqueológico	Territorialidade
Dinâmica urbana	Pedagogia da alternância	Uso da terra
Dinâmicas sociais na fronteira	Planejamento urbano	
Direito ao patrimônio genético	Plano diretor participativo	
Doença de chagas	Políticas de extensão rural	
Educação	Políticas em farmacovigilância	
	Políticas públicas ambientais	

Fonte: Construído com base nas informações presentes nas dissertações defendidas e homologadas no PPGMDR/UNIFAP de 2008-2018. Ver Apêndice A.

Como enfatizado nas seções anteriores, os cursos PURD e os em DR por não terem uma graduação específica para formar massa crítica própria, acabam por receber discentes de diversas formações. E não diferente do que ocorre com os cursos PURD e em DR, o PPGMDR/UNIFAP também recebe as mais diversas formações acadêmicas. No caso do PPGMDR/UNIFAP, as formações e a respectiva quantidade de egressos formados<sup>33</sup> são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 – Relação dos cursos no ensino de graduação dos egressos do PPGMDR/UNIFAP (2006-2018).

<b>CURSO DE GRADUAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
Pedagogia	25	Química	2
História	14	Matemática	1
Geografia	14	Empreendedorismo e Inovação	1
Ciências Biológicas	12	Segurança Pública	1
Ciências Sociais	12	Educação Física	1
Letras	10	Engenharia Ambiental	1
Administração	8	Engenharia de Pesca	1
Arquitetura e Urbanismo	8	Engenharia Têxtil	1
Direito	7	Engenharia Industrial	1
Engenharia Florestal	7	Psicologia	1
Ciências Econômicas	5	Ciências da Computação	1
Secretariado Executivo	5	Sistema da Informação	1
Agronomia	5	Estatística	1
Enfermagem e Obstetrícia	4	Comércio Exterior	1
Ciências Contábeis	3	Física	1
Administração de Empresas	2	Nutrição	1
Ciências Ambientais	2	Relações internacionais	1
Jornalismo	2	Formação de Oficiais	1
Filosofia	2	Terapia Ocupacional	1
Engenharia de Produção	2	Total de cursos de graduação: 45	

Fonte: Construído e adaptado com base nas informações disponíveis na Plataforma Lattes, acesso em 01/09/2019.

O Quadro 11 foi construído e adaptado com base nas informações presentes no Lattes de cada egresso (2006-2018), e a partir dele percebe-se que o PPGMDR/UNIFAP já recebeu discentes oriundos de 45 graduações diferentes, e a maior incidência foram discentes oriundos de cursos de Pedagogia (25), História (14) e Geografia (14).

É importante ressaltar que alguns egressos possuem mais de uma graduação, e para construção do quadro 11, foi contabilizado todas realizadas por cada egresso, pois acredita-se que todo conhecimento prévio contribui para a formação científica de cada pesquisador. Deste

---

<sup>33</sup> Os dados coletados para compor os Quadros 11, 12 e 13 foram retirados dos currículos de cada egresso do PPGMDR/UNIFAP (2006-2017), total 149 egressos, disponíveis na Plataforma Lattes. Cada Currículo foi criteriosamente analisado afim de colher informações precisas sobre os três seguintes pontos: a) a origem de graduação; b) sobre a investidura (ou não) no doutorado; e c) a atuação profissional. A origem de graduação foi coletada fácil e nitidamente em todos os currículos, porém a desatualização de muitos impediu a verificação da atuação profissional atual, mas deixou claro quem deu início o processo de doutoramento, visto que é obrigatório ao pesquisador manter o Currículo Lattes atualizado.

modo, o PPGMDR/UNIFAP possui o seguinte quantitativo de egressos com uma ou mais formação: 1) 126 com apenas uma graduação; 2) 22 egressos com 2 graduações; e 3) 2 egressos com 3 graduações.

E partindo-se do princípio que a maioria dos egressos do PPGMDR/UNIFAP são oriundos da própria UNIFAP, justifica-se então a concentração de formação em graduação nos cursos de licenciatura ofertados pela própria IES como os que estão no topo do Quadro 11. Os cursos com maior densidade de formação, que passaram pelo PPGMDR/UNIFAP, são: Pedagogia (25), História (14), Geografia (14), Ciências Biológicas (12), Ciências Sociais (12), Letras (10), e os demais pulverizados nas outras graduações conforme as descritas no Quadro 11.

O Quadro 11 evidencia e corrobora com as discussões realizadas nos capítulos anteriores sobre a interdisciplinaridade existente no ingresso de alunos oriundos das mais diversas formações em graduação nos PPG/PURD e em especial os cursos em DR. E conforme evidenciado também, a UNIFAP enfrentou/enfrenta grandes desafios para criação dos seus primeiros PPG de mestrado e doutorado, e conseguiu inicialmente 3 cursos de mestrados e 1 doutorado, proporcionando para a maioria cursar mestrados no estado, porém o doutorado alguns puderam dar continuidade na UNIFAP e outros tiveram que cursar em outros lugares. Dos 149 egressos da PPGMDR/UNIFAP, 46 cursaram doutorado. Os cursos de doutorado escolhidos pelos egressos foram os apresentados no Quadro 12.

Quadro 12 – Cursos de doutorado cursados pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP.

<b>CURSO DE DOUTORADO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Educação	9
Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	4
Ciências	4
Educação em Ciências e Matemática	3
Geografia	4
Administração	2
Biodiversidade Tropical	2
Sociologia	2
Ciências: Desenvolvimento socioambiental	1
Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem	1
Desenvolvimento Regional	1
Direito	1
Diversidade Biológica e Meio	1

Ambiente	
Ecologia aquática e pesca	1
Educação Especial	1
Estudos Linguísticos	1
Estudos Literários	1
História	1
Integração da América Latina	1
Meio Ambiente	1
Sociologia e Direito	1
Tecnologia Mineral, Ambiental e Metalurgia Extrativa	1
Zootecnia	1
Desenvolvimento Socioambiental	1
Geografia Física	1
Total de Cursos de doutorado:	25

Fonte: Construído com base nas informações disponíveis na Plataforma Lattes, acesso em 01/09/2019.

Conforme pode-se perceber, a quantidade de cursos de doutorado não bate com o número de egressos contabilizado anteriormente, isso dá-se pelo fato de um egresso ter cursado 2 doutorados, totalizando 47 cursos de doutorado cursados pelos egressos do

PPGMDR/UNIFAP. O Curso com maior pretensão entre os egressos foram os seguintes: Educação (9), Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (4), Ciências (4), Educação em Ciências e Matemática (3), e os demais escolheram doutorados distintos e pulverizados conforme pode-se verificar no Quadro 12.

A maioria dos egressos que iniciaram o doutorado ainda estão no processo de conclusão para obtenção do título de Doutor na área pretendida, e no geral, percebe-se que a maior parte dos cursos escolhidos pelos orientandos não fazia/faz parte do rol de cursos de doutorado ofertado<sup>34</sup> pela UNIFAP, evidenciando que para dar prosseguimento nos estudos os egressos do PPGMDR/UNIFAP tiveram que buscar outras IES para cursar doutorado.

A grande maioria dos egressos foram absorvidos pelo mercado de trabalho amapaense, ocupando cargos e posições importantes nas áreas de ensino e pesquisa, e também de tecnologia e estratégia. Para evidenciar tais informações, recorreu-se ao Lattes dos egressos, porém, por conta da desatualização do currículo na Plataforma Lattes da maioria e os dados da atuação profissional construídos no Quadro 13 são uma estimativa<sup>35</sup>, mas é possível se ter uma noção de como e onde os egressos do PPGMDR/UNIFAP foram absorvidos.

Quadro 13 – Estimativa de ocupação profissional dos egressos do PPGMDR/UNIFAP, 2006 - 2018.

<b>OCUPAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>ESTIMATIVA DE ATUAÇÃO</b>
Professor da UNIFAP (Efetivo e temporário)	37
Servidor GEA	25
Sem informação	22
Servidor Gea (Professor)	20
Professor FAMA	6
Professor IFAP	6
Pesquisador	5
Técnico Administrativo UNIFAP	5
Professor Estácio	4
Professor UEAP	3
Professor IMMES	2
Professor IESAP	1
Consultor NECTAR	1
Militar PMAP	1
Professor Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes/AP	1
Professor CEAP	1
Professor IFPB	1
Servidor IEF/AP	1
Servidor SEBRAE	1
Servidor EMBRAPA	1
Promotor de Justiça	1
Servidor da Prefeitura Municipal de Santana/AP	1

<sup>34</sup> Ver Quadro 8: Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento da UNIFAP, 2019.

Técnico Administrativo UEAP	1
Militar BMAP	1
Ecologista	1
<b>Total de 25 profissões distintas</b>	

Fonte: Construído com base nas informações disponíveis na Plataforma Lattes, acesso em 01/09/2019.

O principal ponto a ser evidenciado, é que a maioria dos egressos estão atuando na docência, seja na superior, que em sua maioria compõe o quadro docente da própria UNIFAP, ou seja na educação básica, compondo o quadro de professores do Governo do Estado do Amapá (GEA).

Conforme evidenciado por um dos orientados do PPGMDR/UNIFAP, o Chelala (2008), quando pesquisou sobre o poder do Estado na Socioeconomia Amapaense, foi confirmado cientificamente o que popularmente era conhecido, que a economia do Estado do Amapá estava fortemente vinculada ao funcionalismo público (e não a empresas ou economias privadas). Essa questão analisada por Chelala (2008) também reflete nas contribuições do PPGMDR/UNIFAP, onde é percebido que a absorção dos egressos do programa foi pelo mercado de trabalho local, e em sua maioria compõe o quadro de servidores da própria UNIFAP, somando o total de aproximadamente 41 egressos atuando na instituição como docente (37) e Técnico-administrativo (5). Os demais egressos estão predominantemente atuando em outras frentes docentes ou estratégicas do Estado ou, em minoria, na docência superior e/ou economia privado local, conforme evidenciado no quadro 13.

É importante apontar, que da maioria dos egressos que finalizaram ou estão cursando o doutorado, um total de 26, são servidores da UNIFAP, instituição que possui plano de cargos e carreiras tanto para servidor docente quanto para técnico-administrativo, podendo através de lei específica própria liberar seus servidores do trabalho para que possam apenas se dedicar ao estudo de mestrado ou doutorado, seja no próprio estado ou país ou em outro lugar. Essa questão, pode ter sido o principal fator de mais da metade dos egressos oriundos do PPGMDR/UNIFAP terem obtido seu título de doutorado, o incentivo da liberação para prosseguir nos estudos pode ter sido fator chave para que os egressos tenham obtido o diploma de doutor.

A massa crítica e capacidade instalada do Estado do Amapá em desenvolvimento regional está sendo formada pelo PPGMDR/UNIFAP, onde sua maioria foi absorvida pelo mercado de trabalho local atuando e contribuindo cientificamente com os conhecimentos adquiridos através da atuação profissional, cuja maioria está atuando na docência (Educação Superior ou Básica).

Não obstante, para obter o título de Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP), os egressos tiveram que, durante dois anos, realizar pesquisa sobre algo, alguém ou algum lugar de interesse. E essas pesquisas deixaram legados e informações preciosas sobre alguns locais/Relações dentro e fora do Estado do Amapá.

Para obter esses dados, foi necessário revisar todas as dissertações defendidas e aprovadas no PPGMDR/UNIFAP, do ano de 2008 a 2018. O recorte temporal dar-se pelo ano da primeira dissertação defendida e aprovada até a finalização da turma de 2017 (com defesa e aprovação de dissertação) e, não obstante, tempo hábil para tabulação e análise desses dados. De cada dissertação, foram coletados os seguintes dados: 1) Nome; 2) Orientador; 3) Ano da defesa; 4) Palavras-chave; 5) Título da Dissertação; e 6) Local da Pesquisa. Os 5 primeiros itens foram facilmente coletados dos elementos pré-textuais de cada dissertação. O item 6, deu mais trabalho, pois foi necessário adentrar nos elementos textuais de cada dissertação, e ler atentamente o: Resumo, a Introdução e Metodologia de abordagem de cada dissertação, para que a informação coletada sobre o “Local de Pesquisa” fosse fiel à pesquisa de cada egresso do PPGMDR/UNIFAP.

O recorte metodológico espacial para contabilização de cada localidade foi o seguinte: Município, Estado, Região e País. E para contabilizar o quantitativo dos Locais Pesquisados, foi considerado metodologicamente o seguinte:

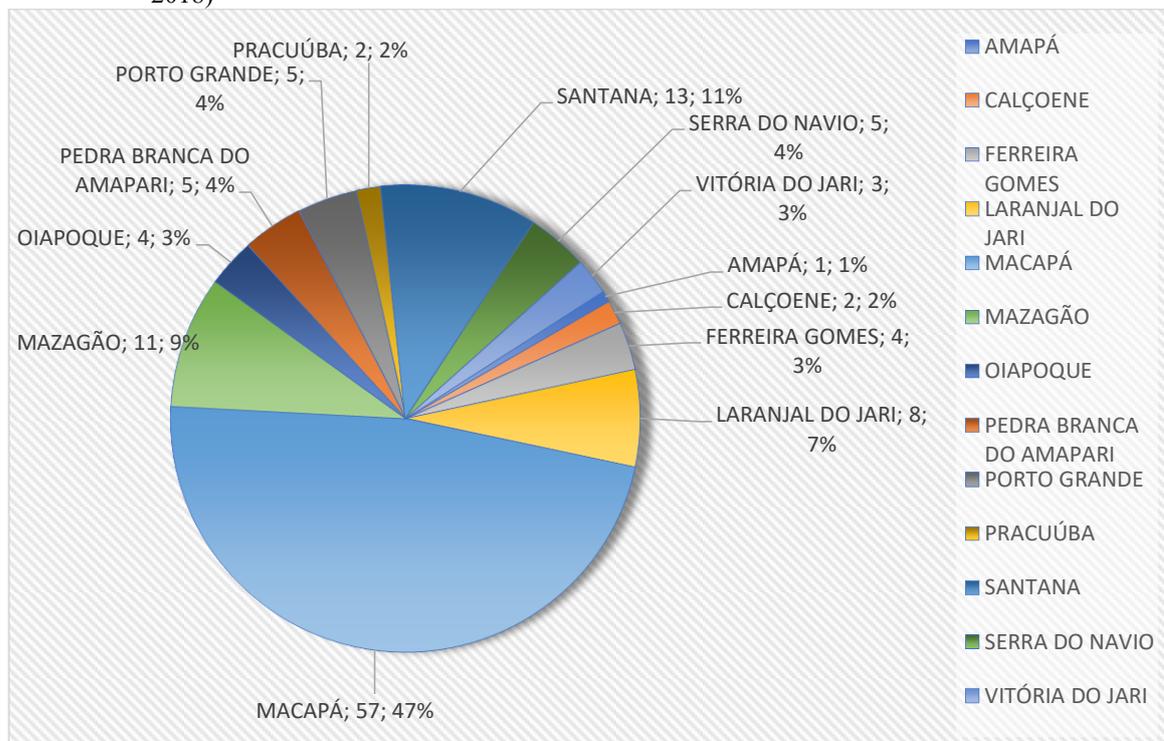
1. Os municípios: então, todas as pesquisas realizadas dentro daquele município contabilizam para aquele município;
2. As reservas extrativistas que abrangem mais de um município, foram considerados para contabilização cada um dos municípios que os compõem;
3. A reserva indígena foi considerada sua sede;
4. Os estados, região e países foram considerados seguindo a mesma linha de raciocínio do item 1 (Municípios).

Os dados coletados compõem o Apêndice 01 (se encontra disponível para consulta na seção de Apêndice dessa Dissertação), que é uma tabela informativa dos principais dados públicos de cada dissertação, esses dados foram basilares e a partir deles é que foi possível construir os Mapas e algumas figuras e quadros explicativos dessa pesquisa.

Com esses dados foi possível visualizar a abrangência em pesquisas que os discentes do PPGMDR/UNIFAP realizaram ao longo dos anos. Deu para perceber até onde o PPGMDR/UNIFAP chegou e quais municípios recebeu maior/menor foco de interesse para pesquisas, entre outros.

O Estado do Amapá possui 16 municípios, são eles: Macapá (Capital), Santana, Mazagão, Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Oiaoque, Porto Grande, Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Amapá, Ferreira Gomes, Cutias do Araguari, Serra do Navio, Itaubal e Pracuúba. No Gráfico 6, é possível visualizar um pouco dessa dinâmica de pesquisas realizadas pelo programa.

Gráfico 6 - Quantidade de Pesquisas realizadas pelos discentes do PPGMDR/UNIFAP por Município, (2008-2018)



Fonte: Construído com base nas informações presentes nas dissertações defendidas e aprovadas no PPGMDR/UNIFAP de 2008-2018. Ver Apêndice A.

No Gráfico 6, é possível visualizar que 13, dos 16 Municípios que compõem o Estado do Amapá, já tiveram pelo menos uma pesquisa científica sobre alguma situação daquela localidade. E a partir dessa Figura, pode-se inferir que Macapá (57 pesquisas, 47%) foi o Município com maior número de pesquisas, seguido de Santana (13 pesquisas, 11%) e Mazagão (11 pesquisas, 9%). Esses três municípios estão localizados próximos um do outro e compõem a Região Metropolitana Amapaense<sup>36</sup>, e é nessa Região, na UNIFAP Marco Zero em Macapá, que o PPGMDR/UNIFAP está instalado.

Os Municípios amapaenses com menos número de pesquisas (grafados com letra branca no MAPA 1) foram os municípios de Tartarugalzinho, Cutias e Itaubal. Até o ano de

<sup>36</sup> Para maiores informações sobre a Região Metropolitana Amapaense, veja Porto (2018)

2018, não consta nas dissertações defendidas e aprovadas no âmbito do PPGMDR/UNIFAP nenhum desses três municípios como objeto/local de pesquisa.

Em várias pesquisas realizadas pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP foram analisadas relações intermunicipais e internacionais como: A relação das comunidades locais com as reservas extrativistas; A relação de empresas de minérios e suas vilas operárias; A relação fronteiriça entre o Município de Oiapoque com algumas cidades que compõem o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (Brasil e França); Entre as reservas indígenas e a comunidade local próxima a elas; A relação fronteiriça entre Haiti e República Dominicana, outros. Essas pesquisas contribuem para a compreensão da dinâmica existente no Estado do Amapá.

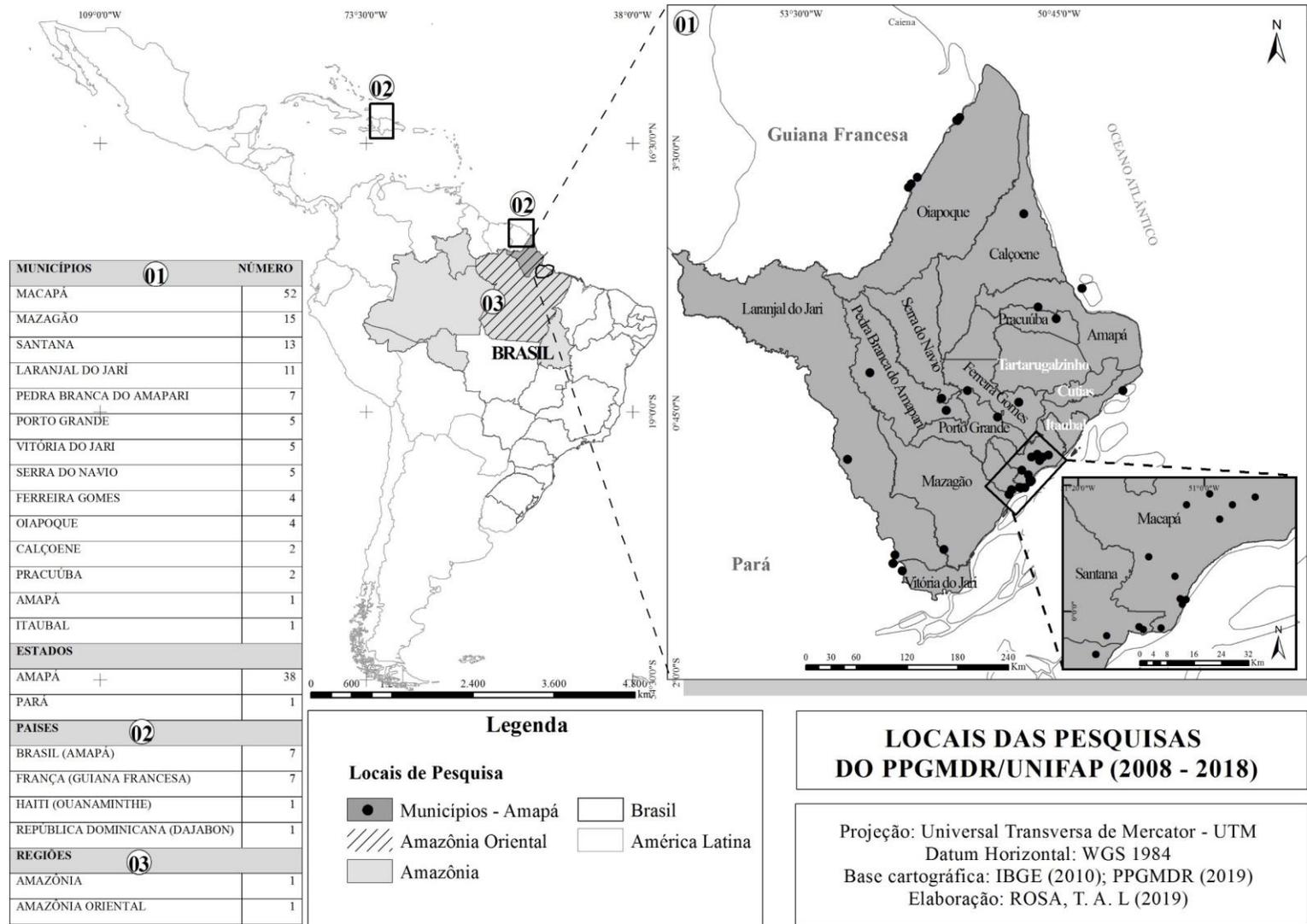
O trabalho sobre o Haiti e República Dominicana, foi realizado por um discente haitiano oriundo da parceria existente entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos através do Programa de Aliança para a Educação e Capacitação (PAEC)<sup>37</sup> que trouxe para o PPGMDR/UNIFAP discentes de outros países.

Para que fosse possível visualizar espacialmente a localização de cada pesquisa realizada pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP, construiu-se o Mapa 2, onde nele foi distribuído os locais pesquisados pelos egressos do programa, com o intuito de verificar quais Municípios, Estados, Países e Região o PPGMDR/UNIFAP contribuiu com pesquisas científicas através dos seus egressos.

---

<sup>37</sup> Para maiores informações sobre o PAEC na UNIFAP, Ver Costa e Silva (2017)

Mapa 2 – Locais pesquisados pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP, 2006 - 2018.



Fonte: Construído com base nas informações presentes nas dissertações defendidas e homologadas no PPGMDR/UNIFAP de 2008-2018. Ver Apêndice A.

O Mapa 1, foi construído dando ênfase nos locais de pesquisa das seguintes dimensões espaciais: Municípios do Estado do Amapá; Estados do Brasil; Regiões do Brasil e Países. Então neste Mapa, a ênfase será dada para estas dimensões espaciais<sup>38</sup>. A partir do Mapa 1 é possível fazer as seguintes considerações sobre as contribuições em pesquisas realizadas pelos egressos do PPGMDR/UNIFAP em mais de 10 anos de atividade:

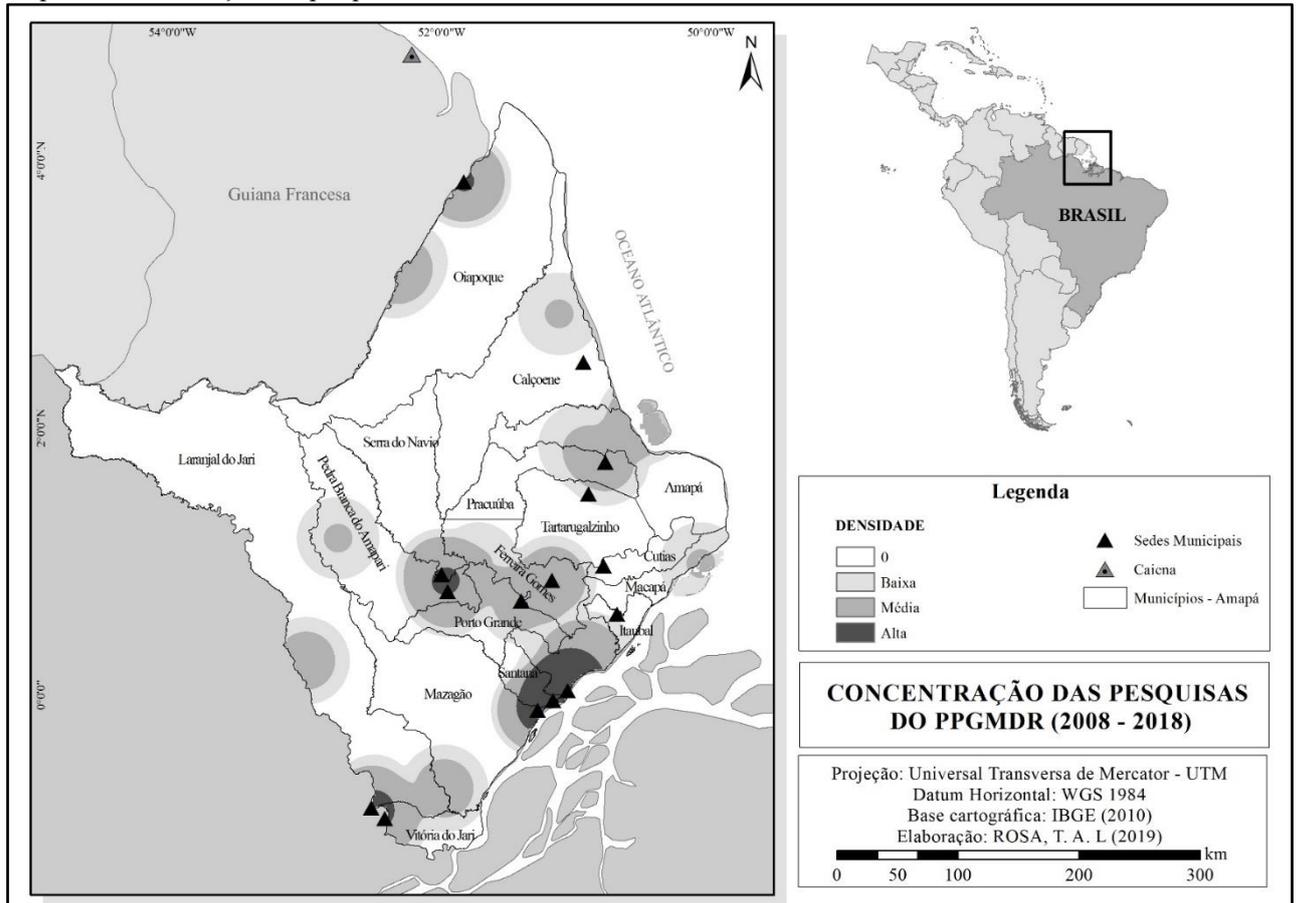
1. O PPGMDR/UNIFAP já pesquisou pelo menos uma localidade de 13 dos 16 municípios amapaenses, tendo um percentual de 75% de abrangência em pesquisas nos municípios do Estado;
2. Os três Municípios mais pesquisados foram Macapá (53), seguido de Mazagão (15) e Santana (13);
3. Os Municípios de Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal, grafados com letras brancas, ainda não foram foco/ objeto de pesquisas no PPGMDR/UNIFAP;
4. O PPGMDR/UNIFAP já investigou a relação internacional do Brasil com a França (Amapá e Guiana Francesa) em 7 perspectivas diferentes;
5. O PPGMDR/UNIFAP já investigou a relação internacional do Haiti e República Dominicana em uma perspectiva;
6. Deste modo, na América Latina, o PPGMDR/UNIFAP pesquisou um total de 8 relações internacionais;
7. No âmbito do programa, já foram realizadas pesquisas que discutem a Amazônia Brasileira e a Amazônia Oriental;
8. Dos 26 Estados do Brasil, o PPGMDR/UNIFAP teve como local de pesquisa o Amapá e Pará, um pouco mais de 7% de pesquisas no território nacional, sendo que compreensivelmente maior parte dessas pesquisas estão no Estado do Amapá.

Dado o objetivo dessa pesquisa em verificar as contribuições do PPGMDR/UNIFAP para o desenvolvimento da PG no Amapá, daremos um foco agora apenas para o Estado. Dessa especialização das pesquisas, pôde-se perceber que houveram concentrações de pesquisas em alguns Municípios do Estado. Então a partir dessa percepção, pôde-se construir o Mapa 3, que dá visibilidade de quais localidades houveram essas concentrações, veja:

---

<sup>38</sup> Sobre as localidades pesquisadas apontadas em cada Município do Estado do Amapá, vide Apêndice 2.

Mapa 3 – Concentração das pesquisas do PPGMDR/UNIFAP, 2008-2018.



Fonte: Construído com base nas informações metodológicas presentes nas dissertações defendidas e homologadas de 2008-2018 no Apêndice 01.

Sobre o Mapa 3, é possível fazer as seguintes considerações:

1. Apesar de não haver pesquisas em todos os Municípios do Estado, é possível perceber que houve um fluxo considerável de pesquisas sobre o Amapá;
2. A Região Metropolitana Amapaense, composta pelos Municípios de Macapá, Santana e Mazagão, concentram maior parte das pesquisas realizadas pelo PPGMDR/UNIFAP, e estas em sua maioria foram realizadas próximo ou na própria sede municipal;
3. A Região composta por Pedra Branca e Serra do Navio, bem como a de Laranjal do Jari e Vitória do Jari também apresentam uma relativa concentração de pesquisas, pois são nesses quatro municípios onde estão os maiores impactos dos investimentos econômicos de grandes projetos no espaço amapaense. Os dois primeiros pela atuação da exploração mineral pela ICOMI. Os dois últimos pela influência do Complexo Industrial do Jari;
4. Algumas poucas pesquisas estão localizadas fora ou distantes das sedes municipais, como no Povoado de Cunani, na Terra Indígena de Waiianpí, as vilas fronteiriças no Oiapoque, entre outros;

De todas as dissertações defendidas, não foi percebido um foco temático de discussão específica repetido em mais de um Município, com exceção das dissertações que discutiram as reservas extrativistas ou usinas hidrelétricas, ou as que analisaram a relação fronteiriça da cidade do Oiapoque com a Guiana Francesa, essas dissertações a pesar de terem o mesmo objeto de pesquisa, deram foco para especificidade diferente ou recorte temporal diferente uma da outra.

O que pode se inferir é que apesar do Estado ser uma região periférica e apresentar menor propensão a atrair investimentos para ciência devido a um menor acúmulo de capacidade instalada o PPGMDR/UNIFAP contribuiu com mais de 48 tipos de profissionais formando até o ano de 2018 um total de 149 mestres, sendo eles aproveitados de maneira expressiva pela própria UNIFAP ou carreiras docentes em outras esferas da educação Superior ou Básica do Estado do Amapá.

Dentro desses indicativos, mais de 40 egressos deu continuidade nos estudos, ampliando seus conhecimentos e em sua maioria trazendo para o Amapá conhecimentos mais elaborados para que a elevação da quantidade e qualidade da Pesquisa científica, capacidade instalada e massa crítica do Estado, contribuindo para a redução das amarras que a ausência de educação e conhecimentos científicos impões e aumentando a liberdade social através do desenvolvimento humano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas neste estudo, foi descrito, portanto, considerações sobre a interrelação entre PG e DR com base principalmente nos estudos de Sen (2010) e Silva Júnior (2017). Foi discutido também sobre a PG em DR no Brasil e Amapá, onde na oportunidade foi evidenciado o contexto histórico de criação dos primeiros cursos de PPG/PURD, de PPG em DR e os pioneiros da UNIFAP e dentre eles, o PPGMDR. Todo esse arcabouço teórico e de contextualização situacional serviu como base para evidenciar as contribuições do PPGMDR/UNIFAP para o desenvolvimento da PG no Amapá, dentro de seus limites e possibilidades.

Foi evidenciado que a PG é um robusto aparato estruturador de todo o SNPG, é rígido em suas avaliações de entrada e permanência dos programas e cursos novos, em busca do que a CAPES chama de padrão de qualidade. Concluiu-se que a PG é um mecanismo gerador/sistematizador de conhecimento e entendimento sobre o mundo, sendo potencialmente essencial para o desenvolvimento e amadurecimento regional da sociedade, de modo que sem pesquisa não há inovação, não há os elementos básicos de ensino de PG, e quando seus integrantes usufruem de direitos e deveres enquanto cidadãos de maneira consciente e ativa sem privações de liberdade, caracteriza-se algo ou um lugar como desenvolvido, e esta pesquisa partiu do princípio que a PG e toda sua estrutura de geração de conhecimento pode contribuir para a redução de limites e amarras sociais e regionais.

Sobre os cursos PURD, ficou claro que o pioneirismo dessa área de estudo foi protagonizado pela OEA, Cepal e Ilpes com intuito de formar pessoas capacitadas e para impulsionar o desenvolvimento dos países da América Latina. E que em meados de 1960 foi regulamentado no Brasil o Ensino de Pós-graduação e nos anos posteriores foram criados os primeiros cursos PURD na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e na Universidade de Pernambuco (1975) e todos eles encontram-se em plena atividade e na atualidade a área conta com 50 PPG/PURD em atividade.

Os PPG/PURD iniciaram seus estudos voltados para uma perspectiva de planejamento urbano e regional, e com o tempo assumiram um caráter e perspectiva interdisciplinar em virtude das demandas de pesquisas emergentes e impulsionados também pelo fato de que os docentes e discentes que compõem os cursos tem suas origens de formação em áreas e atuação de pesquisas distintas umas das outras. Impulsionado pelo crescente desenvolvimento

do Sul e Sudeste, nessas regiões estão concentrados a maior parte dos PPG/PURD. E o PPGMDR/UNIFAP é o pioneiro da Região Norte na Área PURD.

A UNIFAP, instituição que abriga o PPGMDR, está localizada na periferia da periferia, e assim como há dificuldades de manutenção de PG e fixação docente em função da localização geopolítica amapaense, acredita-se que tanto para o amadurecimento da PG quanto para o avanço do capital sobre as demandas em pesquisas sofrem igual retardo, por mais que o financiamento das pesquisas sejam fomentados e exigidos nos Documentos de Área e Avaliações dos PPG junto a CAPES.

Sobre a questão periférica, acredita-se que são periféricas as regiões que apresentam menor propensão a atrair investimentos devido a um menor acúmulo de capacidade instalada e uma trajetória de desenvolvimento mais lento, essas são características da situação geopolítica do Amapá/UNIFAP corroborando com o entendimento de que a condição de desenvolvimento da PG na UNIFAP está estreitamente ligado com sua condição periférica. Porém, considerando a distância do centro intelectual, o impacto que um PPG exerce num contexto local e regional é enorme. A assimetria e desigualdade regional permanece, cuja maior dificuldade é em elevar o quantitativo de professores doutores com titulação em novas áreas, para que em breve sejam também criados novos cursos contemplando novas áreas de conhecimento de mestrados e doutorados na UNIFAP.

Com o Advento da LDB, em meados de 1996, a UNIFAP enquanto universidade, era obrigada a possuir em seu quadro docente um quantitativo de pelo menos 30% com título de Mestrado ou Doutorado, e no ano de 2000, de 130 docentes possuía apenas 01 professor Doutor, apenas 0,8% do total. Naquele período, o quantitativo de docentes afastados para qualificação (especialização, mestrado e doutorado) foi uma das grandes dificuldades apontadas nos Relatórios de Gestão da UNIFAP, pois quando liberava um docente para capacitação, ficava sem docente para exercer as atividades acadêmicas na instituição.

Apesar das dificuldades, o quantitativo docente afastado para qualificação, seja para cursar PG na sede através de PPG Interinstitucionais ou fora da sede foi uma prioridade apontada nos relatórios para avançar na oferta de cursos de PG *stricto sensu*, que necessitava/necessita de um quantitativo mínimo de docentes com doutorado (dentre outros critérios) para levar proposta de criação de um PPG à CAPES, levando a UNIFAP a 14 anos de preparação e capacitação de seus docentes até poder criar seus primeiros PPG: PPGMDR o pioneiro da instituição, PPGBIO e PPGDAPP, este último foi descredenciado na avaliação de

2013. E este feito só foi possível com a realização de parceria com outras instituições de pesquisa, como Embrapa, Iepa, Ibama e Sema.

Impulsionada pelo seu desenvolvimento endógeno, a UNIFAP conta na atualidade com 16 PPG, sendo 10 próprios da instituição e 6 em rede com outras instituições. Desses 16 PPG, 8 são compostos de mestrados acadêmicos; 1 é mestrado e doutorado; 1 é doutorado acadêmico; e 3 mestrados profissionais. Sendo até a data da defesa desta dissertação a única instituição do Estado do Amapá com capacidade técnica instalada e massa crítica suficiente para criar e manter PPG próprios. A UNIFAP é a única instituição que conjuga PPG próprios, em rede e interinstitucionais. Assim, sua condição periférica enquanto distante do centro intelectual nacional, mostra-se estratégica e libertadora por conta de sua capacidade já instalada de PPG. Principalmente considerando os esforços executados de sua aproximação com os centros de pesquisa da França a partir da Guiana Francesa.

Diante da contextualização de um PPG localizado na periferia da periferia e das dificuldades que são intrínsecas para o pesquisador amazônida, o PPGMDR/UNIFAP contribuiu com a formação de profissionais e com a construção da massa crítica em desenvolvimento regional no Estado do Amapá.

De 2006 a 2018, o PPGMDR/UNIFAP recebeu 179 discentes, destes apenas 29 não concluíram o curso por diversos fatores e 149 realizaram suas pesquisas, submeteram ao ritual da defesa, foram aprovados e agora são Mestres em Desenvolvimento Regional. Esses 149 Mestres em Desenvolvimento Regional que foram o foco de análise no que tange ao perfil acadêmico e as contribuições do PPGMDR/UNIFAP para o Estado. Desse total, 59% são mulheres e 41% são homens, oriundos das mais diversos estados brasileiros, tendo como principal origem o próprio Amapá (52%) e Pará (32%).

Esses 149 discentes, tiveram sua formação em diversas graduações onde as incidências maiores são os oriundos dos cursos de pedagogia, história e geografia. Desse total de concluinte, 46 deram prosseguimento nos estudos e iniciaram/concluíram doutorado, e de modo expressivo e compreensível, visto que a maioria dos concluintes são pedagogos ou licenciados em áreas afins e escolheram o doutorado em Educação, o doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal e doutorado em Ciências.

Assim como o seu quadro docente, o PPGMDR/UNIFAP possui um corpo discente interdisciplinar. A maioria dos seus egressos estão atuando como docentes (seja na educação básica ou superior) e/ou em áreas estratégicas ligadas, de modo geral, ao funcionalismo público do Estado. Dos 149 egressos, menos de 50 iniciou o doutorado, e em sua maioria são professores vinculados a UNIFAP que oferece, através de lei específica, incentivos de

qualificação para executar tal feito ou são pesquisadores que recebem bolsa para manutenção dos seus estudos. A absorção desses egressos pelo mercado de trabalho foi expressivamente na carreira docente, onde a maioria está atuando na própria UNIFAP ou no GEA. Dos 41 servidores que estão atuando na UNIFAP, 36 são docentes e 5 técnicos-administrativos.

Evidenciou-se que as dissertações defendidas tem assumido a característica interdisciplinar para dar conta das demandas emergentes, visto que o tema desenvolvimento regional compreende diversos estudos e são orientados por professores multi e interdisciplinares, características estas que refletem no perfil do egresso do PPGMDR/UNIFAP.

No que tange às áreas pesquisadas pelos discentes egressos do PPGMDR/UNIFAP, dos 16 Municípios do Estado do Amapá, 13 já tiveram alguma de suas especificidades pesquisadas pelo programa. A maior parte das pesquisas realizadas estão localizadas na Região Metropolitana Amapaense (Macapá, Santana e Mazagão) e também a Região composta por Pedra Branca e Serra do Navio, bem como a de Laranjal do Jari e Vitória do Jari apresentaram uma relativa concentração de pesquisas, pois são nesses quatro municípios que estão os maiores impactos dos investimentos econômicos de grandes projetos no espaço amapaense. Os dois primeiros pela atuação da exploração mineral pela ICOMI. Os dois últimos pela influência do Complexo Industrial do Jari

O PPGMDR/UNIFAP foi a primeira experiência e oportunidade de profissionais formados com ensino de graduação para cursar pós-graduação *stricto sensu* dentro do próprio Estado, mesmo com todas as dificuldades de se produzir conhecimento científico na periferia da periferia. Além da geração de conhecimento oriundas das dissertações defendidas, garantiu também: a formação de docentes que atuam no ensino superior amapaense (público e privado); a formação de massa crítica para países da América Central Caribenha (Haiti); a criação de mais oito PPG na UNIFAP, seja no compartilhamento de seus docentes na formação desses programas (como os Mestrados em Educação, História, Geografia, Inovação Tecnológica, Ciências Ambientais, Letras, Ciências da Saúde e o Mestrado e Doutorado em Biodiversidade Tropical), pela atuação de egressos do PPGMDR/UNIFAP que deram continuidade em seus doutorados e formaram outro programa (que é o Caso do Mestrado em Educação, boa parte dos docentes daquele programa cursaram Mestrado no PPGMDR/UNIFAP); e a execução de estágios pós-doutorais de pesquisadores do Amapá, Pará e de outros países como Portugal e Argentina.

Enfim, mesmo existindo em uma instituição considerada periférica em muitas ocasiões, esta periferia lhe garantiu um status de estratégica, por conta da inexistência de PPG

no Amapá. Mesmo considerando suas dificuldades e desafios impostos e estabelecidos pela conjuntura nacional em seus diversos momentos, o PPGMDR cumpriu e cumpre seu papel de estimular um desenvolvimento como liberdade para a sociedade Amapaense. Ou seja, a criação de novos PPG em diversas áreas do conhecimento e a geração de massa crítica no Amapá impõe novas leituras, reflexões e debates sobre as dinâmicas sociais, políticas, culturais, dentre outros, do próprio estado e da fronteira onde se localiza.

E a perspectiva que se tem, é que o PPGMDR/UNIFAP, nos anos que seguem, cresça e se estruture a ponto de ter condições suficiente para reconhecimento de seu Doutorado e então possa contribuir com a formação integral de um pesquisador em Desenvolvimento Regional na Periferia da Periferia.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Amazônia Desafio Brasileiro do Século XXI: A Necessidade de uma Revolução Científica e Tecnológica**. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.

ABREU, Maurício de Almeida. A Avaliação da Pós-Graduação no Brasil: alguns pontos para sua compreensão e discussão. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 4, N. 1/2. p. 37 – 43. Maio/Novembro, 2002.

ALVES, Mirian Fábria Alves; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **RBPAE**, Vol. 30, N. 2, p. 351-376, Mai.-Ago., 2014.

ALMEIDA, Elenara Chaves de Almeida; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. *In*: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (orgs). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução Nº 7**, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu, de 11 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/12122017-RESOLUCAO-N-7-DE-11-DE-DEZEMBRO-DE-2017.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Conselho de Educação Superior. **Parecer nº 977/65**, sobre a definição dos cursos de pós-graduação, de 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Parecer-977-1965.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/DF. **Interpretação do Art. 52, inciso I, da Lei nº 9394/96. CES – Parecer 553/1997**, aprovado em 8/10/1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pcs55397.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 510**, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre a ética em pesquisa. 2016. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html) Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de**

**Educação Superior Cadastro e-MEC.** 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL, Walterlina. **Ciência e Educação Superior na Amazônia.** Porto Velho: Edufro, 2007.

CAVLAK, Iuri. **Na periferia da periferia:** história na Universidade Federal do Amapá. DF, ano XXI, nº 49.p. 82-89, Janeiro, 2012. Disponível em: [https://www.ifi.unicamp.br/~lunazzi/doctorlunazzi/colocacoes/Sobre%20Direitos%20Autorais-Lunazzi\\_ANDES.pdf](https://www.ifi.unicamp.br/~lunazzi/doctorlunazzi/colocacoes/Sobre%20Direitos%20Autorais-Lunazzi_ANDES.pdf). Acesso em: 13 jan. 2019

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Ministério da Educação. **Portaria nº 080**, de 16 de dezembro de 1998, dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cepe/camaras/campg/documentos/portaria-no-080-1998-capes> Acesso em: 14 ago. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Ministério da Educação. **História e missão.** Publicado em 17 Jun. 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> Acesso em: 12 nov. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **GeoCapes.** Publicado: 24 Jul. 2009. 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/conteudo-estatico/6886-geocapes>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Vol. 1. – Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira.** Publicado: 01/Abril/2014a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 16 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre as áreas de avaliação.** Publicado: 01/Abril/2014b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 16 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação.** Publicado: 01/Abril/2014c. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 29 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área:** Planejamento Urbano e Regional e Demografia. 2016a. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/30\\_PLURD\\_docar ea\\_2016.pdf](https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/30_PLURD_docar ea_2016.pdf). Acesso em: 05 jul. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria Nº 141**, de 14 de setembro de 2016. Define e disciplina as formas de colaboração e os procedimentos de escolha dos consultores científicos para fins do assessoramento previsto no artigo 3º do Estatuto da CAPES. Diário Oficial da União: Brasília, 2016b. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21920532/do1-2016-09-20-portaria-n-141-de-14-de-setembro-de-2016-21920463](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21920532/do1-2016-09-20-portaria-n-141-de-14-de-setembro-de-2016-21920463). Acesso em: 12 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria nº 182**, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento. Diário Oficial da União: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/16082018-PORTARIA-N-182-DE-14-DE-AGOSTO-DE-2018.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

COSTA, Thayná Renee Cavalcante da Costa; SILVA, Silvana Kelly de Moraes. A migração internacional motivada por questões educacionais: o caso do PAEC na UNIFAP. **Revista GeoPantanal**. UFMS/AGB. N. Especial. p. 171-184. Corumbá/MS, 2017.

CHELALA, Charles Achar. **A magnitude do Estado na Socioeconomia amapaense**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá: UNIFAP, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Da crítica à avaliação à avaliação da crítica. *In: Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. Campinas-SP: Autores Associados, 2009. p.

CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque; CUNHA, Alan Cavalcanti; SILVA, José Maria Cardoso da. A pós-graduação *stricto sensu* em Biodiversidade Tropical no Amapá: uma experiência em construção. **RBPG**, Brasília, V. 10, N. 19, p. 213-237, Março, 2013.

ETGES, Virginia Elisabeta; DORNELLES, Mizael. Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – 20 anos. **REDES**, Santa Cruz do Sul, V. 19, nº 3, p. 270-289, set/dez, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Editora Positivo, 2009.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio. Prefácio. *In: FERREIRA, Norma Iracema de Barros (org.). Interfaces da Educação: história, política, saberes e prática para além da fronteira amazônica*. Macapá: Editora UNIFAP, 2015. p. 6-10.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. *In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 8º. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. P. 83-107

GATTI, Bernardete Angelina. **Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder**. Fundação Carlos Chagas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Nº 18. Set/Out/Nov/Dez, p. 108- 154. São Paulo: 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a10.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GUMBOWSKY, Argos; MILANI, Maria Luiza; BAZZANELLA, Sandro Luiz. Memorial 10 anos do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**. V. 6., n. 2, ed. Esp., p. 5-25, jul, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Ifap oferta 16 vagas no Mestrado Profissional em Rede Nacional (ProfEPT)**. 2018. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/904-ifap-oferta-16-vagas-no-mestrado-profissional-em-rede-nacional-profeppt>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LACERDA, Norma. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da Multidisciplinaridade à Transdisciplinaridade. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 15, n. 1, p. 77-93. Mai, 2013.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, V. 15, N. 1. p. 125-138. Maio, 2013. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174/4058>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 295-310. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1319\\_Capes11.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1319_Capes11.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

MATTEDI, Marcos A.; THEIS, Ivo M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. **REDES**, Santa Cruz do Sul, V. 7, n. 2, p. 77-94, maio/ago. 2002.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital social e desenvolvimento: a experiência do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e Lugares: o ensino de planejamento urbano e regional no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 10, N. 1. p. 49-59. Mai, 2008.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP:, 2002.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Desenvolvimento Geográfico Desigual a faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. 2014. Relatório Pós-doutoral. (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento

Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau). Blumenau: FURB/PPGDR, 2014. [164] p.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. A construção da condição urbana-metropolitana amapaense. **Revista Acta Geográfica**. V. 12. p. 145-159. 2018.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; THEIS, Ivo Marcos. A pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 33-46, dez. 2016.

PORTO, Jadson Luís Rebelo Porto; CALDAS, Yurgel Pantoja; LOMBA, Roni Mayer. Pós-graduação em desenvolvimento Regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. **RBPG**, Brasília, V. 11, N. 23, p. 49-73, Março, 2014.

QUINTAS, Thamy Galeão. **Ciência e tecnologia no Estado do Amapá**: evoluções e entraves no primeiro decênio do século XXI. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá, Macapá: 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. O Ensino de Planejamento Urbano e Regional: uma proposta à Anpur. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, V. 4, N. 1/2 – Mar/Nov, p. 63-72, 2002.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza Santos; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, Jul, 2012. p. 44-61.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**. Vol. 1. Nº 1. p. 1-95. Jan/jun. 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Lura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, Geovany J. A. da; ROMERO, Marta A. B. **Novos paradigmas do urbanismo sustentável no Brasil**: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI. Pluris, 2010. [12] p.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brazilian university**: a busca por resultados comercializáveis: para quem?. 1ª ed. Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA, Keila Paiva da; BASTOS, Ana Paula V. A formação em pós-graduação na periferia da periferia. **RBPG**, Brasília, V. 11, n. 23, p. 131-166, Março, 2014.

SOUZA, L. G.. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In. LORDÉLO, J., DAZZANI, M. (orgs). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 17-30.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6º. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009

SUPERTI, Eliane. **Despacho administrativo da Universidade Federal do Amapá que trata sobre redução de carga horária docente**. Processo nº: 23125.015269/2017, de 08 de setembro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2000**.

UNIFAP: Macapá, 2001. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4073\\_RG\\_2000.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4073_RG_2000.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2002**.

UNIFAP: Macapá, 2003. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4074\\_RG\\_2002.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4074_RG_2002.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2003**.

UNIFAP: Macapá, 2004. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4075\\_relatorio\\_gestao\\_2003.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4075_relatorio_gestao_2003.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2004**.

UNIFAP: Macapá, 2005. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4076\\_relatorio\\_gestao\\_2004.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4076_relatorio_gestao_2004.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2005**.

UNIFAP: Macapá, 2006. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4077\\_relatorio\\_gestao\\_2005.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4077_relatorio_gestao_2005.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Relatório de Gestão 2006**.

UNIFAP: Macapá, 2007. Disponível em:

[https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4078\\_relatorio\\_gestao\\_2006.pdf](https://www2.unifap.br/numeros/files/2014/07/arq4078_relatorio_gestao_2006.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Plano de Desenvolvimento**

**Institucional (2015 – 2019)**. aprovado pela Resolução Nº 022/2015 – CONSU/UNIFAP, De 14 de agosto de 2015. disponível em: <http://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS E HOMOLOGADAS NO PPGMDR/UNIFAP (2008-2018)**

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
1.	ELIANA DO SOCORRO BRITO PAIXÃO	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2008	ESTATUTO DA CIDADE. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. PLANEJAMENTO URBANO	PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E ALTERNATIVAS PARA OS PROBLEMAS URBANOS DAS ÁREAS DE VARZEA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARÍ (AP)	LARANJAL DO JARÍ - AP	LARANJAL DO JARÍ - AP
2.	MARCELO MOREIRA DOS SANTOS	CARMO ANTÔNIO DE SOUZA	2008	PATRIMÔNIO GENÉTICO. ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS. PROTTIUM PALLIDUM. DESENVOLVIMENTO LOCAL. IRATAPURU	DIREITO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO: ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS EM IRATAPURU	SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU - AP	LARANJAL DO JARÍ – AP
3.	DENIS MARQUES DE OLIVEIRA	ODETE FÁTIMA M. SILVEIRA	2008	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL. USINA TERMOELÉTRICA. ASPECTO AMBIENTAL. GERENCIAMENTO AMBIENTAL	GESTÃO DE ASPECTOS E POTENCIAIS IMPACTOS AMBIENTAIS DA USINA TERMOELÉTRICA DE SANTANA - AP - BRASIL - 2007	SANTANA-AP	SANTANA - AP
4.	ARTHANE MENEZES FIGUEIREDO	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2008	NOTAÇÕES MATEMÁTICAS. INTERAÇÕES EM DÍADES. APROPRIAÇÃO DA DIVISÃO POR PARTICIPAÇÃO E POR QUOTIZAÇÃO	NOTAÇÕES ESCRITAS NA APROPRIAÇÃO DE UM CONCEITO MATEMÁTICO: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE DIVISÃO POR PARTIÇÃO E QUOTIÇÃO POR CRIANÇAS DA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, INDIVIDUALMENTE EM DÍADES	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
5.	ANDRÉ RODRIGUES GUIMARÃES	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2008	FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA. SOCIEDADE CAPITALISTA. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. PERCEPÇÕES DOCENTES	O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
6.	ARNALDO JOSÉ BALARINI	JOSÉ CARLOS TAVARES CARVALHO	2008	EPIDEMIA. ENDEMIAS. DENGUE. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	DENGUE NO AMBIENTE URBANO DO ESTADO DO AMAPÁ. ANÁLISE DA ENDEMIZAÇÃO NO PERÍODO DE 2001 A 2007	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
7.	ANTÔNIA COSTA ANDRADE	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2008	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. QUESTÃO RACIAL. CURRÍCULO. MULTICULTURALISMO CRÍTICO. MOVIMENTOS INSTITUINTES	PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	MACAPÁ-AP	MACAPÁ - AP
8.	MÁRIO NUNES TORRINHA	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2008	ABASTECIMENTO ALIMENTÍCIO. LARANJAL DO JARI. FLUXOS. REDES. TERRITÓRIO	REDES DE ABASTECIMENTO ALIMENTÍCIO EM LARANJAL DO JARI (AP): FLUXOS INTRAREGIONAIS E PRODUÇÃO TERRITORIAL	LARANJAL DO JARÍ - AP	LARANJAL DO JARI - AP
9.	CHARLES ACHCAR CHELALA	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2008	DISSERTAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE	A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIO-ECONOMIA AMAPAENSE	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
10.	LANA PATRÍCIA SANTOS DE OLIVEIRA	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2008	DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PALINOLOGIA. ABELHAS. MELIPONÍNEOS	RECURSO POLÍNICO UTILIZADO POR ABELHA SEM FERRÃO (HYMENOPTERA, APIDAE, MELIPONINAE) NA LOCALIDADE DO PIQUIÁ, MUNICÍPIO DE AMAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ	PIQUIÁ - AP	AMAPÁ - AP
11.	CARLOS RINALDO NOGUEIRA MARTINS	JOSÉ CARLOS TAVARES CARVALHO	2008	FARMACOVIGILÂNCIA. REAÇÕES ADVERSAS E MEDICAMENTOS (RAM). MALÁRIA. ANTIMALÁRICOS	POLÍTICAS EM FARMACOVIGILÂNCIA: O CASO DA REAÇÃO ADVERSA A MEDICAMENTOS ANTIMALÁRICOS UTILIZADOS EM MULHERES GRÁVIDAS NO ESTADO DO AMAPÁ	MACAPÁ-AP	ESTADO DO AMAPÁ
12.	EDMUNDO LEÃO DE BARROS NETO	RICARDO ADAIME DA SILVA	2008	OCORRÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL. ANASTREPHA	ECOLOGIA DE MOSCAS-DAS-FRUTAS (DIPTERA: TEPHROTIDAE) EM GOIABA (PSIDIUM GUAJAVOLA L.; MYRTACEAE) CULTIVADA EM SISTEMA AGROFLORESTAL, EM	SANTANA-AP	SANTANA - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					SANTANA, AMAPÁ		
13.	LAILSON DO NASCIMENTO LEMOS	RICARDO ADAIME DA SILVA E GILBERTO KEN-ITI YOKOMIZO	2008	DIVERSIDADE. PLANTA HOSPEDEIRA. ANASTREPHA. PSIDIUM GUAJAVA. SPONDIAS MOMBIN	OCORRENCIA DE MOSCAS-DAS-FRUTAS E SEUS PARASITÓIDES EM GOIABA E TAPEREBÁ EM QUATRO MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ	MACAPÁ - AP, MAZAGÃO-AP, PORTO GRANDE-AP, SANTANA-AP	MACAPÁ - AP, MAZAGÃO-AP, PORTO GRANDE-AP, SANTANA-AP
14.	REGINA CÉLIS MARTINS FERREIRA	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2008	EXPANSÃO URBANA. PLANEJAMENTO URBANO. POLÍTICAS PÚBLICAS	CIDADE DE LARANJAL DO JARÍ: EXPANSÃO URBANA - PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	LARANJAL DO JARÍ - AP	LARANJAL DO JARÍ - AP
15.	JOÃO PAULO DA CONCEIÇÃO ALVES	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2009	RELAÇÕES RACIAIS. TRABALHO E EDUCAÇÃO. SOCIEDADE CAPITALISTA. POPULAÇÃO NEGRA. CONTRA-HEGEMONIA. PERSPECTIVAS DISCENTES	PERSPECTIVA DO ALUNO NEGRO DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
16.	JULIANA MONTEIRO PEDRO	CARMO ANTÔNIO DE SOUZA	2009	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. DIREITO FUNDAMENTAL DIFUSO. ESTADO DEMOCRÁTICO. PROTEÇÃO JURÍDICA. SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PACOVAL	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: A PROTEÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PACOVAL À LUZ DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO BAIRRO PACOVAL	MACAPÁ - AP
17.	ELIANE ROCHA RODRIGUES	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2009	ABELHA NATIVA. ETNOENTOMOLOGIA. MELIPONICULTURA. POPUL AÇÕES TRADICIONAIS. CONHECIMENTO TRADICIONAL	CONHECIMENTO ETNOFENOMENOLÓGICO SOBRE ABELHA INDÍGENA SEM FERRÃO (MELIPONA) E MELIPONICULTURA NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO DOS BOIS DO ESTADO DO AMAPÁ	SÃO PEDRO DOS BOIS-AP	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
18.	OSCARITO ANTUNES DO NASCIMENTO	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2009	PAISAGEM URBANA. PLANEJAMENTO URBANO. ZONA DE FRONTEIRA. BR-156. PONTE BINACIONAL	IMPLICAÇÕES DO CONTEXTO DA ZONA DE FRONTEIRA / BR-156 / PONTE BINACIONAL NA CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE OIAPOQUE	OIAPOQUE-AP	OIAPOQUE-AP
19.	MARIA VIRGÍNIA FILGUEIRAS DE ASSIS MELLO	ROSEMARY FERREIRA DE ANDRADE	2009	DIABESIDADE. ALIMENTAÇÃO. ESTUDANTES	DIABESIDADE: IDENTIFICANDO FATORES DE RISCO EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE MACAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
20.	LILIANE RODRIGUES SOARES	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2009	TERRITORIALIDADE. QUILOMBO. PARENTESCO. AFETIVIDADE. RURALIDADE	A TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA EM COMUNIDADES RURAIS: UMA ANÁLISE DO QUILOMBO MEL DA PEDREIRA (AMAPÁ)	MEL DA PEDREIRA-AP	MACAPÁ - AP
21.	RAFAEL PONTES LIMA	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2009	SÍNDROME DE DOWN. SOFTWARE EDUCACIONAL. MEMÓRIA VISUAL E AUDITIVA. MEDIADOR SOCIAL E INSTRUMENTAL. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	O USO DE SOFTWARE EDUCACIONAL COMO MEDIADOR INSTRUMENTAL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
22.	RICHARDSON FERREIRA FRAZÃO	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2009	MELIPONINEOS. DIVERSIDADE. INVENTÁRIO. MANEJO. AMAZÔNIA	FAUNA DE ABELHAS SEM FERRÃO (HYMENOPTERA, APIDAE, MELIPONINA) DA REGIÃO SUL DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ; RELAÇÃO COM FLORES E POTENCIAIS DE USO	FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ-AP	PORTO GRANDE E FERREIRA GOMES
23.	LEILA SILVIA SACRAMENTO DA SILVA	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2009	QUALIDADE DE VIDA URBANA. IMPACTO URBANO. PLANEJAMENTO URBANO	IMPACTOS OBSERVADOS NA INFRAESTRUTURA URBANA DOS MUNICÍPIOS DE SERRA DO NAVIO E PEDRA BRANCA DO AMAPARI NO PERÍODO DE 1999 E 2008	SERRA DO NAVIO-AP E PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP	SERRA DO NAVIO-AP E PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP
24.	NELY DAYSE SANTOS DA MATA	JOSÉ CARLOS TAVARES CARVALHO	2009	MULHERES WAJÁPI. PLANTA MEDICINAL. CONHECIMENTO TRADICIONAL.	PARTICIPAÇÃO DA MULHER WAJÁPI NO USO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS	TRIBO WAJÁPI-BR	PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
				SUSTENTABILIDADE			
25.	EDVAN BARROS DE ANDRADE	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2009	GESTÃO PARTICIPATIVA. GESTÃO TERRITORIAL. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	GESTÃO TERRITORIAL NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA: O CASO DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE-AP	SERRA DO NAVIO - AP
26.	JÚLIA DANIELA BRAGA PEREIRA	RICARDO ADAIME DA SILVA E WALKYMÁRIO DE P. LEMOS	2009	ANASTREPHA. NEOSILBA. INIMIGOS NATURAIS. AMAZÔNIA	CONTRIBUIÇÃO AO CONHECIMENTO DE MOSCAS-DAS-FRUTAS (TEPHRIDAE E LONCHAEIDAE) NO PARÁ: DIVERSIDADE, HOSPEDEIROS E PARASITÓIDES ASSOCIADOS	BAIXO AMAZONAS E MARAJÓ	ESTADO DO PARÁ
27.	JOÃO FARIAS DA TRINDADE	ROSEMARY FERREIRA DE ANDRADE	2009	TRYPANOSOMA CRUZI. TRANSMISSÃO. CONTROLE E IMPLANTAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS	DOENÇA DE CHAGAS: UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES QUE FAVORECERAM A OCORRÊNCIA NO ESTADO DO AMAPÁ NO PERÍODO DE 2002 A 2007	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
28.	MAGNO JOSÉ TÁVORA DE MENDONÇA	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2009	PRACUÚBA. TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS. SOCIOECONOMIA. DESENVOLVIMENTO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA (AP) (1992-2008)	PRACUÚBA-AP	PRACUÚBA-AP
29.	OLAVO FAGUNDES DA SILVA	VALTER DA GAMA DE AVELAR	2010	ORDENAMENTO TERRITORIAL. TRILHAS. ESTRADAS. SIG. RESEX CAJARI. TURISMO SUSTENTÁVEL. AMAPÁ	ESTRADAS E TRILHAS NO ORDENAMENTO TERRITORIAL E TURISMO SUSTENTÁVEL NA RESEX CAJARI-AP: UTILIZAÇÃO DE SIG COMO FERRAMENTA DE MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO	RESEX DO RIO CAJARÍ - AP	MAZAGÃO, LARANJAL DO JARI E VITÓRIA DO JARÍ
30.	FÁTIMA MARIA DE ANDRADE PELAES	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2010	PLANEJAMENTO URBANO. ARQUITETURA MODERNA. PÓS-OCUPAÇÃO	UMA ANÁLISE DOS CONJUNTOS URBANÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS DAS VILAS	VILA SERRA DO NAVIO E VILA	SERRA DO NAVIO-AP E SANTANA-AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					SERRA DO NAVIO E AMAZONAS: 1998-2008	AMAZONAS	
31.	PATRICK DE CASTRO CANTUÁRIA	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2010	APIFAUNA. INVENTÁRIO. RPPN REVECOM. AMAZÔNIA	COMUNIDADE DE ABELHAS (HYMENOPTERA, APOIDEA) DE FRAGMENTOS DE FLORESTA URBANA, EM SANTANA/AMAPÁ/BRASIL	SANTANA-AP	SANTANA-AP
32.	PAULO SÉRGIO MENDES PACHECO JÚNIOR	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2010	MELIPONÍNEOS. RECONHECIMENTO. MANEJO. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	RECONHECIMENTO DE COMPANHEIRAS DE NINHO EM <i>MELIPONA PARAENSIS</i> (HYMENOPTERA, APIDAE, <i>MELIPONINI</i> ): BIOLOGIA E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	FAZENDINHA - AP	MACAPÁ-AP
33.	MAGDA CELESTE ALVARES GONÇALVES	GILBERTO KEN ITI YOKOMIZO	2010	SEGURANÇA. ABASTECIMENTO. AGROALIMENTAR. AGRICULTURA FAMILIAR	DESEMPENHO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR DO ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
34.	DILENE KÁTIA COSTA DA SILVA	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2010	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL. MUNICIPALIZAÇÃO. EDUCAÇÃO INFANTIL. ACESSO ESCOLAR	A POLÍTICA DE MUNICIPALIZAÇÃO E O ACESSO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM MACAPÁ/AP (1999-2009)	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
35.	ROSALDA IVONE OLIVEIRA CUSTÓDIO	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2010	QUESTÃO RACIAL. PRÁTICA PEDAGÓGICA. CURRÍCULO ESCOLAR. IDENTIDADE. MULTICULTURALISMO	A QUESTÃO RACIAL NO ÂMBITO DAS MUDANÇAS CURRICULARES PROPOSTAS PELA LEI 10.639/03: CONCEPÇÕES DISCURSOS E PRÁTICAS	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
36.	MARCUS WEBSTER RODRIGUES DE ARAÚJO	JADSON LUIS REBELO PORTO	2010	SISTEMAS DE NORMAS. TERRITORIALIDADES. PALIMPSESTOS TERRITORIAIS	CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE: UM MOSAICO DE TERRITORIALIDADES	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
37.	ELKE DANIELA ROCHA NUNES	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2010	ICOMI. COTIDIANO. CONTROLE SOCIAL. TERRITÓRIO. SERRA DO NAVIO	O CONTROLE SOCIAL EXERCIDO PELA ICOMI COMO ESTRATÉGIA DE USO E AÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO NO AMAPÁ, DE 1960 A 1975	VILA AMAZONAS – AP E VILA SERRA DO NAVIO – AP	ESTADO DO AMAPÁ
38.	ILMA DE ANDRADE BARLETA	OTO JOÃO PETRY	2010	TRABALHO. DUALIDADE ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA. ENSINO MÉDIO INTEGRADO	DA CANOA À FERROVIA: INTERFACES DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MACAPÁ-AP	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
39.	LUZIMAR REBELO AZEVEDO	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2010	DESENVOLVIMENTO. COMÉRCIO. AMAPÁ. AMAZÔNIA	COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DE NOVOS USOS DO ESPAÇO AMAPAENSE	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
40.	MARIA CRISTINA SABOIA DOS SANTOS LEÃO	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2010	TERRITÓRIO. REDE. ORGANIZAÇÕES. ECONOMIA. ARTESANATO	ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS COM O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ARTESANATO DA BIOJÓIA NO ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
41.	UÉDIO ROBDS LEITE DA SILVA	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2010	TRABALHO. ANCESTRALIDADE. COLETA DE MEL	RELAÇÕES DE TRABALHO NA ATIVIDADE PRODUTIVA DO MEL NAS COMUNIDADES DE SÃO PEDRO DOS BOIS E INAJÁ DO PIRIRIM, NO AMAPÁ	SÃO PEDRO DOS BOIS – AP E INAJÁ DO PIRIRIM - AP	MACAPÁ – AP E ITAUBAL - AP
42.	ANA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2010	ÁREAS ÚMIDAS. LAGOA DOS ÍNDIOS. PAISAGEM URBANA. ESPAÇO EDIFICADO	PAISAGEM URBANA NO ENTORNO DA RESSACA DA LAGOA DOS ÍNDIOS	LAGOA DOS ÍNDIOS - AP	MACAPÁ-AP
43.	ALDECI DA SILVA DIAS	JADSON LUIS REBELO PORTO E VALDENIRA FERREIRA DOS SANTOS	2011	DIREITO PENAL AMBIENTAL. ÁREA DE MARINHA. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	INTERFERÊNCIA DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NA APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL EM ÁREA DE MARINHA DO BAIRRO DO PERÉTUO SOCORRO, MACAPÁ-AP	BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
44.	BETIANA DE SOUZA OLIVEIRA	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2011	AMAPÁ. GUIANA FRANCESA. FRONTEIRA. MIGRAÇÃO CLANDESTINA. DINÂMICAS SOCIAIS	DINÂMICAS SOCIAIS NA FRONTEIRA ENTRE O ESTADO DO AMAPÁ E GUIANA FRANCESA: UM ESTUDO SOBRE OIAPOQUE, VILA VITÓRIA DO OIAPOQUE E CAYENNE	OIAPOQUE - BR, VILA VITÓRIA DO OIAPOQUE - BR, CAYENNE - FR	BRASIL E FRANÇA
45.	MARIA DO CARMO LOBATO DA SILVA	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2011	CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR E O PAPEL DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PELAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	SANTANA - AP	SANTANA - AP
46.	ANÍSIO ANTÔNIO MEINERZ	OTO JOÃO PETRY	2011	EDUCAÇÃO SUPERIOR EM FAIXA DE FRONTEIRA. ECONOMIA. FETICHE. TÉCNICA. ESPAÇO. TEMPO	AVE DE MINERVA: ECONOMIA E EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA NORTE BRASILEIRA	OIAPOQUE - AP	OIAPOQUE - AP
47.	ROSINETE DOS SANTOS RODRIGUES	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2011	FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEDIAÇÃO SOCIAL. CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN	A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO CRÍTICO-COLABORATIVO JUNTO AOS PROFESSORES DA CLASSE REGULAR	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
48.	ISNANDA DE AZEVEDO FEITOSA	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2011	TRANSFERENCIA DE RENDA. MODO DE VIDA. PROBREZA. DESIGUALDADE. DESENVOLVIMENTO	TRANSFERÊNCIA DE RENDA: REFLEXOS DO BOLSA FAMÍLIA E DO RENDA PRA VIVER MELHOR NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AMAPÁ)	COMUNIDADE DO CORAÇÃO - AP	MACAPÁ-AP
49.	GLAUCIELA SOBRINHO CUNHA PANTOJA FERREIRA	VALTER DA GAMA DE AVELAR	2011	RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS. TERRITORIALIZAÇÃO. OCUPAÇÃO/USO/DEGRADAÇÃO. DESENVOLVIMENTO. ÁREA ESPECIALMENTE PROTEGIDA	RELAÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS: OCUPAÇÃO, USO E DEGRADAÇÃO NA TERRITORIALIDADE DA APA DA FAZENDINHA (AMAPÁ-AMAZÔNIA - 1974 A 2010)	FAZENDINHA - AP	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
50.	PAULO ROBERTO RODRIGUES VIEIRA	ROSEMARY FERREIRA DE ANDRADE	2011	MALÁRIA. ÁREA INDÍGENA. ESPACIALIZAÇÃO. OIAPOQUE. AMAPÁ	MALÁRIA NA ÁREA INDÍGENA: ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS AUTÓCTONES NO MUNICÍPIO DO OIAPOQUE - AMAPÁ	OIAPOQUE-AP	OIAPOQUE-AP
51.	MANOEL AZEVEDO DE SOUZA	YURGEL PANTOJA CALDAS	2011	LITERATURA. HISTÓRIA. IDENTIDADE CULTURAL. MEMÓRIA	RELAÇÕES INTERCULTURAIS AMAPÁ / GUIANA FRANCESA, NO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO: UM OLHAR A PARTIR DO ROMANCE SARAMINDA, DE JOSÉ SARNEY	ESTADO DO AMAPÁ - BR E GUIANA FRANCESA - FR	BRASIL E FRANÇA
52.	FERNANDO CASTRO AMORAS	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2011	MOTOCICLETA. REGULAÇÃO. TRANSPORTE E TRÂNSITO. TRANSPORTE INFORMAL. TRANSPORTE URBANO	REGULAMENTAÇÃO E INFORMALIDADE NO SERVIÇO DE MOTOTAXI EM MACAPÁ: 1996 - 2011	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
53.	FERNANDO PIMENTEL CANTO	YURGEL PANTOJA CALDAS	2011	DISSERTAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE	VERTENTES DISCURSIVAS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: DAS CARTAS DOS CONSTRUTORES ÀS TRANSFORMAÇÕES E PROPRIÇÕES SIMBÓLICAS CONTEMPORÂNEAS	FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
54.	FRANCELE BENEDITO BALDEZ DE SOUSA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2011	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. EDUCAÇÃO DO CAMPO. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO CARVÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO AMAZÔNICA AMAPAENSE	CARVÃO - AP	MAZAGÃO - AP
55.	ALLAN JASPER ROCHA MENDES	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2012	EDUCAÇÃO SUPERIOR. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO. PÚBLICO VERSUS PRIVADO	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO AMAPÁ: O PÚBLICO E O PRIVADO EM QUESTÃO (2000 – 2010)	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
56.	ARY CAMARGO DE FREITAS	GILBERTO KEN ITI YOKOMIZO	2012	HANCORNIA SPECIOSA GOMES. SELEÇÃO. FRUTOS	MANGABA (HANCORNIA SPECIOSA GOMES): LOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES NATIVAS NO CERRADO AMAPAENSE E	EMBRAPA - AP	ESTADO DO AMAPÁ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA DAS PROGÊNIES DO BANCO ATIVO DE GERMOPLASMA DA EMBRAPA AMAPÁ		
57.	TEREZA VIRGÍNIA AMÉRICO DA CRUZ	OTO JOÃO PETRY	2012	EDUCAÇÃO. ESCOLA. EDUCAÇÃO INTEGRAL. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUAS CONFIGURAÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAPAENSE: UMA ANÁLISE DE SUA IMPLANTAÇÃO EM SEIS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL	MACAPÁ - AP	ESTADO DO AMAPÁ
58.	LUIZ GUSTAVO DA SILVA COSTA	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2012	AMAPÁ. DEFESA TERRITORIAL. ESTADO. GLOBALIZAÇÃO	A INTERNACIONALIZAÇÃO CONSENTIDA: UM ESTUDO SOBRE ESTADO FRONTEIRA E DEFESA TERRITORIAL NO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
59.	ALINE BENTES MONTEIRO	ROSEMARY FERREIRA DE ANDRADE	2012	SAÚDE. HOMENS. POLÍTICA. CUIDADO. MACAPÁ	POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM: OBSTÁCULOS AO CUIDADO MASCULINO, EM MACAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
60.	LUCIANA SANTOS AYRES DA SILVA		2013	DEMOCRATIZAÇÃO. EDUCAÇÃO SUPERIOR. ACESSO. PERMANÊNCIA	PROGRAMA DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO/2010: ALCANCE E LIMITES DA PARCERIA GEA/UNIFAP	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
61.	TITO LÍVIO PINTO DE FREITAS	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2013	AGROEXTRATIVISMO. RESEX DO CAJARÍ. CASTANHA DO BRASIL	EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA RESEX DO RIO CAJARI	RESEX DO RIO CAJARÍ - AP	MAZAGÃO, LARANJAL DO JARI E VITÓRIA DO JARÍ
62.	PAULA GABRIELE SENA DOS SANTOS	EMMANUEL RAIMUNDO COSTA SANTOS	2013	ULTRAPERIFERIA. POAMAZÔNIA. DESENVOLVIMENTO. FRONTEIRA. AMAPÁ-GUIANA FRANCESA	A (ULTRA) PERIFERIA DO PLATÔ DAS GUIANAS: NOVOS PLANEJAMENTOS PARA NOVOS USOS DA FRONTEIRA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA (1992-2012)	FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA FRANCESA	BRASIL E FRANÇA

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
63.	LORENA OLIVEIRA DE SOUZA	ARLEY JOSÉ SILVEIRA DA COSTA	2013	MELIPONINEOS. ALIMENTAÇÃO. PROTEÍNA. MANEJO	EFEITOS DE UMA DIETA ARTIFICIAL PROTEICA NO DESENVOLVIMENTO DE COLÔNIAS DE <i>MELIPONA PARAENSIS</i> (APIDAE, MELIPONINA)	LABORATÓRIO NECTAR / UNIFAP	MACAPÁ - AP
64.	MILLENY CHAVES RODRIGUES	JOSÉ MARIA DA SILVA	2013	DISSERTAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE	O BAIRRO E A POLÍTICA: A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E A CONSTRUÇÃO DE UMA LIDERANÇA	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
65.	THAMY GALEÃO QUINTAS	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2013	CIÊNCIA. TECNOLOGIA. INOVAÇÃO. PESQUISA. DESENVOLVIMENTO. EDUCAÇÃO. BRASIL. REGIÃO NORTE. AMAPÁ	CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO AMAPÁ: EVOLUÇÕES E ENTRAVES NO PRIMEIRO DECÊNIO DO SÉCULO XXI	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
66.	ANA PAULA COSTA DE ARRUDA	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2013	POLÍTICA EDUCACIONAL. PROVA BRASIL. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. PRÁTICA DOCENTE	A INFLUÊNCIA DA <i>PROVA BRASIL</i> NA PRÁTICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM MACAPÁ/AP	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
67.	ALLYNNE COLARES TÁVORA MODESTO	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2013	MOVIMENTOS SOCIAIS. MOVIMENTOS AMBIENTAIS. RESERVAS EXTRATIVISTAS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ: PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	RESEX DO RIO CAJARI - AP	MAZAGÃO, LARANJAL DO JARI E VITÓRIA DO JARI
68.	ALCILÉA MARIA ARAÚJO FERREIRA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2013	RURALIDADE. EDUCAÇÃO DO CAMPO. CAPITAL SOCIAL	PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO MARACÁ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	MARACÁ - AP	MAZAGÃO - AP
69.	RAFAELE COSTA FLEXA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2013	REGRAS. AGROEXTRATIVISTAS. RECURSOS NATURAIS. ASSENTAMENTO MARACÁ	AS REGRAS ESTABELECIDAS NA APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS AGROEXTRATIVISTAS DO ASSENTAMENTO MARACÁ-AP	MARACÁ - AP	MAZAGÃO - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
70.	RUBENS PINHEIRO DA SILVA	VALTER DA GAMA DE AVELAR	2013	RISCOS. INUNDAÇÃO. PEDRA BRANCA DO AMAPARI. VULNERABILIDADE SOCIAL. PROCESSOS NATURAIS	RISCOS ASSOCIADOS ÀS INUNDAÇÕES NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AMAPÁ	PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ - AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ - AP
71.	DANIELLE DIAS DA COSTA	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2013	POLÍTICA PÚBLICA. ACESSO. PERMANÊNCIA. EDUCAÇÃO SUPERIOR	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, NO AMAPÁ (2006-2011): DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA, NA EDUCAÇÃO SUPERIOR?	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
72.	ANDRÉ LINS DE MELO	OTO JOÃO PETRY	2013	SISTEMAS DE ENSINO. GESTÃO DA EDUCAÇÃO. MUNICÍPIOS	OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO AMAPÁ E A MUNICIPALIZAÇÃO: ASPECTOS CONTRADITÓRIOS DE UMA GESTÃO	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
73.	FRANCINETE DA SILVA FACUNDES	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA E VALDENIRA FERREIRA DOS SANTOS	2013	LAND USE COVER CHANGE. SENSORIAMENTO REMOTO. DESORDENAMENTO TERRITORIAL	DINÂMICAS DE USO E DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: RODOVIA PERIMETRAL NORTE, ESTADO DO AMAPÁ	RODOVIA PERIMETRAL NORTE - AP	PORTO GRANDE, PEDRA BRANCA DO AMAPARI E SERRA DO NAVIO
74.	LEIDIANE VAZ DOS SANTOS	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2013	CRÉDITO RURAL. PRONAF. AGROEXTRATIVISMO	CRÉDITO RURAL E AVIAMENTO EM ÁREAS DE AGROEXTRATIVISMO DO SUL DO AMAPÁ	PAE MARACÁ-AP E RESEX CAJARI - AP	MAZAGÃO - AP, LARANJAL DO JARI - AP, E VITÓRIA DO JARI - AP
75.	CHRISTIANNI LACY SOARES	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2013	MIGRAÇÃO. FRONTEIRA. INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS	VILA BRASIL, ILHA BELA E CAMOPI: EFEITOS DA MIGRAÇÃO PARA OS GARIMPOS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA	VILA BRASIL-BR, ILHA BELA-BR E CAMOPI-GF	BRASIL E FRANÇA

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
76.	ZEILDES PEREIRA DE PAIVA	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2013	PRÉ-REQUISITOS DA LINGUAGEM ESCRITA. TERAPIA OCUPACIONAL. SÍNDROME DE DOWN. INCLUSÃO ESCOLAR	A MEDIAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL, JUNTO ÀS PROFESSORAS NOS PRÉ-REQUISITOS DA LINGUAGEM ESCRITA DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN, NAPERPECTIVA DA INCLUSÃO	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
77.	CLEIDENIRA TEIXEIRA MONTEIRO VIEIRA	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2013	DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL. PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, NA REDE MUNICIPAL DE MACAPÁ-AP	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
78.	LIDIANE RODRIGUES VIEIRA	JOSÉ MARIA DA SILVA	2013	AMAPÁ. GUIANA FRANCESA. RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS. ETNOGRAFIA	POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE AMAPÁ E GUIANA FRANCESA: UMA ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO E DO DIÁLOGO DIPLOMÁTICO	AMAPÁ - BR E GUIANA FRANCESA - FR	BRASIL E FRANÇA
79.	MARCELO DA SILVA OLIVEIRA	ODETE DE FÁTIMA MACHADO DA SILVEIRA	2014	AMEAÇAS E VULNERABILIDADE SOCIAL. ORDENAMENTO TERRITORIAL. LARANJAL DO JARI	VULNERABILIDADE SOCIAL À INUNDAÇÃO E SUAS CONEXÕES COM O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARÍ, AMAPÁ	LARANJAL DO JARI-AP	LARANJAL DO JARI-AP
80.	ALINE CAVALCANTE CRIZANTO	VALTER GAMA DE AVELAR	2014	POLUIÇÃO. ÓLEO DIESEL. NAVIO-TANQUE. PORTO ORGANIZADO DE SANTANA-AP. TRANSPETRO	O TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL COMO POTENCIAL FONTE DE POLUIÇÃO NA REGIÃO DO PORTO DE SANTANA-AP	PORTO DE SANTANA-AP	SANTANA-AP
81.	ANA CLAUDIA MACHADO DE SOUZA	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2014	PLANEJAMENTO URBANO. DESENVOLVIMENTO LOCAL. REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ	ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO: AS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA NA PERSPECTIVA DO	MACAPÁ - AP E SANTANA - AP	MACAPÁ - AP E SANTANA - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					DESENVOLVIMENTO LOCAL		
82.	CRISTIANE VALÉRIA DOS SANTOS NASCIMENTO	JADSON LUIS REBELO PORTO	2014	POLÍTICAS PÚBLICAS. POLÍTICA AMBIENTAL. DESENVOLVIMENTO. MEIO AMBIENTE. AMAPÁ	CONCEPÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO E O SEU USO NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS IMPLEMENTADAS NO AMAPÁ (1995-2010)	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
83.	DANIEL SANTOS DE ASSIS	GILBERTO KEN-IT YOKOMIZO	2014	ABELHA. POLINIZAÇÃO. MEL. BOTÂNICA	DIAGNÓSTICO DA FLORA APÍCOLA DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO, MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL	ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO-AP	MACAPÁ - AP
84.	DIANA REGINA DOS SANTOS ALVES FERREIRA	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2014	DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL. INCLUSÃO ESCOLAR. ENSINO REGULAR. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. AVALIAÇÃO ESCOLAR	AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM DESAFIO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
85.	HILAÍRES LIMA MACIEL	GILBERTO KEN-IT YOKOMIZO	2014	AGROECOLOGIA. SAF. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PAE. MARACÁ	ARRANJOS AGROFLORESTAIS NO CONTEXTO A AGROECOLOGIA: O CASO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DO MARACÁ, MÉDIO RIO PRETO, MUNICÍPIO DO MAZAGÃO, AMAPÁ	MARACÁ - AP	MAZAGÃO - AP
86.	IRENILDO COSTA DA SILVA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2014	ASSENTAMENTO. USO DA TERRA. PRODUÇÃO. SUSTENTABILIDADE. ESTADO DO AMAPÁ	SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DO ANAUERAPUCU-AP	ANAUERA-PUCU - AP	MACAPÁ-AP
87.	LILIANE DO NASCIMENTO COSTA	GILBERTO KEN-IT YOKOMIZO	2014	CERRADO. EXPANSÃO AGRÍCOLA. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	CARACTERIZAÇÃO DO CERRADO AMAPAENSE QUANTO AOS DIFERENTES MODOS DE USO: UM ESTUDO DE CASO DA AGRÍCOLA CERRADO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	MACAPÁ - AP	ESTADO DO AMAPÁ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					SUSTENTÁVEL		
88.	NÚBIA SIMONE SARDINHA DUARTE	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2014	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL. DESCENTRALIZAÇÃO. REGIME DE COLABORAÇÃO. EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIÃO/ESTADO/MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A LDBEN Nº 9.394/96 E A GESTÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP (1995-2002)	MACAPÁ - AP	MACAPÁ-AP
89.	ROSANA TORRINHA SILVA DE FARIAS	RONI MAYER LOMBA	2014	LONTRA DA PEDREIRA. TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE VIDA E NA SUA TERRITORIALIDADE	MODO DE VIDA RIBEIRINHO E A TERRITORIALIDADE EM TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA PEDREIRA, MACAPÁ-AP (1940-2012)	LONTRA DA PEDREIRA - AP	MACAPÁ - AP
90.	ROSELI DE MIRA CORDEIRO	MARINALVA SILVA OLIVEIRA	2014	PROJETO ROMA. APRENDIZAGEM. SÍNDROME DE DOWN. FAMÍLIA/ESCOLA	PROJETO ROMA: UMA ALTERNATIVA PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
91.	ROSINAI AMANAJÁS PENA	JOSÉ MARIA DA SILVA	2014	ETNOGRAFIA. FESTA RELIGIOSA. MEMÓRIA HISTÓRICA	FESTA DE SANTO NAS "ILHAS QUE BAILAM" UMA ETNOGRAFIA DOS FESTEJOS EM LOUVOR A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM VILA BURITIZAL, BAILIQUE (MACAPÁ-AP)	BAILIQUE - AP	MACAPÁ - AP
92.	SHIRLY SILVA SANTOS	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2014	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. AVALIAÇÃO DO ENSINO. QUALIDADE DO ENSINO	GESTÃO EDUCACIONAL E O ENEN: DESDOBRAMENTOS NA REALIDADE DO AMAPÁ (1998-2010)	MACAPÁ - AP	ESTADO DO AMAPÁ
93.	EFIGENIA DAS NEVES BABOSA RODRIGUES	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2015	FORMAÇÃO CONTINUADA. PROFESSORES. CURRÍCULO ESCOLAR. RELAÇÕES RACIAIS	PERSEPÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM HISTÓRIA E	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: ENTRE O DISCURSO E A AÇÃO		
94.	HUANA DA SILVA FURTADO	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2015	FRONTEIRA. MIGRAÇÃO. TRABALHO. CLANDESTINIDADE. GARIMPAGEM DE OURO	TRABALHO, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS: A PRESENÇA DE IMIGRANTES BRASILEIROS EM ÁREA DE MINERAÇÃO NA GUIANA FRANCESA	OIAPOQUE-AP E GUIANA FRANCESA-FR	BRASIL E FRANÇA
95.	MARIA DO SOCORRO MIRANDA DE SOUSA	GILBERTO KEN-ITI YOKOMIZO	2015	AMAZÔNIA. ANASTREPHA. DORYCTOBRACON. GOIABA. TAPEREBÁ	MOSCAS-DAS-FRUTAS ASSOCIADAS A FRUTEIRAS DE IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA NO ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
96.	MARÍLIA GABRIELA SILVA LOBATO	YURGEL PANTOJA CALDAS	2015	SISTEMA CAPITALISTA. MERCADO DE TRABALHO. EMPREGABILIDADE. SECRETARIADO EXECUTIVO. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	MERCADO DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE SOB A LÓGICA DO CAPITAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO AMAPÁ (1998-2011)	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
97.	PATRICK LUIZ GALVÃO DO CARMO	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2015	EDUCAÇÃO. FILOSOFIA. LEI 10.639/03. PESQUISA COLABORATIVA	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO ENSINO DE FILOSOFIA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DE MACAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
98.	RODSON WILLIAN BARROSO JUAREZ	RONI MAYER LOMBA	2015	AMAPÁ. ESPAÇO URBANO. MINERAÇÃO. REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. PÓS-FORDISMO	MINERAÇÃO EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI (AP) E OS ASPECTOS DO PÓS-FORDISMO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP
99.	SILVANA KELLY DE MORAIS DA SILVA	MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO	2015	POLÍCIA MILITAR. MULHERES POLICIAIS. RELAÇÕES DE GÊNERO. SEGURANÇA PÚBLICA	MULHERES POLICIAIS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ	COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
100.	TALINE DE LIMA SILVA	RICARDO ADAIME E ADILSON LOPES LIMA	2015	PRODUÇÃO DE FRUTOS. FUNGOS ENTOMOPATOGÊNICOS. MOSCA-DA-CARAMBOLA	CONTROLE BIOLÓGICO DE IMATUROS DE BACTROCIERA CARAMBOLAE (DIPTERA: TEPHRITIDAE) POR METARHIZIUM	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					SPP. NO ESTADO DO AMAPÁ		
101.	THAYLANA SORAYA DA SILVA JUCÁ	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA	2015	CUNANI. QUILOMBO. TERRITORIALIDADE. CONFLITOS. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	O NOVO CONTESTADO: TERRITORIALIDADE E CONFLITOS ENTRE O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE CUNANI, NO ESTADO DO AMAPÁ	CUNANI - AP	CALÇOENE - AP
102.	ROSANA TOMAZI	GILBERTO KEN-IT YOKOMIZO	2016	MANGABA. FRUTOS. AMAPÁ. VIABILIDADE ECONÔMICA. CONSERVAÇÃO	A POTENCIALIDADE DA PRODUÇÃO DE MANGABEIRAS (HANCOMIA SPECIOSA GOMES) PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ: CARACTERIZAÇÕES FÍSICAS, FÍSICO-QUÍMICAS E QUÍMICAS	EMBRAPA - AP	ESTADO DO AMAPÁ
103.	HELEN COSTA COELHO	YURGEL PANTOJA CALDAS	2016	DISCURSO RELIGIOSO. CULTURA. LADRÕES DE MARABAIXO. ANÁLISE DO DISCURSO	DISCURSO RELIGIOSO NOS LADRÕES DE MARABAIXO: RELAÇÕES CULTURAIS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-FIEL	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
104.	ALEX MAIA XAVIER	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2016	PLANEJAMENTO URBANO. PLANO. AÇÕES	ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE CALÇOENE DE 2001 A 2015	CALÇOENE - AP	CALÇOENE - AP
105.	ANTÔNIO DO NASCIMENTO SILVA JUNIOR	VALTER DA GAMA AVELAR	2016	ÁREA DE DISPOSIÇÃO FINAL. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ANÁLISE MULTICRITÉRIO. ATERRO SANITÁRIO. SANTANA	UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE MULTICRITÉRIO PARA ALOCAÇÃO DE ÁREA(S) DESTINADA(S) A ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP	SANTANA - AP	SANTANA - AP
106.	HELIADORA GEOGETE PEREIRA DA COSTA	RONI MAYER LOMBA	2016	EDUCAÇÃO DO CAMPO. MOVIMENTOS SOCIAIS. POLÍTICAS PÚBLICAS	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PROGRAMAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PARA O CAMPO NO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
107.	HELUANA QUINTAS DE LIMA	PABLO SEBASTIAN MOREIRA	2016	CULTURA. DESENVOLVIMENTO. POLÍTICAS PÚBLICAS.	POLÍTICAS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA PROPOSTA DE ÍNDICE CULTURAL	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
		FERNANDEZ		MACAPÁ	PARA MACAPÁ		
108.	JANAYNA SANTOS DE SOUZA COSTA	WARDSSON LUSTRINO BORGES	2016	INDICADORES. AMAZÔNIA. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	AValiação DO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AMAPAENSES	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
109.	JOÃO PAULO DE ALMEIDA AMORIM	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2016	SUB-REGIÃO DE MACAPÁ. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL. AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA SUB-REGIÃO DE MACAPÁ, NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE (1990-2015)	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
110.	KAROLINE FERNANDES SIQUEIRA	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2016	AMAPÁ. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO IRATAPURU. USO DO TERRITÓRIO	NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ÂNTONIO NO VALE DO JARI: A DESCONSTRUÇÃO DO USO DO TERRITÓRIO E DE PRODUTOS NA RDS DO IRATAPURU/AP	RDS IRATAPURU - AP	LARANJAL DO JARI - AP, MAZAGÃO - AP, PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP
111.	LORENA MATOS DE SOUZA	VALTER DA GAMA AVELAR	2016	IMPACTOS. COMUNIDADE DA ILHA REDONDA. ÁREA DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. MACAPÁ-AP	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA COMUNIDADE DA ILHA REDONDA E A ÁREA DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AMAPÁ	ILHA REDONDA - AP	MACAPÁ - AP
112.	MARCO ANTÔNIO LEAL DA SILVA	IURI CAVLAK	2016	INFORMACIONALISMO, REDES TECNOLÓGICAS, TERRITÓRIO TECNOLÓGICO, INFORMÁTICA, TELEMÁTICA, TELECOMUNICAÇÕES NO AMAPÁ	TERRITÓRIO TECNOLÓGICO: A GÊNESE DA INFORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE NO CONTEXTO DAS REDES TECNOLÓGICAS	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
113.	ROMÁRIO VALENTE SANTOS	EMMANUEL RAIMUNDO COSTA SANTOS	2016	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL. PROCESSOS ESPACIAIS. NOVOS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS.	(RE) ESTRUTURAÇÃO E FORMAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE MACAPÁ E SANTANA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE	MACAPÁ - AP E SANTANA - AP	MACAPÁ - AP E SANTANA - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
				REESTRUTURAÇÃO URBANA. AGLOMERADO URBANO DE MACAPÁ E SANTANA			
114.	SHEILA TRÍCIA GUEDES PASTANA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2016	GESTÃO EMPRESARIAL. TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA	GESTÃO SUSTENTÁVEL NO COMÉRCIO VAREJISTA DE MACAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
115.	TATIANA PANTOJA OLIVEIRA	NORMA IRACEMA DE BARROS FERREIRA	2016	ESTADO. IGREJA CATÓLICA. EDUCAÇÃO FEMININA. CULTURA ESCOLAR. HABITUS	PÚBLICO/CONFESSIONAL, CULTURA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE HABITUS: A ESCOLA DOMÉSTICA DE MACAPÁ/AP (1951-1964)	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
116.	TELMA MARIA DA SILVA VIANA	JOSÉ ALBERTO TOSTES E JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO FERREIRA	2016	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS. DESENVOLVIMENTO LOCAL. PARTICIPAÇÃO SOCIAL. ORLA FLUVIAL. SANTANA	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS NA ORLA FLUVIAL DE SANTANA: APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	SANTANA - AP	SANTANA - AP
117.	ELIAKIM DOS SANTOS SILVA	JUCILENE AMORIM COSTA	2017	EROSÃO. DEGRADAÇÃO. ORLA. FERREIRA GOMES	DINÂMICA DE PROCESSOS EROSIVOS NA ORLA FLUVIAL URBANA DE FERREIRA GOMES – AMAPÁ	FERREIRA GOMES - AP	FERREIRA GOMES - AP
118.	GÉSSICA NOGUEIRA DOS SANTOS	JODIVAL MAURÍCIO COSTA	2017	DINÂMICA TERRITORIAL. ATIVIDADE MADEIREIRA. ASSENTAMENTOS RURAIS. AMAPÁ	ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ATIVIDADE MADEIREIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PANCADA DO CAMAIPÍ (MAZAGÃO) E NOVA CANAÃ (PORTO GRANDE), AMAPÁ, BRASIL	PANCADA DO CAMAIPÍ – AP E NOVA CANAÃ - AP	MAZAGÃO-AP E PORTO GRANDE-AP
119.	INAJARA AMANDA FONSECA VIANA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2017	SETOR ENERGÉTICO. DESENVOLVIMENTO. SOCIOECONOMIA	ESTUDOS SOBRE O SETOR ENERGÉTICO NO ESTADO NO AMAPÁ E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL,	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					ENTRE 1943 A 2015		
120.	JOSEANE PEREIRA CARDOSO	RONI MAYER LOMBA	2017	EDUCAÇÃO DO CAMPO. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CAPITAL SOCIAL	PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ESCOLAS FAMÍLIAS NO ESTADO DO AMAPÁ: APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
121.	KAMILA PEREIRA TAVARES	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2017	AMAZÔNIA. MADEIRA E MÓVEIS. INOVAÇÃO. ARRANJO PRODUTIVO. LOCAL. DESENVOLVIMENTO LOCAL	O DESENVOLVIMENTO DO AGLOMERADO MADEIRA E MÓVEIS NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
122.	KEILA PATRÍCIA CAMBRAIA DOS SANTOS	VALDENIRA FERREIRA DOS SANTOS	2017	ESTOQUE DE CARBONO. BIOMASSA FLORESTAL. SENSORIAMENTO REMOTO. AMAZÔNIA	DETECÇÃO DA ESTRUTURA FLORESTAL APLICANDO O MÉTODO FOTO EM ECOSSISTEMA DE TERRA FIRME NA AMAZÔNIA ORIENTAL: PRIMEIROS RESULTADOS	AMAZÔNIA ORIENTAL	AMAZÔNIA ORIENTAL
123.	LARISSA PINHEIRO DE MELO	WARDSSON LUSTRINO BORGES	2017	AGRICULTURA. AMAZÔNIA. SISTEMA ITINERANTE. IMPACTOS AMBIENTAIS	AVALIAÇÃO DA ADOÇÃO E IMPACTOS DO SISTEMA DE AGRICULTURA COM USO DE CORTE E QUEIMA NO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO	MAZAGÃO - AP	MAZAGÃO - AP
124.	LINA PEREIRA BOTELHO	JOSÉ ALBERTO TOSTES	2017	OIAPOQUE. CIDADE RIO. CIDADE RODOVIA. CIDADE FRONTEIRA. PLANEJAMENTO URBANO	PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE OIAPOQUE A PARTIR DA TRÍPLICE ALIANÇA RIO, RODOVIA E FRONTEIRA	OIAPOQUE - AP	OIAPOQUE - AP
125.	LUIZ FERNANDO CARNEIRO GUIMARÃES	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2017	LEI 10.639/03. CAPOEIRA. EDUCAÇÃO FÍSICA. PROFESSORES	A CAPOEIRA E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERCEPÇÕES E POSSIBILIDADES	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
126.	MARCELUS CLEI DA SILVA BURASLAN	YURGEL PANTOJA CALDAS	2017	FRONTEIRA. AMAPÁ. GUIANA FRANCESA. CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA. ESCALAS	A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: DOS TRATADOS DE LIMITES À FRONTEIRA-REDE	BRASIL E FRANÇA	BRASIL E FRANÇA

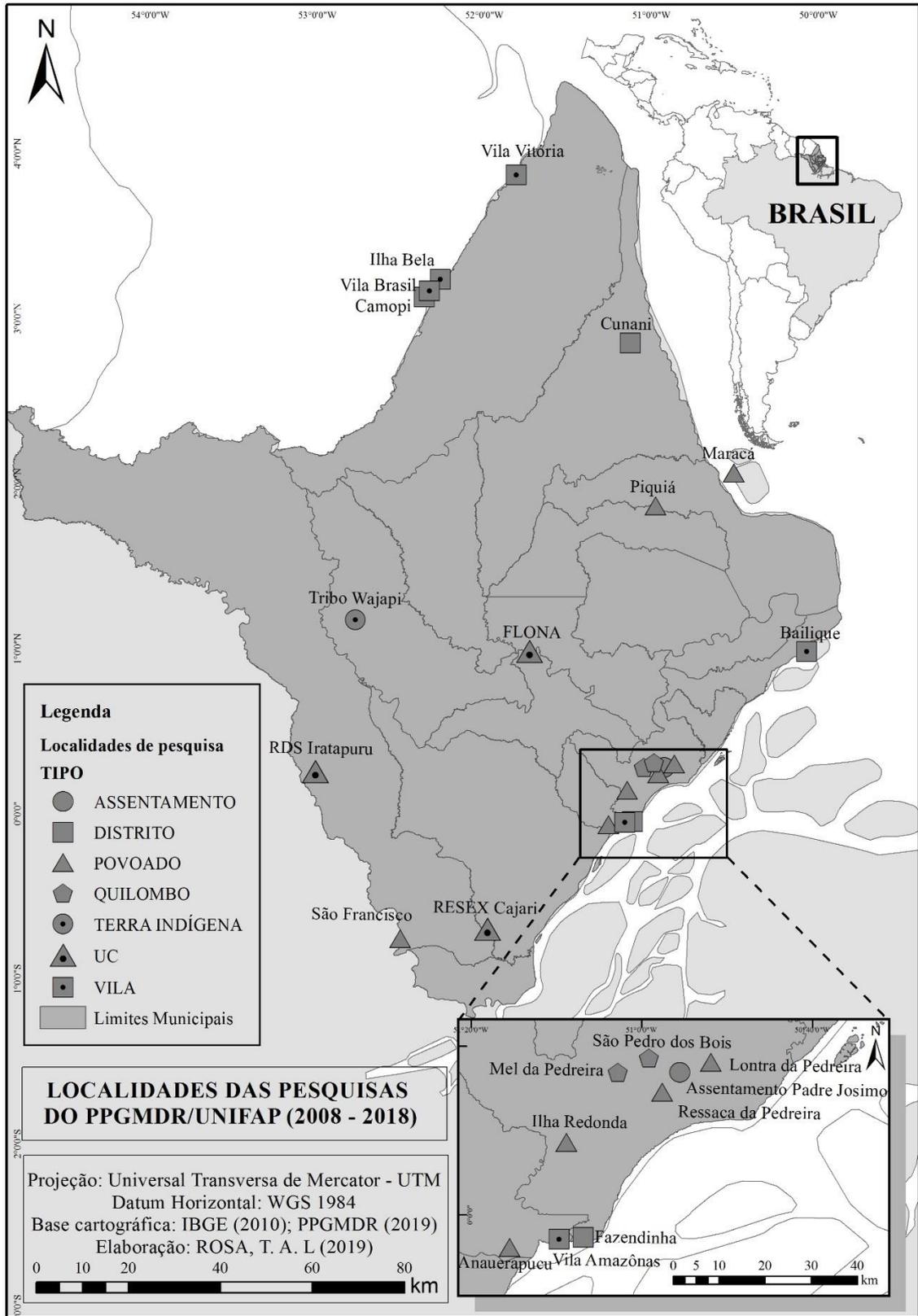
	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
127.	MAURÍCIO ALVES SARDINHA	JOÃO DA LUZ FREITAS E RAULLYAN BORJA LIMA E SILVA	2017	SISTEMAS DE USO DA TERRA. SOCIOECONOMIA. FITOSSOCIOLOGIA. FUNCIONALIDADE	SISTEMAS DE USO DA TERRA DE UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES RURAIS EM VÁRZEA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO, AMAPÁ, BRASIL	MAZAGÃO - AP	MAZAGÃO - AP
128.	NETIÊ IZABEL DA SILVA DE OLIVEIRA	ALEXANDRO CEZAR FLORENTINO	2017	AQUICULTURA. SOCIOECONOMIA. CADEIA PRODUTIVA. PEIXES. PISCICULTURA. PRODUÇÃO.	A PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, ESTADO DO AMAPÁ: SUBSÍDIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	PORTO GRANDE - AP	PORTO GRANDE - AP
129.	RENAN GOMES FURTADO	GILBERTO KEN ITI YOKOMIZO	2017	DESENVOLVIMENTO; LICENCIAMENTO; AGRONEGÓCIO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO AMAPÁ: O CASO DO AGRONEGÓCIO	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
130.	SUELLEN CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA DA SILVA	JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO FERREIRA	2017	PLANEJAMENTO URBANO. ORLAS FLUVIAIS. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	ORLAS FLUVIAIS DAS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA: ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA	MACAPÁ-AP E SANTANA-AP	MACAPÁ-AP E SANTANA-AP
131.	ANA KAROLINA LIMA PEDRADA	WARDSSON LUSTRINO BORGES	2018	PRODUÇÃO ORGÂNICA. FEIRAS DO AGRICULTOR. AGRICULTOR. CONSUMIDOR ORGÂNICO. AGROECOLOGIA	VIABILIDADE ECONÔMICA DE CONCESSÃO DO SELO ORGÂNICO NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DO AGRICULTOR FAMILIAR DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
132.	ANDRÉIA JAYME BATISTA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2018	DESENVOLVIMENTO RURAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. POLÍTICAS PÚBLICAS	POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO AMAPÁ: HISTÓRIA, DISCURSO E PRÁTICA EXTENSIONISTA	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
133.	ANTÔNIA DEUSA SÁ	JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO FERREIRA E IURI CAVLAK	2018	DESENVOLVIMENTO. DESIGUALDADE SOCIAL. POLITICAS DE EDUCAÇÃO. GESTÃO DEMOCRÁTICA	A EDUCAÇÃO BÁSICA NO AMAPÁ PÓS-ESTADUALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS DO PODER PÚBLICO E PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
134.	DÉBORA DE OLIVEIRA THOMAZ	ALEXANDRO CEZAR FLORENTINO	2018	REGIÃO DOS LAGOS. SUSTENTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO TRADICIONAL	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA E COMERCIALIZAÇÃO DO ARAPAIMA GIGAS (SCHINZ, 1822) NO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA, ESTADO DO AMAPÁ, BRASIL	PRACUÚBA - AP	PRACUÚBA - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
135.	DELIANE PESSOA SANTOS	DANIEL SANTIAGO CHAVES RIBEIRO	2018	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL. INOVAÇÃO. EMPRESAS. PEQUENOS NEGÓCIOS. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MACAPÁ PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
136.	FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA	ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO	2018	FINANCIAMENTO. INFORMALIDADE. AMAPÁ	A CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELA AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
137.	GASPARD OCTEUS	RICARDO ÂNGELO PEREIRA DA LIMA	2018	IMPACTOS. SOCIOECONÔMICOS. COMÉRCIO BILATERAL. FRONTEIRA	OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO COMÉRCIO BILATERAL NA FRONTEIRA OUANAMINTHE (HAITI) E DAJABON (REPÚBLICA DOMINICANA) NO PERÍODO DE 2010 A 2015.	OUANAMINTHE E DAJABON	HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA
138.	JACKS DE MELLO ANDRADE JUNIOR	EUGÊNIA DA LUZ SILVA FOSTER	2018	COMUNICAÇÃO. JORNALISMO. EDUCAÇÃO. RACISMO	AS CORES DA MÍDIA: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA IMPRENSA DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
139.	KATRÍCIA MILENA ALMEIDA CORRÊA	JADSON LUIS REBELO PORTO E BIANCA MORO DE CARVALHO	2018	HIDRELÉTRICAS. TERRITÓRIO. AMAZÔNIA	A FORMAÇÃO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO NO RIO ARAGUARI: IMPACTOS NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ	FERREIRA GOMES - AP	FERREIRA GOMES - AP
140.	MAIARA SABRINE MARTINS DE SOUZA ADAIME	WARDSSON LUSTRINO BORGES E ADILSON LOPES LIMA	2018	ORGANISMOS EXÓTICOS. DEFESA VEGETAL. FRONTEIRAS	VULNERABILIDADE DA AMAZÔNIA À INTRODUÇÃO DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS	AMAZÔNIA	AMAZÔNIA

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
141.	MARLO DOS REIS	RONI MAYER LOMBA	2018	MOVIMENTO EXTRATIVISTA. JUVENTUDE EXTRATIVISTA. MULHERES EXTRATIVISTAS	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ: A TRAJETÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS	MARACÁ-AP, RDS UIRATAPURU -AP, RESEX CAJARI-AP	MAZAGÃO – AP, LARANJAL DO JARI – AP, VITÓRIA DO JARI – AP, PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ - AP
142.	NILDINEIDE SOARES XAVIER	JUCILENE AMORIM COSTA	2018	ARQUEOANTROSSOLO. AMAZÔNIA. PATRIMÔNIO AMBIENTAL	MORFOLOGIA, QUÍMICA E MINERALOGIA DOS SOLOS ANTRÓPICOS NO CERRADO AMAPAENSE: O SÍTIO AP-MA-05 NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO MARCO ZERO DO EQUADOR, MACAPÁ- AMAPÁ	MACAPÁ - AP	MACAPÁ - AP
143.	ROBERTO JÚNIOR DE ALMEIDA CAMPOS	RONI MAYER LOMBA	2018	MODO DE VIDA. TERRITÓRIO. QUILOMBO	MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE RESSACA PEDREIRA-AMAPÁ	RESSACA DA PEDREIRA-AP	MACAPÁ - AP
144.	RÔMULO MORAES DE SOUSA	SIDNEY DA SILVA LOBATO	2018	COMPANY TOWNS. MULHERES. GÊNERO. DISCURSOS. MEMÓRIA	EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985)	VILA AMAZONAS- AP E VILA SERRA DO NAVIO-AP	SANTANA – AP E SERRA DO NAVIO - AP
145.	SANCLER EUGÊNIO SOUZA SANTOS	RAULLYAN BORJA LIMA E SILVA	2018	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. DIREITO AMBIENTAL. MEIO AMBIENTE. PREVENÇÃO CRIMINAL	DIAGNÓSTICO DOS CRIMES AMBIENTAIS NO ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
146.	SIMONA KATRYNNA ALMEIDA DA SILVA	JOÃO DA LUZ FREITAS	2018	AMAZÔNIA. SISTEMAS AGROFLORESTAIS. ETNOBOTÂNICA. AGRICULTURA	POTENCIALIDADE DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MEIO RURAL: O CASO DA	COMUNIDAD E DO AJUDANTE - AP	MAZAGÃO - AP

	DISCENTE	ORIENTADOR	ANO DEFESA	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	LOCAL DA PESQUISA	RELAÇÃO PARA O MAPA
					COMUNIDADE DO AJUDANTE, MAZAGÃO, AMAPÁ		
147.	TIAGO LUEDY SILVA	JADSON LUÍS REBELO PORTO	2018	DEFESA NACIONAL. FORÇAS ARMADAS. FRONTEIRA. AMAZÔNIA. AMAPÁ	INSTITUCIONALIDADE E ESPACIALIDADE DA DEFESA NACIONAL NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS PARA O AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ
148.	URSULA DA SILVA MORALES	ALEXANDRO CESAR FLORENTINO E MAURÍCIO ABDON DA SILVA	2018	RECURSO PESQUEIRO. PESCA ARTESANAL. DESEMBARQUE PESQUEIRO	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA E PRODUÇÃO PESQUEIRA NO MÉDIO ARAGUARI, FERREIRA GOMES, AMAPÁ, BRASIL	MÉDIO ARAGUARI - AP	FERREIRA GOMES - AP
149.	BRUNO RICARDO DA SILVA DE CASTRO	RICARDO ANGELO PEREIRA DE LIMA	2018	AGRICULTURA; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; AGROINDÚSTRIA; PRODUÇÃO DE SOJA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE SOBRE O AGRONEGÓCIO DE GRÃOS	ESTADO DO AMAPÁ	ESTADO DO AMAPÁ

**APÊNDICE B – LOCALIDADES DAS PESQUISAS REALIZADAS PELOS DISCENTES DO PPGMDR/UNIFAP NO ESTADO DO AMAPÁ (2008-2018)**



Fonte: Construído com base nas informações coletadas das dissertações defendidas e homologadas no PPGMDR/UNIFAP, de 2008-2018. Ver Apêndice A.